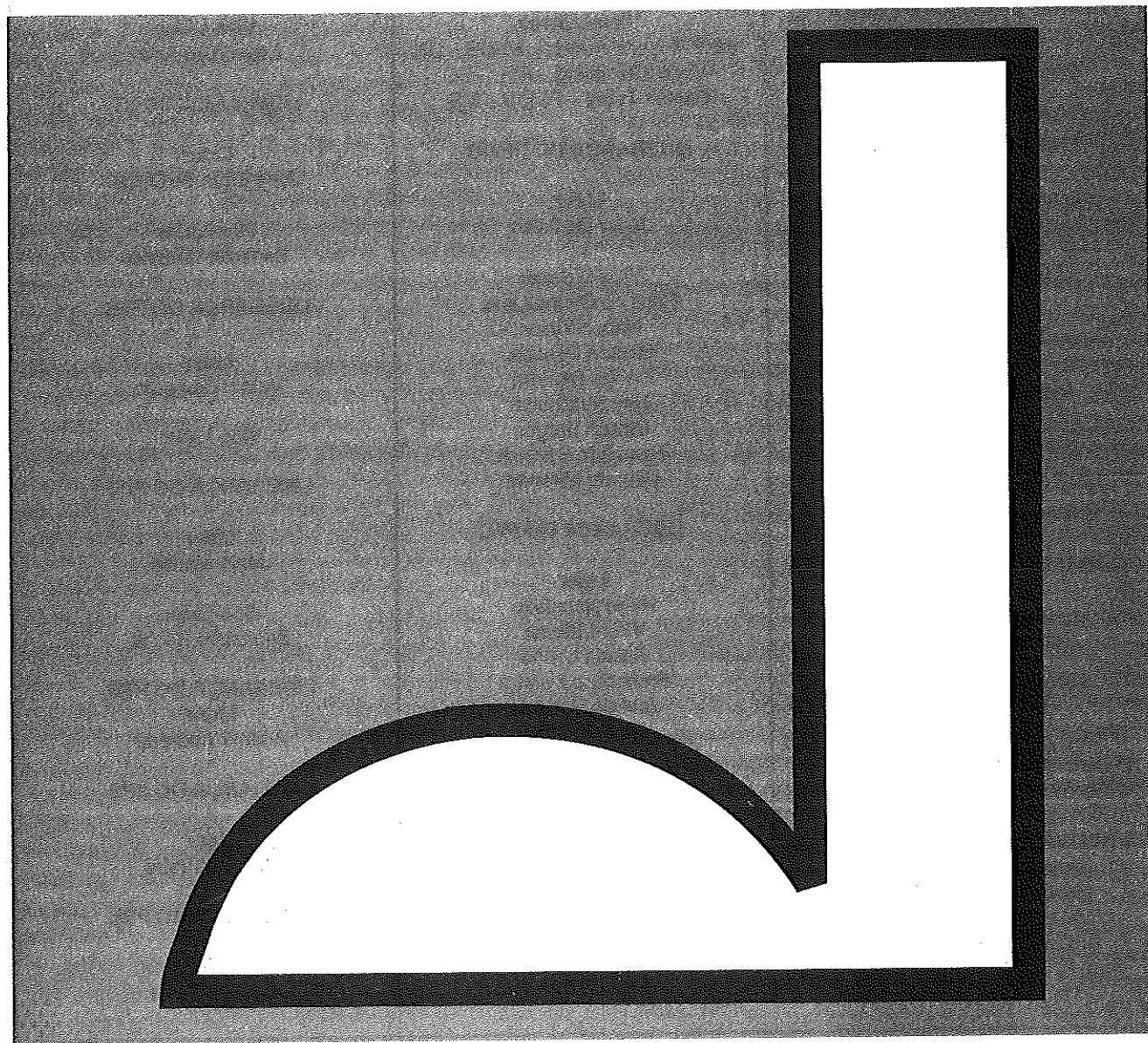


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

NO LI - Nº 100

QUARTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 1996

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Wilson Kleinöbling – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERALImpresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÃO

Nº 39, de 1996, que autoriza o Estado de Pernambuco a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Pernambuco – LFTPE, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas. (Replicação).....

09381

2 – ATA DA 84ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE JUNHO DE 1996

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Ofício do Diretor-Geral do Senado Federal

Nº 224, de 1996, referente ao Requerimento nº 385, de 1996, de esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado, do Senador Emandes Amorim.

09382

2.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1996, de autoria do Senador Lauro Campos, que altera a alínea b do § 2º do art. 589 do Código Civil, com a redação dada pela Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981.....

09382

2.2.3 – Requerimento

Nº 547, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona.

09384

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Críticas à entrevista do economista norte-americano Rudiger Dornbusch, a respeito da durabilidade do Plano Real.

09384

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Lamentando as mortes de idosos ocorridas na Clínica Santa Genoveva, no Estado do Rio de Janeiro.

09387

SENADOR HUMBERTO LUCENA – Expectativa quanto à decisão do Supremo Tribunal Federal acerca do recurso impetrado relativamente à decisão do STE, no sentido de proibir a participação nos comícios eleitorais de ocupantes de cargos executivos federais, estaduais e municipais.

09392

2.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 27, de 1996, de autoria do Senador Odácir Soares e outros Srs. Senadores, que altera o Inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal.....

09393

2.2.6 – Requerimentos

Nº 548, de 1996, do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro da Previdência e Assistência Social a informação que menciona....

09397

Nº 549, de 1996, do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Banco do Brasil S/A os documentos e informações que menciona.....

09397

Nº 550, de 1996, do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Banco Central do Brasil os documentos e informações que menciona.....

09397

Nº 551, de 1996, da Senadora Benedita da Silva, solicitando ao Ministro da Saúde as informações que menciona.

09398

Nº 552, de 1996, do Senador Roberto Requião, solicitando voto de aplauso à XV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, celebrada em Cochabamba, Bolívia, que aprovou uma Resolução condenando o caráter extraterritorial da Lei Helms-Burton, colocada em vigor pelo Governo dos Estados Unidos, com o acordo de constituir uma comissão de coordenadores nacionais, integrada pelo Brasil, Bolívia, Panamá, México, Colômbia e Paraguai para avaliar as possíveis medidas a tomar em oposição a essa lei.

09398

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 27/96, de 30 de maio último, do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, encaminhando o Ofício nº 84/96, da Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério das Minas e Energia, através do qual envia convite para que o Senador Mauro Miranda participe, como coordenador, do Subgrupo de Trabalho para Mineração (SGT-2) do Mercosul. (Diversos nº 50, de 1996).....

09399

2.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

09399

Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1995, de autoria do Senador Roberto Freire, que regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a repa-

ração de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão. **Discussão encerrada**, ficando a **votação sobrestada** por falta de **quorum** para votação do Requerimento nº 553, de 1996.

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY SUASSUNA – Análise de conferência do Sr. Rudiger Dombusch, sobre a insustentável valorização do real em relação ao dólar e as altas taxas de juros.

SR. PRESIDENTE – Congratula-se com o retorno ao Senado Federal do Senador José Serra.

SENADOR ELCIO ALVARES, como Líder – Retorno do Senador José Serra à sua cadeira no Senado.

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA, como Líder – Boas-vindas ao retorno do ex-Ministro José Serra a sua cadeira no Senado.

SENADOR EDUARDO SUPLEY – Boas-vindas ao Senador José Serra, que reassume sua cadeira nesta Casa. Entrevista do Sr. Celso Furtado sobre o desempenho da economia brasileira, especialmente nos campos de competitividade internacional, geração de empregos e distribuição de rendas.

SENADOR JOSÉ SERRA – Satisfação em retornar ao Senado como representante de São Paulo. Agradecendo a acolhida recebida ao reassumir o mandato senatorial pelo Estado de São Paulo. Comentários ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR PEDRO SIMON – Boas-vindas ao Senador José Serra, ao analisar a sua evolução política. Falta de rumo do Governo Fernando Henrique Cardoso no campo econômico.

SENADOR ROMEU TUMA – Reunião com membros da Associação Comercial de São Paulo, para debater prazos de apuração e recolhimentos dos impostos incidentes sobre as empresas.

SENADORA MARINA SILVA – Prometendo para amanhã o relatório de sua viagem à Itália. Inauguração em Rio Branco, Estado do Acre, do Parque Chico Mendes.

SENADOR MAURO MIRANDA – Ponderações sobre o discurso de hoje do Senador Pedro Simon. Situação da educação no País. Municipalização do ensino fundamental como recuperação do ensino no País.

SENADOR FREITAS NETO – Próxima visita do Ministro Arlindo Pôrto ao Piauí.

2.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – Notícias publicadas no último domingo na *Folha de S. Paulo*, sendo a primeira, na coluna do jornalista Josias de Souza, referente ao fato do empresário Olacir de Moraes oferecer ao INCRA, para desapropriação, a sua fazenda em Mato Grosso, de 200.000ha. Recelo do INCRA de entregar essa fazenda a trabalhadores rurais despreparados. A segunda, na coluna do jornalista Fernando Rodrigues, dá conta dos problemas estruturais do próprio sistema federativo brasileiro. Refere-se ao fato do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal de cem pedidos de intervenção em São Paulo, cujo débito, por precatória fiscal, já ascende a cinco bilhões de reais. Necessidade de uma ampla reforma fiscal e tributária que permita solucionar a discriminação de renda.

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Análise da queda de popularidade do Governo Fernando Henrique Cardoso.

2.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Edison Lobão, proferido na sessão de 3-6-96 (replicação).

4 – RETIFICAÇÕES

Ata da 56ª Sessão, realizada em 9 de maio de 1995 e publicada no *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, do dia subsequente.

Ata da 83ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 3 de junho de 1996 e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente.

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 718 a 720, de 1996

6 – MESA DIRETORA

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

(*) RESOLUÇÃO Nº 39, DE 1996

Autoriza o Estado de Pernambuco a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Pernambuco – LFTPE, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Pernambuco – LFTPE, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

Art. 2º As emissões de títulos referidas no artigo anterior serão realizadas com as seguintes características e condições financeiras:

- a) *quantidade*: 480.000.332 LFTPE;
- b) *modalidade*: nominativa-transferível;
- c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;
- d) *prazo*: até cinco anos;
- e) *valor nominal*: R\$ 1.000,00 (um mil reais) – Cetip: em decorrência desse valor de preço unitário, as quantidades serão divididas por 1.000 (um mil), de forma a adequar o valor financeiro da colocação;

f) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

Data-Base	Vencimento	Quantidade	Tipo
1º-4-96	1º-6-1998	120.000.000	P
1º-4-96	1º-6-1999	120.000.000	P
1º-4-96	1º-6-2000	120.000.000	P
1º-4-96	1º-6-2001	120.000.332	P
Total		480.000.332:	P
serem registrados no Cetip, por se tratarem de títulos emitidos para pagamento de precatórios judiciais.			

g) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

h) *autorização legislativa*: Decreto nº 13.550, de 31 de março de 1989, e Lei nº 11.334, de 3 de abril de 1996.

Parágrafo único. As emissões autorizadas por esta Resolução somente serão registradas e colocadas no mercado de títulos no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentença transitadas em julgado previamente apresentadas ao Banco Central do Brasil, observando-se ainda o disposto no parágrafo único do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no § 4º do art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 1996. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

(*) Republicada por haver saído com incorreção no DSF, de 31-5-96, págs. 09159/09160.

Ata da 84ª Sessão Deliberativa Ordinária em 4 de junho de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Renan Calheiros, Ney Suassuna
Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy e Valmir Campelo*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães - Antônio Carlos Valladares - Benedita da Silva - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Casildo Maldaner - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Elcio Álvares - Emília Fernandes - Ernandes Amorim - Flaviano Melo - Francelino Pereira - Freitas Neto - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gilberto Miranda - Gilvam Borges - Guilherme Palmeira - Humberto Lucena - João França - João Rocha - Joel de Hollanda - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Eduardo Dutra - José Eduardo Vieira - José Fogaça - José Roberto Arruda - José Sarney - José Serra - Lauro Campos - Lucídio Portella - Marina Silva - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Osmar Dias - Pedro Simon - Regina Assumpção - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romeu Tuma - Ronaldo Cunha Lima - Valmir Campelo - Vilson Kleinübing - Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

Nº 224/96, de 29 de maio do corrente, referente ao Requerimento nº 385, de 1996, de esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado, do Senador Ernandes Amorim.

As informações foram encaminhadas, em cópia ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 1996

Altera o alínea "b" do § 2º do art. 589 do Código Civil, com a redação dada pela Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea b do § 2º do art. 589 do Código Civil Brasileiro passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 589

§ 2º

a)

b) 2 (dois) anos depois, quando se tratar de imóvel localizado em zona rural."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Dispunha, originalmente, o § 2º do art. 589 do Código Civil que "o imóvel abandonado arrecadar-se-á como bem vago, e passará, dez anos depois, ao domínio do Estado, ou do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições, ou ao da União, se estiver em território ainda não constituído em Estado". As modificações introduzidas pela Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981, significaram,

portanto, enorme avanço quando ficou estabelecido que o imóvel abandonado arrecadar-se-ia como bem vago e passaria ao domínio do Estado, do Território ou do Distrito Federal 03 (três) anos depois, em se tratando de imóvel localizado em zona rural. A referida Lei – sancionada pelo então Presidente General João Figueiredo – ao distinguir o imóvel rural do urbano, manteve apenas para este último o prazo de 10 (dez) anos para a perda da propriedade do imóvel.

Não obstante a vigência desta lei datar de dezembro de 1981, muito pouco ou quase nada, se considerarmos a gravidade da questão, foi feito no sentido de por em marcha a Reforma Agrária, esta sim tão almejada pelo trabalhador brasileiro.

Além do mais, caberia salientar que as poucas ações governamentais com o intuito de equacionar o problema dos "sem-terra" e "com miséria" têm trilhado os difíceis e tortuosos caminhos da política da desapropriação.

No Brasil de nossos dias, até da desapropriação se fez indústria. São várias as denúncias que envolvem fraudes de supervalorização da terra a ser desapropriada. Ou seja, além de ser um processo moroso, é também danoso ao erário público.

Fatos como o recente massacre dos trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, estão aí para nos apontar que estamos próximos de uma comoção nacional e que, se nada for feito, seremos cúmplices passivos, espectadores amorfos de tantas outras mortes de brasileiros que clamam por trabalho e, antes de tudo, por pátria.

O trabalhador rural não pode esperar indefinidamente que se cumpra o longo rito das desapropriações, enquanto enterra seus filhos mortos pela miséria e fome em terras abandonadas.

Nos dias de hoje em que "reforma" é panaceia, a Reforma Agrária, que remonta ao mais recôndito dos anseios do povo brasileiro, não pode ser relegada a segundo plano. Ela deve ser prioritária e, como tal, devemos iniciar o processo de assentamento imediato dos trabalhadores rurais nas terras que, pelo desdém do proprietário e o descaso dos governos, encontram-se abandonadas.

Se no tempo em que o País vivia sob regime de exceção, já havia a preocupação de instrumentalizar o Poder Público para que pudesse lançar-se à empreitada de entregar a terra a quem nela quer trabalhar, nada mais importante que hoje, no Brasil da democracia, busquemos adequar a lei à premência dos fatos estampados na nossa realidade.

Todas essas razões nos levam à apresentação do presente projeto, que reduz em um ano o prazo

para que seja reconhecido o abandono de terras na zona rural. Esta foi a solução por nós encontrada, face o conturbado contexto fundiário brasileiro, para viabilizar a implementação de uma política de Reforma Agrária mais célere e menos sujeita aos embargos jurídicos, como requer a atual conjuntura social.

Ante o exposto, e tendo em vista o relevante interesse público de que é revestida a matéria aqui tratada, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o aprimoramento e aprovação do Projeto de Lei que submetemos à apreciação desta Casa.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1996. – Senador **Lauro Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO CIVIL

LIVRO II

Dos Direitos das Coisas

TÍTULO II

Da Propriedade

CAPÍTULO II

Da Propriedade Imóvel

SEÇÃO VI

Da Perda da Propriedade Imóvel

Art. 589. Além das causas de extinção consideradas neste código, também se perde a propriedade imóvel:

- I – pela alienação;
- II – pela renúncia;
- III – pelo abandono;
- IV – pelo perecimento do imóvel.

§ 1º Nos dois primeiros casos deste artigo, os efeitos da perda do domínio serão subordinados à transcrição do título transmissivo, ou do ato renunciativo, no registro do lugar do imóvel.

§ 2º O imóvel abandonado arrecadar-se-á como bem vago, e passará, dez anos depois, ao domínio do Estado ou do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições, ou ao da União, se estiver em território ainda não constituído em Estado.

.....
LEI Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981

Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil, e dá outras providências.
.....

Art. 10. O § 2º do art. 589 do Código Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 589.

§ 2º O imóvel abandonado arrecadar-se-á como bem vago e passará ao domínio do Estado, do Território ou do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições:

a) 10 (dez) anos depois, quando se tratar de imóvel localizado em zona urbana;

b) 3 (três) anos depois, quando se tratar de imóvel localizado em zona rural."

Art. 11. Esta lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 547, DE 1996

Requeiro, nos termos dos arts. 5º, da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações, tendo em vista a necessidade de complementar informações já prestadas em cumprimento ao que dispôs o Requerimento nº 100, de 1996.

a) Relação dos créditos líquidos e certos apresentados à Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do art. 4º do Decreto nº 1.647, de 26 de setembro de 1995, em processo de andamento e renegociação, informando o credor, a origem da dívida, e seu valor originário.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1996. – Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno desta Casa.

O Sr. Ney Suassuna, *Suplente de Secretário*, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vez por outra, assistimos com desprazer a certas figuras que são tidas no campo internacional como especialistas de tudo e profetas do nada. Esses cavalheiros, em vez de fazerem análises nos seus países, dizendo no que por eles passa e suas restrições, começam a atacar o Brasil. Observe V. Exª, Sr. Presidente, que os ataques têm objetivo bastante delineado, é o que colho da entrevista dada pelo economista Rudiger Dornbusch, a respeito do Brasil.

O que é mais grave é que essa declaração, feita em um congresso internacional, coloca o nosso País à beira de uma catástrofe. O indicado economista declara que o Brasil está à beira de uma crise financeira como a que se abateu sobre o México, no fim de 1994. Se essa observação fosse feita com a intenção de quem quer contribuir com uma análise crítica e construtiva, ainda se entenderia, mas feita na Conferência Monetária Internacional que se realiza na cidade de Sidney, na Austrália, é evidente que há uma orquestração por trás disso, porque a afirmativa do economista Rudiger Dornbusch vai ao ponto de dizer que o Brasil enfrenta o risco de um colapso e que a moeda brasileira - que é difícil de prever até quando se sustentará - terá o prazo máximo de um ou dois anos.

E aí, como todo economista é irresponsável, declara que nós, brasileiros, podemos ter sorte e seguir em frente. Ou a afirmativa de que a catástrofe se realizará em um ou dois anos é altamente leviana, ou a escapatória de que podemos ter sorte e se-

gular em frente é de uma brutalidade e irresponsabilidade total. Entretanto, o que é da maior gravidade é que tal declaração fez com que os títulos da dívida externa brasileira, sobretudo os de maior liquidez, os chamados **C-Bonds**, caíssem ontem 0,625% e puxassem para baixo a cotação dos **bradles** de países como a Argentina e México. Os contratos futuros do real, negociados em Chicago, também caíram.

Dir-se-á: então, esse reflexo foi apenas lá fora? Não, em São Paulo, a Bolsa de Valores reagiu com a queda de 1,63% no índice de rentabilidade, enquanto o mercado carioca caiu 0,96%.

O que quero comentar com os eminentes Senadores é que uma declaração dessa natureza, feita num momento em que o processo de estabilização da moeda brasileira não está concluído, até porque é através dele que se pode pensar em uma política social firme e densa, põe em jogo a credibilidade da caminhada econômico-financeira de um país.

Lembro-me, Sr. Presidente, e por isso vim à tribuna, de que, na época em que estive à frente do Ministério da Justiça, essas mesmas declarações, feitas pelo mesmo cidadão, Rudiger Dornbusch, anunciavam que o então Presidente da República, Fernando Collor de Mello, deveria seguir a política econômica mexicana. Os seus conselhos eram de que nenhum outro país além do México havia conseguido corrigir distorções econômicas e se recuperar tão rapidamente.

E o que vimos, Sr. Presidente? Vimos agora o mesmo cidadão declarar que a crise financeira que está no limiar dentro do Brasil nada mais é do que a repetição da crise do México.

Volto ao raciocínio anterior: como é que alguém tenta inviabilizar, no panorama internacional, a nossa estabilidade com uma declaração que ontem não tinha fundamento, hoje não tem alicerce e para a qual amanhã ele dará uma desculpa qualquer?

Ora, não é possível admitir-se que alguém como o economista Dornbusch, cujo passado recente, conforme disse ainda há pouco, está cheio de prognósticos falhos, fracos, levianos, pretenda dar lição de economia aos brasileiros e, digo ainda mais, pretenda induzir pessoas no exterior a achar que deverão desprezar o Plano Real, com isso interrompendo o processo de confiança que está havendo pelo mundo afora e inviabilizando a nossa estabilidade.

A minha inquietação, Sr. Presidente, está em saber com que finalidade alguém do mundo exterior, cujas palavras têm alguma repercussão, porque ele foi assessor do atual Presidente Bill Clinton, declara na Austrália, a propósito de nada, que estamos à

beira de um colapso e que a nossa moeda irá por água abaixo. Por que, na mesma linha de raciocínio, se prevê que, em apenas um ou dois anos no máximo, isso acontecerá? A não ser que esse cavalheiro esteja a serviço de alguém cujos interesses estejam sendo contrariados - sou insuspeito para defender aqui o que o Governo está a fazer - e, através desse mecanismo - que, não tenho dúvida, é pela via oblíqua - esteja tentando solapar a economia brasileira.

O Sr. Guilherme Palmeira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Ouço V. Ex^a com muito prazer, eminente Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira - Quero me associar à inquietação de V. Ex^a e, ao mesmo tempo, avançar um pouco, porque não se trata apenas de um desequilíbrio as declarações feitas por esse economista americano, conceituado por ter sido principalmente assessor do Presidente Bill Clinton. Preocupa-me que essa declaração do economista traga alguma alteração na Bolsa de Valores brasileira e que venha a mexer com a Bolsa de Valores no Japão, em Nova Iorque, enfim, com a Bolsa Internacional. Quero também fazer um reparo com relação ao que V. Ex^a disse sobre os economistas serem incompetentes. Esse pode até ser, mas tenho o maior respeito pela classe dos economistas.

O SR. BERNARDO CABRAL - Eu não disse que os economistas eram incompetentes, nem faria isso.

O Sr. Guilherme Palmeira - Então houve um erro, porque foi o que entendemos. Temos economistas da maior qualidade e temos que respeitá-los; apesar de não soletrarmos o economês, temos que nos curvar diante da capacidade de uma boa parte dos economistas. É realmente um temor a declaração de um economista americano - cujo propósito não se sabe qual é - que praticamente mexeu com as finanças e a economia mundial. O que espanta é vermos a fragilidade da economia mundial, onde a declaração de um economista afeta a Bolsa de Valores no mundo todo. Nossa preocupação é muito maior, porque a questão não é apenas nacional, mas mundial. O pronunciamento de V. Ex^a deve servir de alerta aos chefes das Nações, de uma maneira geral, para que se apercebam que, às vezes, uma só pessoa pode mexer com a economia; estamos muito frágeis. Solidarizo-me com V. Ex^a e compartilho da sua preocupação. Precisamos realmente estar alertas, para que pessoas como esse economista, de certo renome internacional, não venham afetar a nossa economia e muito menos a economia mundial.

O SR. BERNARDO CABRAL - Nobre Senador, em primeiro lugar, devo dizer que V. Ex^a está no caminho certo quando demonstra que uma declaração dessa natureza tem, nessa hoje chamada economia globalizada, um efeito de multiplicação que não se pode imaginar onde poderá chegar. E tanto é assim que a cotação do dólar, ontem, frente às moedas fortes, teve uma grande baixa.

Em segundo lugar, quando me refiro aos economistas, tenho sempre muito cuidado, porque é uma área na qual não navego, mas, quanto a esse cidadão, posso dizer que ele, no passado, fez uma previsão que não se acomodou no presente com a realidade e foi absolutamente falha no futuro.

Observe V. Ex^a a repercussão de suas declarações: houve a queda do dólar, que foi vendido a 107,50 lenes contra 108,07 na sexta-feira passada, a 1,5183 marco alemão e a 1,2434 franco suíço. Um economista de peso, diretor de câmbio do Banco japonês Tokai, chegou a declarar: "As declarações nos fizeram lembrar da crise mexicana. O dinheiro está deixando o dólar e buscando refúgio na moeda suíça".

Além dele, um economista do MIT - universidade de origem do Sr. Dornbusch -, assessor econômico do West Merchant Bank de Londres, disse: "O Brasil está longe de uma situação ideal, mas não corre risco de colapso econômico."

O mesmo pensamento tem o Sr. Mário Schneider, do ING Barings no Brasil, que declarou: "Podem contar comigo como analista que não está de acordo com o Sr. Dornbusch."

Ainda bem que a reação em cadeia se fez sentir de imediato, para que a inquietação que grassou País afora não trouxesse senão um pouco de calma. Tanto que os especialistas do mercado dizem que os agentes se acalmaram, porque os efeitos de uma crise brasileira seriam menores do que a mexicana no ano passado. Af está o fulcro, o estelo, porque o peso brasileiro no comércio e no PNB dos Estados Unidos é menor do que o do México.

Agora, observe, eminente Senador Guilherme Palmeira, que essas declarações vieram exatamente na véspera da mudança do Ministério do Planejamento. Será coincidência ou terá sido a propósito? O que poderia levar alguém que sabe que uma declaração sua terá repercussão no mercado internacional a fazer, gratuitamente, declarações dessa natureza e de forma tão açodada?

O Sr. Romeu Tuma - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL - Antes de eu mesmo dar a resposta, ouço o eminente Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma - Caro Senador Bernardo Cabral, preliminarmente, cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do seu pronunciamento. Hoje, no **Jornal do Brasil**, o Ministro Pedro Malan, analisando as declarações de Dornbusch, diz que o grau de novidade do que ele alega é zero. Mais adiante, a reportagem diz que ele já foi casado com uma economista brasileira, hoje Secretária do Escritório de Assuntos Externos do Ministério da Fazenda. Pedi um aparte para falar sobre a troca de Ministros, mas V. Ex^a bem a lembrou. O Senador José Serra passou o ministério e fez um relato de todas as atividades do Governo no campo social e no campo econômico. O Ministro Antônio Kandir fez uma peça de oratória em tomo do programa de atividades da Secretaria de Planejamento. S. Ex^a não desconhece que a política de juros altos é antagônica, difícil, que ela impõe um sofrimento à sociedade - o próprio Presidente da República vem chamando a atenção para isso. E dizia também um dos jornais que li que, quando Dornbusch anunciou a **débâcle** no México, já estava se desencadeando ali o processo de desvalorização. Então, ele teria se aproveitado de informações de início da **débâcle** para ser uma pitonisa procurando adivinhar o futuro do México, baseado nas informações que possuía. Mas acredito que ele bate numa tecla que o próprio Governo brasileiro vem procurando consolidar, para que realmente isso não traga mais dificuldades em um projeto econômico brasileiro. Acho que estamos no rumo certo, V. Ex^a ouviu isso comigo hoje. V. Ex^a está de parabéns por levantar esse assunto e se manter vigilante a esse respeito.

O Sr. Pedro Simon - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - (Faz soar a campainha.)

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, conheço a generosidade de V. Ex^a. Não obstante a advertência de que o meu tempo está esgotado, permita-me apenas ter a alegria de ouvir o Senador Pedro Simon e, a seguir, poder dar as respostas aos eminentes Senadores Romeu Tuma e Pedro Simon.

Ouçó V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon - Creio que é difícil encontrar um assunto mais importante para ser debatido hoje no Senado e um Senador mais competente do que V. Ex^a para tratar desta matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL - Muito obrigado, Senador.

O Sr. Pedro Simon - Não há dúvida de que se trata de uma questão muito séria. Achei a resposta do Ministro Pedro Malan muito primária, muito - perdoem-me o termo - "fracote". A coisa é mais séria. O Ministro Pedro Malan tinha que dar uma resposta mais contundente, mais objetiva, mais clara. Querer atingir a figura desse cidadão, bem ou mal, ele é um cidadão conhecido e respeitado. Esse assunto a que V. Exª está se referindo foi publicado praticamente nos jornais do mundo inteiro. Esse economista diz nada mais nada menos que o Brasil está a caminho do México. O que aconteceu no México ontem vai acontecer no Brasil amanhã. Esse tipo de afirmativa não pode ser dito com essa naturalidade por um cidadão e respondido com essa ingenuidade pelo Ministro da Fazenda. A questão é muito séria. Eu até me nego a entrar na discussão, porque V. Exª já o fez, mas os argumentos dele são dramáticos: o Plano Real é irreal; há uma defasagem; o real hoje está superfaturado em cerca de 20% em relação ao dólar; e, quando cair na realidade, isso vai explodir; e, quando explodir, vai acontecer o que aconteceu no México. É o que ele está dizendo. É mentira? Eu acho que sim, tomara que seja; não só acho que sim como quero crer que sim e rezo para que seja mentira. Esse cidadão é um irresponsável? Tomara que sim, acho que sim, queira Deus que sim. O Ministro da Fazenda tem a obrigação de responder a essas questões não apenas para nós aqui, mas também lá onde a citação foi feita, com conteúdo, com seriedade, com números, e não com uma respostazinha vã, um pouco ingênua.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Mesa pede desculpas, mas o tempo do orador já se esgotou há 3 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL - Eminente Senador Pedro Simon, sou capaz de adivinhar o que V. Exª iria concluir. Sei que V. Exª iria demonstrar que uma irresponsabilidade dessa natureza, pelo menos uma aparente irresponsabilidade, pode gerar uma crise tão grande no País, que não será permitido que nós, com a nossa omissão, com a nossa indiferença, sem uma resposta imediata, dura, que não seja uma resposta de contorcionismo político, deixemos de mostrar ao mundo inteiro que esse cidadão não tem um passado de pitonisa muito bem conceituado.

Para concluir, Sr. Presidente, vou demonstrar como ele não o tem, lendo um registro da imprensa:

"Em 1986, o economista recomendava ao então Presidente Sarney que tirasse Mailson da Nóbrega do comando da política econômica e convocasse o ex-ministro Delfim Netto.

E recentemente, em março deste ano, ele não hesitou em propor ao Governo brasileiro a espantosa receita de "esquecer a obsessão por uma inflação mais baixa" e fazer a economia crescer 7% ao ano: - Quem disse que não é possível crescer 7% por causa da luta contra a inflação deve ser mandado para o zoológico - declarou."

Sr. Presidente, a agressão de Dornbusch mandando que as autoridades econômico-financeiras deste País devam ter o destino do zoológico e agora dizendo que estamos à beira de um colapso é o mesmo que lembrar aquela célebre frase latina: **vade retro, Satanas!**

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)
Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva. S. Exª dispõe de 20 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna para lembrar episódios que tomaram conta do noticiário nacional brasileiro. Após a tragédia de Caruaru, agora é a da Clínica Santa Genoveva, lamentavelmente acontecida no Estado do Rio de Janeiro.

Trouxe para minha intervenção interrogações que acredito contribuir de uma certa forma para a reflexão geral do Senado Federal. Fiquei pensando a respeito dos antecedentes: A Clínica Santa Genoveva é particular e tem convênio com o SUS para prestar atendimento à população. Os sócios, donos, são Mansur José Mansur e Eduardo Quadros Espínola, respectivamente, Presidente da Federação Brasileira de Hospitais e Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

O Sr. Eduardo responde no Ministério Público Federal a inquérito por fraude por ter recebido, em 1994, 34.325 diárias fantasmas, cobradas de pacientes inexistentes em outra clínica de sua propriedade.

Mansur José Mansur foi denunciado pelo Ministério Público por cobrar 471 diárias em excesso, também em outra clínica de sua propriedade, o Sanatório Itaperuna.

Consta que a Clínica Santa Genoveva está funcionando irregularmente desde o início do ano. A Comissão de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina, coordenada pelo Sr. Antônio Carlos Touche, afirma que ela está com o Certificado de Autorização de Responsabilidade Técnica vencido. E, se-

gundo a Secretaria Municipal de Saúde, de janeiro a maio morreram 195 pessoas na clínica.

Como sou auxiliar de enfermagem e assistente social, acostumada a trabalhar nessas instituições, sei perfeitamente a diferença entre um paciente terminal e uma pessoa idosa cuja família não tem condições de mantê-la em casa - algumas delas nem sequer têm casa. A realidade é esta: são difíceis de morrer, porque quando se chega a essa idade avançada é porque se tem muita energia, muita força.

Estamos sabendo que 195 pessoas daquela clínica, de janeiro a maio, morreram. Segundo denúncias da imprensa, 88 idosos morreram em dois meses na Clínica Santa Genoveva, sendo a maioria, vítima de surto de diarreia; alguns morreram por subnutrição. Três mortos a cada dois dias. Eu me pergunto: Como ocorre isso? Consta ainda surto de bactérias extremamente infecciosas, o que ocasionou várias doenças típicas de regiões tropicais.

Sr. Presidente, o principal vetor de tudo isso foi a falta de higiene. A transmissão se dá geralmente por contaminação fecal-bucal (água infectada, falta de higiene no manuseio de alimentos, etc). Quem conhece sabe perfeitamente que a maioria dos internos passa fome, frio, recebe medicamentos com data vencida, toma água contaminada, etc.

Ora, como é possível acontecerem, aos nossos olhos, tais coisas como sapos e ratos nos corredores, esgoto a céu aberto, pessoas apodrecendo em vida. Isso é uma indignidade!

Temos alguns exemplos que são estarrecedores: um idoso teve sua perna amputada, em razão de uma infecção provocada pela ferrugem que corroeu sua cadeira de rodas. Ele não tinha essa doença. Isso é um absurdo! Vários pacientes são encontrados sujos de fezes e abandonados nas enfermarias. Sabemos o que isso significa.

O paciente Sérgio Genuíno Costa caiu e teve traumatismo craniano, mas a clínica não percebeu isso; só ministrou-lhe novalgina. Resultado: morreu oito dias depois de ter caído.

Ora, não é possível que em uma clínica como essa, que trata pacientes de geriatria, não haja um corpo de funcionários suficiente para atender àquelas pessoas. Há desleixo e descaso por parte dos responsáveis. O que deveria ser uma clínica médica, tornou-se a casa dos horrores.

Ontem, após a inspeção na clínica, o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro entrou com pedido de interdição ética, o que proíbe novas internações. O Ministro da Saúde disse que fecharia a clínica - tomamos conhecimento des-

sa declaração -, mas voltou atrás porque não sabe onde internar os pacientes.

Quero crer que o Ministro da Saúde tenha razão. Não se sabe para onde levar aqueles pacientes. Mas, tudo isso ocorre por causa da falta de uma política realmente protecionista, no que diz respeito às pessoas que estão nessas condições. Por exemplo, não existe - pelo menos não é do meu conhecimento, como profissional da área - um hospital que cuide, pura e simplesmente, de pacientes terminais. Não há como terminar a vida com dignidade. Isso é indigno!

Quem trabalha nos hospitais sabe perfeitamente que às vezes os doentes são entregues às famílias, mas nem todas têm condições de cuidar dos doentes, e estes morrem sem ter tido sequer um afago, um carinho. São pessoas absolutamente conscientes; sabem que são pacientes terminais e que não existe cura para suas doenças. Se o Poder Público não fizer a sua parte, evidentemente essa responsabilidade continuará a cargo das famílias brasileiras que sempre cuidaram dos seus pacientes. Isso não é possível!

Não se conhecem neste País hospitais geriátricos. Existem os da iniciativa privada, mas do Governo não há. Nossos asilos são verdadeiras casas de horrores. A maioria deles contam com a boa vontade de igrejas, sindicatos, associações, pessoas que se enriqueceram demais e, sem herdeiros, resolvem abrir uma casa para abrigar pessoas da terceira idade. É dessa forma que os idosos estão terminando seus dias.

A Delegada de Santa Tereza, Sônia Bello, resolveu abrir um inquérito contra a clínica. O Conselho Regional de Medicina - Cremerj - convocou os médicos da Santa Genoveva para prestar depoimentos hoje.

Sabemos que há número insuficiente de profissionais na clínica. São 286 pacientes para apenas 15 médicos, entre plantonistas e diaristas. Sabemos também que outras clínicas, no Estado do Rio de Janeiro - não falo em nível de Brasil -, apresentam os mesmos problemas: Clínica Nossa Senhora das Graças, em Realengo, e a Clínica Campo Belo, em Jacarepaguá, que também ministram a seus pacientes medicamentos vencidos. Os alimentos estão expostos aos ratos, as tubulações de esgoto aparente; nas geladeiras existem alimentos podres, e assim por diante.

Esse é o tratamento que as pessoas estão recebendo nas clínicas do Estado do Rio de Janeiro.

Não há sequer uma comissão de controle de infecção hospitalar e de óbitos. Os prontuários são preenchidos indevidamente, sem mostrar a evolução dos pacientes. Quando um plantonista passa a sua tarefa ao seu substituto, todos sabem - é elementar -

que a primeira coisa a fazer é verificar, no prontuário do paciente, o medicamento receitado e a evolução do seu quadro clínico, para que se possa continuar o tratamento. Mas nem isso existe! As pessoas estão ministrando remédios por conta própria, porque não têm uma orientação, não existe Raio-X ou outros exames necessários. Dessa forma, não há possibilidades terapêuticas. O mínimo que se poderia fazer é mandar fechar essa clínica.

Estamos diante de uma situação gritante: o Poder Público não investiu; portanto, não tem condições de atender os pacientes.

Mesmo sabendo que podem acontecer coisas piores, os doentes permanecem nessas clínicas por falta de opção. Não é possível concordar com situação tão dramática.

O Sr. Romeu Tuma - V. Exª me permite um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Concedo um aparte a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma - Senadora Benedita da Silva, vejo que V. Exª trata de um assunto profundamente angustiante e triste. Fico alegre que V. Exª esteja nesta tribuna, porque pensei que estivesse na Turquia, discutindo o Habitat II, uma vez que é profunda conhecedora dos assuntos que afligem a população e principalmente o Estado que V. Exª representa. Vejo que V. Exª, segundo o quadro que descreve, até com um pouco de ansiedade, procura encontrar um meio de não traumatizar tanto o Plenário. Mas o que a imprensa tem mostrado, através da televisão, dos jornais e das revistas, dão-nos uma idéia de como os seres humanos são tratados como trapos, como coisas! Aqueles pacientes dependem da bondade dos assalariados dessas clínicas, que, por piedade, os auxiliam ministrando medicamentos sem orientação, para tentarem minimizar a dor daquela gente. Parece-me que o **Jornal do Brasil** de hoje, inclusive, dizia que uma dessas clínicas explorava, para ter lucro, o sofrimento alheio. Por isso quero dar os parabéns a V. Exª. Espero - e quero ter certeza - que a voz de V. Exª ecoe no Ministério da Saúde e nos ouvidos das autoridades competentes, para que realmente as clínicas não sejam fechadas, pois isso não pode ocorrer. Não há outro lugar para se atender esses doentes que não seja à beira da calçada. Mas que intervenham no bom sentido, para que realmente haja um atendimento humano, orientado, sob a supervisão dos médicos. Só assim poderá haver um pouco de tranquilidade a essa gente sofredora, que não tem onde cair morta - desculpe-me a expressão.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço o aparte de V. Exª.

Quero dizer que essas pessoas não têm verdadeiramente onde cair mortas. Essa constatação não é apenas dura, é uma realidade. E nós a estamos constatando na medida em que a ausência do Poder Público, no implemento dessas políticas, possibilita que essas pessoas cheguem a essa situação.

Por isso, V. Exª também tem o compromisso não só de refletir sobre esse momento, mas de contribuir para que esta voz se faça ouvir no Ministério da Saúde; na Presidência da República; no Governo do meu Estado, através do Prefeito da minha cidade, e que se faça ouvir no País como um todo.

Estamos à beira da morte; a Saúde está doente no Brasil.

O Sr. Pedro Simon - V. Exª me concede um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Ouço V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Pedro Simon - Em primeiro lugar, estranho vê-la neste momento, porque ninguém mais do que V. Exª deveria estar em Istambul. V. Exª conhece, entende, interpreta e seria a grande representante do povo brasileiro para debater o problema das grandes cidades do mundo inteiro. V. Exª mora no Rio de Janeiro e conhece as favelas daquela cidade; conseguiu vencer e chegar até esta Casa. Portanto, ninguém melhor do que V. Exª para nos representar em Istambul; V. Exª falaria com conhecimento de causa, e não porque ouviu falar. Sinceramente, se dependesse de mim, se eu pudesse ter participado da escolha, eu a designaria para integrar essa comissão. Já que tivemos a felicidade de tê-la nesta Casa, tínhamos a obrigação de fazer com que só V. Exª participasse dessa conferência, porque, aí sim, o povo brasileiro, naquilo que tem de mais simples, de mais humilde, estaria representado em Istambul. Portanto, o pronunciamento de V. Exª é muito importante. Li, através da imprensa, o pronunciamento de ontem do Líder Roberto Freire sobre a mesma matéria. Nobre Senadora, temos a obrigação de dar nome aos bois, temos a obrigação de assumir a responsabilidade. Quero dizer a V. Exª que eu, Pedro Simon, Senador da República, assumo responsabilidades. Esses fatos estão acontecendo por minha culpa, Pedro Simon, porque sou Senador da República há 16 anos, porque sou Parlamentar há alguns anos e não participei, não agi como seria da minha obrigação. Creio que são poucos os que podem, nesta Casa, dizer: "eu fiz, eu realizei"! Discursar é importante, debater é importante, apresen-

tar projeto de lei é importante, mas existem alguns assuntos que deveriam ser tratados como uma cruzada nacional. Volta e meia estamos debatendo aqui problemas da agricultura, problemas de crédito agrícola, que são importantes; às vezes, discutimos problemas industriais, que também são importantes; reforma da Previdência e outras questões. Porém, há milhões de pessoas que passam fome. Isso está acontecendo no Rio, não digo que seja no Brasil. No Brasil é pior, Senadora. Se isso está acontecendo no Rio, que é vitrina do Brasil, imagine o que deve estar acontecendo por aí afora! Dói sabermos que isso está acontecendo, que tem gente morrendo de fome todos os dias neste País, mas é preciso que isso aconteça para que falemos sobre o assunto. É preciso que aconteça o que ocorreu em Pernambuco para falarmos; é preciso que se matem as pessoas, como aconteceu no Pará, para que falemos. Eu nem me lembro mais qual foi a cidade do Pará em que ocorreu o fato, que fez com que me esquecesse daquela outra violência que aconteceu em Rondônia. A de Rondônia fez com que esquecesse uma outra, etc. Agora, é o Rio de Janeiro. Uma desgraça nos faz esquecer a outra e ninguém toma providência, a começar por nós, a começar pelo Congresso. Penso que há algumas questões que são fundamentais. Estava certo o candidato Fernando Henrique, quando abria a mão, em sua campanha, e dizia: "É saúde, é educação, é segurança, é alimentação, é moradia". É verdade. No entanto, se o Presidente se esqueceu, se amputaram sua mão, nós, Congresso Nacional, não podemos esquecer. Aquelas questões eram fundamentais na campanha e continuam fundamentais hoje, na sociedade brasileira. Pergunto: quem de nós, Congresso Nacional, Senado Federal, ao final de um ano, vai dormir dizendo: "Eu fiz. Graças a mim, hoje há menos crianças passando fome; graças a mim, há menos velhinhos na miséria; graças a mim, mudou um pouco a injusta, cruel e desumana distribuição da renda neste País"?! V. Exª, com a autoridade que tem, mais do que ninguém, com a competência que tem, mais do que ninguém, deveria, primeiro, nos cobrar essa missão. Vamos criar uma comissão, vamos nos reunir, vamos debater, para saber o que aconteceu em Pernambuco, para saber o que aconteceu no Rio de Janeiro, para então falarmos com o Presidente. Não adianta cobrar do Ministro da Agricultura ou do Ministro da Saúde. Esse, coitado, está numa corrida maluca atrás do imposto que favorece seu Ministério: já falou com a Câmara dos Deputados para saber se lá a matéria será aprovada. O Senado votou

apressadamente por achar que era prioritária, e agora a Câmara dos Deputados está engavetando. Por quê? A Câmara deve rejeitar ou aprovar, mas não deve engavetar. Nós, ainda que cumprindo o Regimento - é muito importante cumpri-lo, é a nossa primeira missão -, devemos cumprir a Constituição. Mais do que a Constituição, devemos cumprir os mandamentos, e, mais do que esses, devemos cumprir as questões de ética. Não se pode apenas dizer: "Olha o que aconteceu com os velhinhos no Rio; olha o que aconteceu com as pessoas no interior de Pernambuco"! Claro que dizer isso é importante, mas precisamos agir. Caso contrário, nobre Senadora, na próxima semana, estarei em seu lugar, falando da desgraça de algum lugar, e ninguém mais se lembrará do Rio. E nada vai mudar.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Agradeço a V. Exª pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Senadora, o tempo de V. Exª já está ultrapassado em 02 minutos.

O Sr. Pedro Simon - Isto é importante: o tempo. O tempo é importante! A saúde pode esperar, o tempo não pode!

O Sr. Bernardo Cabral - Senadora, homenagem V. Exª com o meu silêncio.

O Sr. Pedro Simon - Pelo amor de Deus, cumpramos o Regimento! O povo que fique esperando, o Regimento jamais!

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A Presidência pede desculpas, mas está aqui para fazer cumprir o Regimento.

O Sr. Guilherme Palmeira - Sr. Presidente, 06 minutos de aparte!?

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A palavra continua com a Senadora Benedita da Silva, para concluir.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu gostaria que o meu pronunciamento acolhesse também as manifestações dos Srs. Senadores, os que falaram e os que desejavam falar. Infelizmente isso não foi possível, por causa do tempo.

No entanto, o gesto dos Senadores em pedir a palavra demonstra, na realidade, a vontade que tem esta Casa não só de aprofundar-se, como bem colocou o Senador Pedro Simon, no discurso da tribuna, mas no compromisso de constituirmos uma comissão para apurar esses fatos. Não se trata apenas dos acontecimentos da Clínica Santa Genoveva, mas de muitos outros aos quais assistimos no País. É preciso criar uma comissão suprapartidária para investigar os fatos, discutir e dialogar com o Gover-

no Federal sobre a prioridade, sobre a urgência que requer a questão. Aqui estamos, fazendo denúncias e denúncias, mas não temos encontrado eco de uma ação afirmativa e imediata.

Sr. Presidente, devido o meu tempo ter esgotado, peço a V. Ex^a que dê como lido o restante do meu pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. BENEDITA DA SILVA EM SEU DIS- CURSO:

**APÓS CARUARU, AGORA É A CLÍNICA SANTA GENOVEVA
O QUE VAI SER DEPOIS?**

Antecedentes:

– A clínica Santa Genoveva é particular e conveniada com o SUS, para prestar atendimento à população.

– Donos/Sócios = Mansur José Mansur e Eduardo Quadros Espinola, respectivamente presidente da Federação Brasileira de Hospitais e da Associação Brasileira de Psiquiatria.

– Eduardo Espinola responde no Ministério Público Federal Inquérito por fraude, por ter recebido em 1994, do governo, 34.325 diárias fantasmas, cobradas de pacientes inexistentes, em outra clínica de sua propriedade.

– Mansur José Mansur, foi denunciado pelo Ministério Público Federal por cobrar 471 diárias em excesso, noutra clínica sua: o Sanatório Itaperuna.

– Consta que a clínica Santa Genoveva está funcionando irregularmente desde o início do ano. A Comissão de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina (coordenador Antônio Carlos Touche) disse que ela está com o Certificado de Autorização de Responsabilidade Técnica vencido.

– Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, de Janeiro a maio morreram 195 pessoas na clínica.

Situação:

– Segundo denúncias da imprensa, 88 idosos morreram em dois meses, na Santa Genoveva, a maioria vítima de surtos de diarreia, (três mortos a cada dois dias). Alguns casos de morte por subnutrição.

– Consta que o agente desse surto são as bactérias do gênero *Shigella*, extremamente infecciosas, ocasionando doenças típicas de campos de prisioneiros em regiões tropicais.

– Seu principal vetor é a falta de higiene. A transmissão se dá geralmente pela contaminação fecal-bucal (água infectada, manuseio não-higienico de alimentos, etc.).

– A maioria dos internos da clínica passa fome e frio, recebe medicamentos com data vencida, toma água contaminada, tem surtos de diarreia, convive com sapos nos corredores, é atacada à noite pelos ratos e apodrece por negligência criminosa.

Exemplos:

– Um dos idosos teve sua perna amputada devido a uma infecção por ferrugem, que corroeu sua cadeira de rodas.

– Vários pacientes foram encontrados sujos de fezes e abandonados nas enfermarias.

– Um paciente, Sérgio Genuíno Costa, levou um tombo e teve traumatismo craniano. Mas a clínica não viu isso e o tratava a base de novalgins. Morreu oito dias depois de cair.

– Há, pois, indícios claros de desleixo e descaso por parte dos responsáveis. Aquilo que deveria ser uma clínica médica é uma casa de horrores.

– Ontem, após inspeção na clínica, o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, entrou com pedido de interdição ética que proíbe novas internações.

– O Ministro da Saúde disse que fecharia a Santa Genoveva. Mas voltou atrás porque não há onde internar os pacientes.

– A delegada de Santa Tereza, Sônia Bello, resolveu abrir Inquérito contra a clínica.

– O Conselho Regional de Medicina – Cremerj, convocou os médicos da Santa Genoveva para prestar depoimentos hoje.

– O número insuficiente de médicos na clínica é expressivo. Para cuidar de 286 pacientes, dispõe de 15 médicos entre plantonistas e diaristas.

– Outras clínicas apresentam problemas. Clínica Nossa Senhora das Graças (em Realengo); Clínica Campo Belo (Jacarepaguá), com produtos com validade vencida; alimentos expostos aos ratos, tubulações de esgoto aparente, geladeiras com alimentos podres, etc.

– Não há comissões de controle de infecção hospitalar, nem de óbitos. Os prontuários são preenchidos indevidamente (sem mostrar a evolução dos pacientes); os remédios são ministrados por qualquer pessoa sem acompanhamento médico e não há exames de Raios-X, laboratorial ou mesmo de ressuscitação de cardíacos, que num hospital de pacientes fora de possibilidade terapêutica, como é o caso da Santa Genoveva, é fundamental.

Causas:

– A falta de uma política de saúde pública, séria e eficaz, com orçamento compatível com as necessidades, permite que o Brasil seja um dos países mais doentes do mundo;

– O atual sistema de saúde, no qual o SUS paga valores risíveis para que particulares atendam à população, dá margem a ação de maus profissionais;

– A falta de uma fiscalização rígida na área de saúde permite que instituições precaríssimas funcionem como uma série de irregularidades;

– Omissão da administração municipal que é a principal responsável.

Conclusão

– A principal administradora da Santa Genoveva, Sílvia da Conceição, em depoimento prestado na 7ª DP, confirmou o péssimo estado da clínica.

– Neste caso, não há como argumentar pela falta de recursos. Hospitais e casas de saúde do Estado do Rio receberam, no ano passado, 45 milhões de reais, equivalente a 56,6% do total de pagamentos do Ministério da Saúde, feitos no país.

- Dentro desse montante, as clínicas privadas ficaram com 73,4%. Para a rede pública foi 26,6%. Os proprietários da clínica atribuem à falta de recursos financeiros todos os problemas, inclusive os de higiene(?).

- Os empresários mantêm o lucro e diminuem as verbas para atendimento.

- O sucateamento da saúde pública tornou-se uma perversão social tão rendosa quanto a indústria da seca ou a correção dos anos do orçamento.

- A sociedade não pode aceitar a existência de uma instituição nesses moldes.

- Onde estão os fiscais municipais, estaduais e federais? Onde está o controle? Onde está a responsabilização por esses episódios?

- A impunidade é um dos males revoltantes aspectos do país. É preciso romper a indiferença da sociedade e do poder público.

- Comovente e revoltante é a situação da velhice pobre e abandonada no Brasil. É um sinal grave de barbárie e de uma concepção perversa de modernidade, dentro do atual modelo econômico.

- Exemplificativo deste modelo é a cobrança de impostos dos funcionários públicos aposentados, instituído recentemente através de medida provisória.

- A atenção à saúde do povo é mais uma questão de vontade política e menos de recursos. Cuba, um país pobre, possui um sistema impecável que exporta conhecimento na área.

É necessário instituir-se novamente a prática do médico de família, quando o idoso, o doente, é atendido em casa e permanece junto dos seus.

O que diria Hipócrates, o pai da medicina, se pudesse ver que, no Brasil, alguns de seus colegas podem ser comparados a guardas de campos de concentração?

(Medidas adotadas pela Senadora: Estou remetendo expediente ao Ministro da Saúde onde solicito inspeção em todas as casas geriátricas do Estado do Rio de Janeiro, estou encaminhando Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - V. Exª será atendida.

Com a palavra o nobre Senador Humberto Lucena por permuta com o Senador Francelino Pereira. V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, há uma expectativa geral quanto à próxima decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal, no recurso que lhe foi submetido, face à deliberação recente do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de proibir que titulares de cargos do Poder Executivo na esfera Federal, Estadual ou Municipal - Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores de Estado, Vice-Governadores, Secretários de Estado,

Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais - subam aos palanques, durante a campanha eleitoral.

Parece-me que houve equívoco do Tribunal Superior Eleitoral ao examinar a matéria, não obstante o fato de que aquela alta Corte de Justiça vem demonstrando extremo zelo pela purificação do processo eleitoral.

Na verdade, o que enfim se conseguirá, se perdurar a deliberação do TSE, é a cassação da cidadania. Embora ocupem cargos de Presidente da República, ou outros, são cidadãos brasileiros que têm o direito de ir à tribuna popular para defender os programas de seus partidos, as diretrizes que comandam as próprias candidaturas que as suas agremiações apresentam, nos pleitos eleitorais. O que se deve condenar e punir com rigor, é o uso da máquina administrativa na campanha eleitoral, seja a máquina federal, estadual ou municipal. A própria legislação em vigor já dispõe de normas bastante rígidas nesse sentido, de tal maneira que fica praticamente impossível que as autoridades federais, estaduais ou municipais possam influenciar nas decisões eleitorais. Se não prevalecesse esse meu raciocínio, como é que iríamos discutir, por exemplo, a questão da reeleição dos titulares dos cargos eletivos? Nos Estados Unidos da América, o Presidente da República é candidato à reeleição no exercício do próprio cargo; assim também os Governadores de Estados e os outros ocupantes de cargos do Executivo. Sr. Presidente, não há de ser a presença nos comícios eleitorais que irá fraudar os pleitos.

Ainda hoje ouvi uma entrevista, muito contundente, do Governador Mário Covas - e ninguém duvida da condição de democrata do Governador de São Paulo. S. Exª afirmou categoricamente que esperava, com ansiedade, a decisão do Supremo Tribunal Federal, porque está disposto a subir nos palanques de São Paulo para defender as teses do seu Partido, o PSDB, e sobretudo as candidaturas que a sua agremiação partidária está lançando, a começar pela Capital, onde disputa o pleito municipal o ex-Ministro José Serra.

Quero crer, portanto, Sr. Presidente, que o Supremo Tribunal Federal, na sua serenidade, há de se aprofundar no exame dessa matéria e há de vir ao encontro dos anseios de todos nós, democratas, que queremos na verdade que a campanha eleitoral se processe dentro de normas rígidas e de um processo permanente de moralização. Mas nunca, Sr. Presidente, tirando o direito que têm os cidadãos brasileiros de defender suas idéias nos palanques eleitorais.

Muito mais importante foi a decisão do TSE, apoiada pelo Congresso, de maneira firme e categórica, de assegurar recursos necessários para a informatização dos pleitos eleitorais. Já teremos, este ano, nas eleições das capitais, cerca de 30 milhões de eleitores votando através de máquinas. Isso é importantíssimo para evitar que as fraudes eleitorais se repitam, e tendo em vista, também, o apressamento do processo de apuração das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Interrompo V. Ex^a apenas para prorrogar por mais dez minutos a Hora do Expediente, de forma a poder concluir o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sr. Presidente, ainda mais relevante é a questão das despesas da campanha eleitoral. Já avançamos bastante nesse sentido. No último pleito, tivemos os bônus eleitorais; e agora, na nova legislação, temos também ajudas eleitorais de pessoas físicas e jurídicas, comprovadas através de recibos.

Digo a V. Ex^a que preferia os bônus, porque me pareciam melhor solução. Mas, de qualquer forma, o que é importante é a transparência nessa questão, para evitar-se que amanhã continue a haver fraudes que levem a um maior enriquecimento ilícito, cada vez mais, de pessoas que participam, às vezes, de campanhas políticas mais para ganhar dinheiro do que a própria eleição, apropriando-se das chamadas sobras de campanha.

Faço, portanto, fica este registro, Sr. Presidente. A minha expectativa é de todo o povo brasileiro é no sentido de que o Supremo Tribunal Federal assegure a todos os brasileiros, sejam autoridades ou não, o direito sagrado de subirem aos palanques, para defenderem as idéias dos seus candidatos, as idéias e os programas dos seus respectivos partidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Sobre a mesa, proposta de emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 27, DE 1996**

Altera o Inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58.

§2º.....

V – convocar qualquer pessoa ou autoridade para prestar depoimento, exceto detentor de mandato eletivo no exercício deste, magistrado de qualquer juízo ou tribunal e membro do Ministério Público;

....."

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na lição de José Afonso da Silva (Curso de Direito Constitucional Positivo, 10ª edição, revista, 1995, pág. 492), as atribuições do Poder Legislativo podem ser divididas em cinco grupos:

a) atribuições legislativas, consistentes no poder de elaborar leis;

b) atribuições meramente deliberativas, expressas na prática de atos de normatividade concreta, como decretos legislativos e resoluções, e outros atos referendários, autorizativos e normativos;

c) atribuições de fiscalização e controle, exercidas através das diversas formas pelas quais se expressa o controle externo da Administração Pública;

d) atribuições de julgamento de crimes de responsabilidade, que acontece pela autorização de processamento e julgamento de alguns agentes políticos;

e) atribuições constituintes, consubstanciada na elaboração de emendas constitucionais.

Dessas atribuições, a notícia histórica de que dispomos indica que a primeira grande atribuição do Poder Legislativo foi o chamado poder financeiro, ou seja, a competência para autorizar a cobrança de títulos, consentir gastos públicos e tomar a conta dos que usam do patrimônio geral. Manoel Gonçalves Ferreira Filho chega a afirmar que "tradicionalmente, o Legislativo é o poder financeiro" (Curso de Direito Constitucional, 19ª edição, revista, 1992, pág. 138), tradição esta que data do medievo.

Em ilustrativa lição, ensina esse mestre:

"Na verdade, o poder financeiro das Câmaras é historicamente anterior ao exercício, por elas, da função legislativa. De modo geral as Câmaras representativas, na Idade Média, destinavam-se precipuamente

a consentir nos impostos, em razão do princípio largamente difundido de que sem o consentimento dos contribuintes ou de seus representantes não pode haver cobrança de tributos, princípio esse, por exemplo, consagrado na Magna Carta de 1215.

O poder de votar as regras jurídicas – as leis – foi, em realidade, conquistado por essas Câmaras, na Inglaterra, a "mãe dos Parlamentos", por meio de uma barganha: o consentimento em impostos em troca da extensão de sua influência legislativa." (Idem, ibidem).

Além dessa característica de função primeira do Poder Legislativo, o poder financeiro, ou fiscalizador, é por muitos tomado como auxiliar da realização da outra grande função dos parlamentos, qual seja a elaboração normativa. Nesse sentido a lição do juriconsulto platino Miguel Andreozzi, para quem o poder de fiscalização da atuação do Executivo "não é uma faculdade inferior ou ajacente à de editar leis; pelo contrário, é fundamental e necessária à própria elaboração das leis, a fim de que o Legislativo conheça como funcionam os outros órgãos, sobretudo do Executivo, em relação ao qual exerce amplo controle" (Faculdades Implícitas de Investigación Legislativa y Privilegios Parlamentarios, pág. 12).

Depreende-se daí como a grande, primeira e mais importante função do Poder Legislativo a de fiscalização, a de controle externo.

Está ela consagrada de forma expressa no texto da atual Constituição Federal. Determina o art. 49, X, a competência "exclusiva" do Congresso Nacional, unicameralmente ou por qualquer de suas Casas, para a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Essa competência fiscalizatória biparte-se em uma primeira, ampla e geral, que lhe permite "indagar e questionar a respeito de todos os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, derivada da idéia de que os atos da administração devem ser acompanhados e fiscalizados pelo povo" (Michel Temer, Elementos de Direito Constitucional, pág. 126), e outra, prevista no art. 70 da Constituição, qual seja a fiscalização financeira e orçamentária, labor no qual o Congresso Nacional tem o auxílio técnico do Tribunal de Contas da União.

Absolutamente todas as unidades administrativas estão sujeitas a esse controle, tanto do Executivo quanto do Judiciário e do próprio Legislativo. São abrangidos também os atos de qualquer pessoa física que "utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre

dinheiros, bens ou valores públicos ou pelos quais a União responda..." (CF, art. 70, parágrafo único).

É pertinente a discussão da amplitude desse controle latente.

Para mensurá-la, torna-se fundamental a lição do pranteado mestre Hely Lopes Meirelles:

"A fiscalização financeira e orçamentária é conferida em termos amplos ao Congresso Nacional, mas se refere fundamentalmente à prestação de contas de todo aquele que administra bens, valores ou dinheiros públicos. É decorrência natural da administração como atividade exercida em relação a interesses alheios. Não é, pois, a natureza do órgão ou da pessoa que a obriga a prestar contas; é a origem pública do bem administrado ou do dinheiro gerido que acarreta ao gestor o dever de comprovar seu zelo e bom emprego". (Direito Administrativo Brasileiro, 19ª edição, atualizada, pág. 603 – grifos nossos).

Fixa-se, assim, na latitude e na profundidade, essa competência do Poder Legislativo: todo e qualquer ato praticado a partir da administração pública (direta ou indireta, não importa), e que envolva bens, valores ou dinheiros de origem pública é fiscalizável pelo Parlamento.

Não se resumem tais atos aos praticados pela estrutura administrativa em relação a si própria. Antes e principalmente, alcançam quaisquer atos praticados por seus órgãos, inclusive aqueles que produzam seus efeitos finais fora da estrutura pública. Se contiverem em sua origem um órgão da Administração Pública e em seu núcleo valores, bens ou dinheiros públicos são fiscalizáveis pelo Legislativo, no desempenho dessa sua função primordial, que é velar pela correção, legalidade e moralidade da gestão financeira estatal. Guardando fidelidade ao ensinamento do grande administrativista paulista, a natureza pública de tais valores sempre conduz à possibilidade de fiscalização pelo Poder Legislativo.

A própria Constituição espousa essa tese, ao fixar, nos Incisos II e V do art. 71 da Constituição Federal, áreas estranhas à esfera pública pelas quais pode o Tribunal de Contas da União incursionar, na condição de órgão auxiliar do Legislativo no mister fiscalizatório. Veja-se:

"Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

II – julgar ... as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

V – fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta...;

Fica claro que cogita o texto constitucional, no ponto, de possibilidade de controle das contas de terceiros pelo Legislativo. No inciso II cuida-se da verificação das contas de qualquer pessoa cuja atuação esteja viciada por irregularidade quando manuseando recursos públicos, ou quando esse gerenciamento der causa a prejuízo ao erário, sendo este prejuízo elemento bastante para fixar a competência fiscalizatória; e no inciso V, envolve as contas de empresas privadas supranacionais, pela só condição de haver participação estatal na sua composição acionária, ou seja, envolvimento de valores públicos.

Não é outro o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Julgando causa que versava sobre a competência do TCU para verificar a correção de atividades de sociedade civil beneficiada por verbas públicas (no caso a Cruz Vermelha), julgou a Egrégia Corte que o Tribunal de Contas da União: a) não poderia, como queria, determinar o afastamento de qualquer dos dirigentes dessas entidades; mas que b) esse impedimento de atuar junto à pessoa dessa sociedade civil não implicava proibição às ações de fiscalização e controle a seu encargo, nos termos constitucionais. Em relação à permanência dessa competência fiscalizatória, diz o acórdão que o TCU não pode afastar dirigentes de entidade civil, "sem que isso possa implicar prejuízo da atuação fiscalizadora do Tribunal de Contas da União quanto ao emprego de verbas públicas e correspondente prestação de contas" (Mandato de Segurança nº 21.636, de 11-3-1993, DJ de 19-5-95, pág. 13-993). E o TCU é, lembremo-nos, órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Temos, assim, que toda a atuação estatal envolvendo valores públicos é fiscalizável, e que esse encargo insere-se na alçada do Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas da União.

É dentro dessa concepção que nos inspiramos para o oferecimento da presente proposta de emenda à Constituição, e o ponto de partida adotado foi a consideração do universo passível de fiscalização pelo Poder Legislativo, qualificado pela origem públi-

ca da verba, valor ou bem em questão, e pelo princípio da indisponibilidade do interesse público.

Entendemos que o poder atribuído às Comissões pelo art. 58 da Constituição Federal é por demais tímido, até porque temos presente a lição inolvidável do Ministro Mário Guimarães, do Supremo Tribunal Federal:

"São tais comissões (as comissões parlamentares) o próprio Poder Legislativo, que, por motivos de economia e eficiência de trabalho, funciona com reduzido número de membros" (recurso de habeas corpus nº 32.678/53, ADJ de 28-12-53, pág. 4.007).

Ora, se as comissões do Poder Legislativo, inclusive as permanentes e as temporárias, são o próprio Poder atuando; se ao Poder Legislativo incumbe fiscalizar todo e qualquer ato envolvendo valores públicos; se a existência dessa condição de valores públicos implica sua qualificação como de interesse público; e se o interesse público é indisponível, deduzimos que essas comissões têm dever institucional de atuar pela preservação da correção, moralidade e legalidade desses atos, dever esse agregado à imperatividade de conferir efetividade a essa atuação, pois o interesse público não admite transigência.

É precisamente nesse ponto que reside o nosso inconformismo com a redação constitucional atacada.

Ao afirmar que as comissões parlamentares podem "solicitar" depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, em relação às matérias de sua competência, por óbvio a Constituição não cria para o solicitado a obrigação de comparecer, deixando ao seu alvedrio a decisão de fazê-lo ou não.

A natureza dos interesses em jogo, contudo, não tolera essa liberdade.

Essas autoridades ou cidadãos não estarão sendo inquiridos sobre seus negócios particulares, e nem poderiam sê-lo, por ser uma conduta afrontosa à Constituição. Estarão, isso sim, sendo instados a responder sobre o eventual mau uso de valores, bens e dinheiros públicos, e nisso não se pode admitir discricionariedade privada. É, já se disse, um assunto que se situa fora do poder de decisão do particular ou da autoridade, porque indisponível, porque de interesse público. Nesta condição, prepondera sempre sobre o interesse privado.

A não-aceitação da solicitação legislativa para prestar depoimento tem conduzido à vulneração desses claríssimos paradigmas, o que é inadmissível.

Temos, assim, por imperativa a alteração do comando constitucional, estabelecendo uma com-

pulsoriedade, e não-faculdade, ao cidadão ou autoridade para comparecer e responder perante comissão parlamentar. Os interesses em jogo o justificam.

Além da alteração do verbo, que passa a ser "convocar", para impor a obrigação de comparecer, procedemos a outras alterações, igualmente importantes.

Substituímos "cidadão", da redação original, por "pessoa". Cidadão é brasileiro detentor de capacidade eleitoral ativa, é o partícipe efetivo da vida institucional e detentor de parcela do poder estatal que nele se origina, nos termos precisos do parágrafo único do art. 1º. Mas o conhecimento de fato relevante em relação ao mau uso ou uso ímprobo de valores públicos não val estar necessariamente na posse de cidadão. Qualquer pessoa pode sabê-lo. E sabendo, deverá disso dar ciência à comissão que dele indaga. A restrição da legitimidade passiva para essa convocação a cidadão nos parece desarrazoada. Eis porque propomos a sua alteração.

"Autoridade", da redação original mantida, abrange toda e qualquer pessoa no exercício, mesmo que temporário, de atribuição pública. Cuidamos de excluir desse universo, contudo, os detentores de mandato eletivo, de forma a respeitar a separação de Poderes (em relação ao Presidente e Vice-Presidente da República), cláusula pétrea que é (art. 60, § 4º, III), e a desobrigação de testemunhar de deputados e senadores (art. 53, § 5º). Enfatizamos a necessidade de estar em exercício, para incluir no rol dos convocáveis, um parlamentar que esteja exercendo cargo de Ministro de Estado, por exemplo.

Excluímos, também, do rol dos convocáveis os magistrados, tendo compreendido *latu sensu*, de forma a afastar dessa compulsoriedade juízes de qualquer instância, inclusive e especialmente de tribunais superiores, de forma a preservar, aqui uma vez mais, a intangibilidade da separação dos Poderes e a atuação livre desses órgãos prestadores de jurisdição.

Também com respeito à independência funcional de que são detentores, excluímos os membros do Ministério Público, que poderiam tê-la ameaçada se convocados a depor sobre o que souberem. Isso será dado a conhecer no momento oportuno, quando do oferecimento de denúncia ou das ações que são próprias dessa instituição.

Todas as demais autoridades e pessoas são passíveis de convocação para depor perante comissões parlamentares.

Obviamente, somente poderão ser instadas a isso no que tange a verbas, valores ou bens públi-

cos, mas cremos que o *caput* do art. 58, "às comissões, em razão da matéria de sua competência...", já conduz a esse entendimento. Dessa forma, e amparada por essas razões, damos a presente proposta de emenda à Constituição à apreciação e deliberação desse Parlamento.

Odacir Soares – Jonas Pinheiro – Elcio Alvares – Guilherme Palmeira – José Bianco – Joel de Hollanda – Nabor Junior – Romero Jucá – Carlos Bezerra – Mauro Miranda – José Agripino – Ramez Tebet – José Fogaça – Ney Suassuna – Hugo Napoleão – João Rocha – João França – Bernardo Cabral – Valmir Campelo – Waldeck Ornelas – Gilvan Borges – Júlio Campos – Flaviano Melo – José Alves – Totó Cavalcante – Beni Veras – Bello Parga – Sebastião Rocha – José Roberto Arruda – Freitas Neto – Ernandes Amorim.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO VII Das Comissões

Art. 58: O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º As Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 548, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, a seguinte informação:

– Quais os bancos, integrantes da rede arrecadadora de contribuições do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que possuem Certidões Negativas de Débito (CND) com prazos de validade diferentes dos períodos relativos à prestação dos serviços.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1996. – Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 549, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitados ao Banco do Brasil S/A, através do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, os seguintes documentos e informações:

1 – Relatório da auditoria interna instaurada na diretoria internacional do Banco do Brasil, o qual identificou a existência de um esquema de corrupção, envolvendo funcionários daquela área e um escritório de **lobby** no Rio de Janeiro na "venda" a bancos privados de pequeno e médio porte de acesso a linhas de comércio exterior do Banco do Brasil, em troca de "comissões";

2 – Nomes dos funcionários do BB e dos responsáveis do referido escritório envolvidos;

3 – Bancos privados que se utilizaram desse esquema e valores das comissões pagas.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1996. – Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 550, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitados ao Banco Central do Brasil, através do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, os seguintes documentos e informações:

1 – Cópias integrais de todos os contratos de venda de bancos, celebrados no País, desde janeiro de 1995 até o presente;

2 – Cópias integrais dos laudos de avaliação dos ativos e passivos dessas instituições;

3 – Montante dos recursos obtidos pelo Banco Bandeirantes S/A para a compra do Banco Nacional do Norte (BANORTE), no marco do Fundo Garantidor de Crédito, com autorização do Banco Central;

4 – Montante dos recursos injetados pelo Banco Central no Banorte a título de "ajuda de liquidez";

5 – O Banco Bandeirantes recorreu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e dele obteve recursos para a compra do Banorte? Caso sim, qual o montante desses recursos?

6 – Qual o valor total dos créditos e outros ativos do Banorte rejeitados pelo Banco Bandeirantes e que serão assumidos pelo Banco Central?

7 – Qual a natureza e qual o montante das garantias apresentadas pelo Bandeirantes ao Banco Central para assumir o controle do Banorte?

8 – Qual o valor total do passivo trabalhista dos cerca de três mil funcionários do Banorte? Quem irá assumi-lo: O Bandeirantes ou o Banco Central?

Sala das Sessões, 4 de junho de 1996 – Senador **Gilberto Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 551, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro da Saúde as seguintes informações:

1. Quando foi expedido o último alvará sanitário para o funcionamento da Clínica Santa Genoveva, localizada no município do Rio de Janeiro? Qual o órgão responsável pela expedição do alvará e pela fiscalização da Clínica?

2. Consta, no órgão responsável pela fiscalização da clínica, alguma notificação ou auto de infração expedidos nos últimos dois anos contra a mesma?

3. Qual o valor dos repasses feitos através do SUS à Clínica Santa Genoveva nos últimos dois anos? Estes valores correspondem a que serviços prestados pela Clínica?

4. O Ministério da Saúde fiscaliza as clínicas e hospitais que recebem repasses do SUS, no sentido de verificar a efetiva prestação dos serviços e a qualidade dos mesmos? O Ministério da Saúde é notificado quanto a morte de pacientes internados em clínicas e hospitais, quando esta internação é paga pelo SUS?

5. Que outras clínicas ou hospitais apresentam índices de mortalidade considerado elevados? O Ministério da Saúde pretende adotar medidas para que o mesmo não venha a ocorrer em outras clínicas ou hospitais?

6. O Ministério da Saúde realizou algum relatório de vistoria na Clínica Santa Genoveva, depois que o número excessivo de mortes, e as péssimas condições de higiene mantida pela Clínica vieram a público? Quais as conclusões do relatório e que medidas o Ministério da Saúde adotou para corrigir as irregularidades? O relatório apontou as pessoas responsáveis pelo descaso com que eram tratados os pacientes da clínica?

Justificação

Não podemos mais fechar os nossos olhos ou calar a nossa voz frente à tragédia humana que se

verifica em várias instituições de saúde, no País. A partir dos fatos publicados pela imprensa nacional, tomamos conhecimento da verdadeira "Casas dos horrores" que certas clínicas médicas vêm se caracterizando. O mais recente caso da Clínica Santa Genoveva, na cidade do Rio de Janeiro, é uma vergonha que extrapola todas as fronteiras e os limites da tolerância e da razoabilidade. Urge que o Senado Federal tenha acesso às informações solicitadas no presente Requerimento para formar um juízo mais preciso com relação aos fatos, que estão estarecendo toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1996. – Senadora **Benedita da Silva PT/RJ**.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) - Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno desta Casa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 552, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, Voto de Aplauso à XV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio, celebrada em Cochabamba, Bolívia, que aprovou uma resolução condenando o caráter extraterritorial da Lei Helms-Burton, colocada em vigor pelo Governo dos Estados Unidos, com o acordo de constituir uma comissão de coordenadores nacionais, integrada pelo Brasil, Bolívia, Panamá, México, Colômbia e Paraguai para avaliar as possíveis medidas a tomar em oposição a essa lei.

Justificação

O presente requerimento destina-se a apoiar as decisões do Grupo do Rio, em defesa da soberania e dos interesses dos países e empresários, que poderão ser afetados pelas medidas do bloqueio contra Cuba, contemplada pela mencionada Lei Helms-Burton.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1996. – Senador **Roberto Requão**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - O requerimento lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Presidência recebeu o Ofício nº 27/96, de 30 de maio último, do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, encaminhando o Ofício nº 84/96, da Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério das Minas e Energia, através do qual envia convite para que o Senador Mauro Miranda participe, como coordenador, do Subgrupo de Trabalho para Mineração (SGT-2) do Mercosul. (DIVERSOS Nº 50, DE 1996)

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 1996, da Comissão

- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

(Em virtude de adiamento, nos termos dos Requerimentos nºs 347 e 449, de 1996).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa do dia 9 de maio último, quando teve sua discussão adiada para hoje.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não havendo número legal em plenário para deliberação, a votação fica adiada para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - **Item 2:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 4, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1995, de autoria do Senador Roberto Freire, que regula-

menta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão, tendo

Pareceres sob nºs 440 e 885, de 1995, e 38, de 1996, da Comissão

- de **Assuntos Econômicos**: 1º *pronunciamento*: favorável ao Projeto; 2º *pronunciamento*: pela aprovação parcial da emenda nº 1, de Plenário; e 3º *pronunciamento*: contrário às modificações propostas nos arts. 3º, 4º, 8º e 9º da emenda nº 1, de Plenário.

(Em virtude de adiamento, nos termos dos Requerimentos nºs 221 e 389, de 1996)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 24 de abril último, tendo sido sua discussão adiada para hoje.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 553, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 315, combinado com a alínea c do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 134/95, a fim de ser feita na sessão de 25 de junho de 1996.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1996. - **Flaviano Melo**.

SR. PRESIDENTE - (José Sarney) - A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O requerimento será apreciado na sessão ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE - (José Sarney) - Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

O SR. NEY SUASSUNA - (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os jornais de hoje trazem um assunto que repercutiu mal no Brasil e no mundo em relação à nossa economia: a conferência feita pelo Sr. Dornbusch. A página econômica

do jornal **O Globo** diz: "Dornbusch, o profeta do fim do mundo, volta a atacar".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Bernardo Cabral já analisou muito bem aqui esta situação. Mas quero acrescentar mais alguns itens. Esse cidadão, que já incorreu no erro de querer intervir em assuntos internos do Brasil, inclusive sugerindo ao nosso Executivo a troca de ministros; esse cidadão que sugeriu que o Brasil seguisse a rota, na época, de sucesso do México, mas que logo depois comprovou-se desastrosa; esse cidadão que inclusive fez, nessa sua conferência, afirmações de que o real está, em relação ao dólar, valorizado de 30 a 40% e que a manutenção dessas taxas de juro em níveis artificialmente elevados, como maneira de atrair capital do exterior, vai levar o Brasil, inexoravelmente, a uma crise; esse cidadão faz perguntas como esta:

"Por que o dinheiro está indo para o Brasil?" A resposta é que o país é apenas uma escala. O dinheiro fica lá como um motor que não é desligado - disse Dornbusch."

"Ele insistiu em que a moeda brasileira enfrenta o risco de um colapso, embora não quisesse fixar um prazo:

- Isso é o mais difícil de prever. Um ano, dois anos... Ou eles podem ter sorte e seguir em frente."

A verdade é que essas declarações, pela importância que o Brasil hoje ocupa na economia mundial, levaram às seguintes reações: a queda do dólar perante o iene - o mesmo foi vendido a 107,50 ienes, contra 108,07 na sexta-feira; a queda do dólar diante do marco alemão e do franco suíço. E, ainda mais, despencaram as letras brasileiras. Isso ocorre no momento em que o Presidente do BNDES está indo ao Japão vender letras numa operação que, tudo indica, será de grande sucesso. Até ontem, todos os indicadores eram de que seria um grande sucesso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de mencionar que o Senador Bernardo Cabral longamente dissertou sobre o assunto, mas não poderia deixar de vir a esta tribuna para dizer que o mesmo foi hoje enormemente debatido na Comissão de Assuntos Econômicos, onde, para termos o direito de ficarmos com a consciência inteiramente tranqüila, resolvemos criar uma comissão, formada pelos Senadores Roberto Requião, Osmar Dias e eu, para analisarmos a questão, para convocarmos autoridades, enfim, para buscarmos a existência de alguma razão para isso; e, caso exista, alertar e pedir a cor-

reção a tempo. Vamos ouvir as autoridades monetárias, os bons economistas do País, e temos certeza de que não vamos encontrar razões que respaldem o discurso dessa ave de mau agouro. Mas queremos estar com a consciência tranqüila para que, no futuro, não se venha a dizer que tivemos algum indicativo e não buscamos, o Senado Federal, aprofundar esses dados.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA - Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Bernardo Cabral - Ouço, com muita alegria, Senador Ney Suassuna, a informação de V. Ex^a a respeito da criação dessa comissão, com integrantes de tão alto nível, como V. Ex^a, o Senador Osmar Dias e o Senador Roberto Requião, porque ela vai espantar dúvidas, apontar caminhos e indicar soluções. Chega de ficarmos apenas contemplativos, deixando passar em branco certo tipo de crítica, que não conduz a nada. Aparteei V. Ex^a - e o aparte é sempre uma concessão, e não uma obrigação - para dizer-lhe dos meus cumprimentos.

O SR. NEY SUASSUNA - Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. Ouvi, com atenção, o discurso de V. Ex^a, hoje. Esse é um assunto que preocupa inteiramente a Casa, pois teve reflexos nocivos em nossa economia e também na de outros países, inclusive os Estados Unidos.

Graças a Deus, os prognósticos desse cidadão não indicam somente acertos, mas também muitos erros, o que nos traz um certo grau de tranqüilidade. Mas não podemos deixar, de maneira nenhuma, que um fato como esse, um apontamento como esse, passe em brancas nuvens. Vamos nos aprofundar.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA - Com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Senador Ney Suassuna, sempre que V. Ex^a vem à tribuna traz à Casa um assunto de mais alta importância, de grande repercussão, não só em nível interno como em nível internacional. Isso já foi devidamente acentuado pelas palavras abalizadas do Senador pelo Estado do Amazonas e ex-Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que destacou que uma notícia como essa prejudica, sem dúvida, o bom andamento do processo de desenvolvimento da nossa economia. Senador Ney Suassuna, hoje mesmo ouvi, pela CBN, uma entrevista concedida por um ex-Ministro da Fazenda, pessoa versada em assuntos de eco-

nomia, atual Deputado Federal pelo PPB, Delfim Netto, o qual afirmou que o prazo dado pelo economista da América do Norte, de dois anos, não existe, é extemporâneo, pois não se podem marcar prazos para a solução dos problemas econômicos do Brasil. Mas S. Ex^a reconhece que as altas taxas de juros têm provocado esse nervosismo no mercado, não só nacional, como internacional, com a quebra de diversas empresas e o desemprego generalizado. Faz-se necessário uma outra política, que não se baseie tão-somente no equilíbrio da balança de pagamentos e no câmbio e leve em consideração que a nossa moeda não tem tanto peso assim para ser equiparada à dos Estados Unidos. Ou seja, segundo os próprios Parlamentares que apóiam o Governo Federal, essa taxa sobrelevada da nossa moeda, o real, sendo artificial como é, tem causado sérios embaraços às autoridades econômicas quando tentam explicá-la no exterior. Senador Ney Suassuna, o Governo Federal deveria pensar bem a respeito dessa situação, dos juros cobrados no Brasil serem os mais altos do mundo; eles até podem chegar a cerca de 18%; no entanto, chegarem os juros a 30, 32, 39%, como aconteceu no ano passado, isso quebra qualquer país. Portanto, penso que o caminho não é esse. Ao lado do equilíbrio, da estabilidade da nossa moeda, devemos pensar no crescimento do País. Como podemos fazer isso, se as empresas estão impossibilitadas, não só de tomarem empréstimos, mas, principalmente, de pagarem as suas dívidas? Também o endividamento interno, provocado pelas altas taxas de juros, quebra os Estados e os Municípios. É preciso que reconheçamos que vários Estados foram quase que obrigados, de pires na mão, a tomar dinheiro emprestado junto à Caixa Econômica Federal, a juros exorbitantes. Quem aumentou esses juros? Será que fomos V. Ex^a, eu ou esse economista norte-americano? Não. Quem aumentou os juros foi o Governo Federal, nessa tentativa de fixar a moeda - como o faz - levando apenas em consideração o câmbio, mantendo a inflação baixa de qualquer maneira, às custas do desemprego, da fome, da miséria e do descrédito do Brasil no exterior.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. É muito correta a colocação de V. Ex^a.

Na quinta-feira passada, desta tribuna, alertava sobre notícia divulgada em todos os jornais sobre o fato de que o Brasil, no rol dos países que recebem investimentos, caiu do 37º lugar para o 48º, ganhando apenas da Rússia. Singapura - quem a conhece sabe, é uma coisinha de nada, cabe, provavelmente, em qualquer município do Brasil - é a primeira opção

de investimento pelos índices que apresenta. O que fez o Brasil despencar 11 posições? Foi, principalmente, o galopante crescimento da dívida interna, que explodiu com os juros, o que tornou inviável o pagamento para qualquer Estado que tenha dívidas no País. Para se ter uma idéia, hoje, o Estado de São Paulo, a locomotiva brasileira, precisa de R\$200 milhões a cada mês, além da sua arrecadação, só para cobrir o serviço da dívida, ou seja, tem uma dívida impagável.

O Sr. Vilson Kleinübing – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Com grande honra, Senador Vilson Kleinübing.

O Sr. Vilson Kleinübing – Senador Ney Suassuna, sem querer entrar no mérito da observação do economista Dumbusch ou da impropriedade de ele falar sobre um tema tão explosivo como aquele que ouvimos de suas declarações nessa conferência, mas entendo que, pelo menos, uma reflexão devemos fazer. A meu ver, ele foi deselegante; ele não tinha que estar se envolvendo em questões tão caras a nós e de tanto interesse para a nossa soberania; o momento foi inadequado. A reflexão que devemos fazer é no sentido de que, se não dermos conta do déficit fiscal no País - isso depende, também, do Congresso Nacional -; se continuarmos gastando mais do que arrecadamos; se continuarmos autorizando rolagem de dívida em 100%, para aumentá-la ainda mais; se continuarmos autorizando cinco, seis bilhões para tapar o buraco do Banco do Brasil; se continuarmos com problemas como o do Fundo de Compensação de Variações Salariais, que é da ordem de US\$50 bilhões; se continuarmos aumentando a dívida em títulos públicos e securitizando dívidas que não sabemos se vamos receber, como a do Proer, a da Agricultura e outras dívidas maiores; tudo isso autorizado pelo Senado da República, é provável que esse economista acabe acertando por pouco.

Se as nossas empresas, os nossos negócios pessoais, ou as nossas contas familiares fossem administradas da maneira como administramos as contas públicas brasileiras, saberíamos que quebraríamos. Quando falo nós, refiro-me aos Poderes Executivo e Legislativo. Não precisa ser economista, como Dornbusch, como não precisa dar palestra em uma conferência internacional, para saber que o Real e a economia vão quebrar. Qualquer pessoa medianamente informada sabe, porque estamos simplesmente nos endividando cada dia mais, por conta de uma segurança que estamos esperando que venha do equilíbrio fiscal, que não vai acontecer

enquanto não se fizer as reformas que o País necessita para fazer um ajuste fiscal.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado, Senador. Acato as suas ponderações com muito agrado em minha oração, porque realmente são colocações realistas.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA – Ouço o aparte do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Nobre Senador Ney Suassuna, V. Exª tem absoluta razão na colocação do seu discurso, porque a intenção desse economista, evidentemente, não é a de que encontremos o caminho certo na economia brasileira; ao contrário, que prejudiquemos cada vez mais a economia brasileira, porque ele não tem interesse em que o Brasil dê certo. Falta-lhe autoridade. A prova disso são os seus fracassos em outros planos que ele apontou como corretos e que não deram certo em vários países. Ele quis que seguissemos cegamente o México e, se assim tivéssemos feito, a situação seria outra, muito mais grave do que a que estamos vivendo. Se temos que consertar, e ele tem colaboração a dar, ele tem várias maneiras de fazê-lo com a discrição de um economista competente. De modo que o que ele quis foi prejudicar o País. E esse foi o seu objetivo: ir para lá, para prejudicar o País, para que ele não tenha a sua independência econômica, como é do nosso interesse e como V. Exª deseja e está demonstrando com o seu discurso na tribuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado. Este também é o nosso entendimento, o entendimento de que quem quer ajudar não faz esse alarde e nem tampouco joga essas informações aleatoriamente como ele fez.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, concluo dizendo que nós, do Senado Federal, seja em relação à dívida interna, para a qual, por uma solicitação do nobre Senador Humberto Lucena, foi criada uma comissão especial para analisá-la; seja através da ação, hoje, encetada na Comissão de Assuntos Econômicos, onde também criamos uma subcomissão - e quero informar, em alto e bom tom, a todos os que quiserem participar que os mesmos devem se apresentar, porque analisaremos em profundidade as informações desse cidadão, para que tenhamos o desengano da nossa consciência -; seja por uma ou por outra, estamos tomando providências.

O Sr. Elcio Alvares – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA - Com prazer, ouço V. Exª, nobre Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares – Nobre Senador Ney Suassuna, praticamente, cheguei no término de seu discurso. Mas gostaria, neste momento - e imagino que comungo com o pensamento de todos os Srs. Senadores -, no discurso, de inserir o meu parte, que é de protesto, de repúdio às declarações que objetivam, acima de tudo, prejudicar a economia brasileira. Já estamos acostumados a esse tipo de elemento, que vem de público fazer algumas afirmações para prejudicar o Brasil, às vezes, em virtude de algumas visões inteiramente deturpadas que são mostradas lá fora. Pergunto-me qual é o resultado prático que esses elementos têm em sempre mostrar o Brasil em uma posição de inferioridade. No caso da economia, seria oportuno hoje que esse economista tivesse ouvido o discurso do Ministro José Serra ao transferir para o Ministro Antônio Kandir a responsabilidade de fazer o planejamento brasileiro. Os números de crescimento, em nosso País, são efetivos e concretos, e o Ministro Pedro Malan foi muito feliz ao fazer a análise desses pontos que foram tratados nessa malsinada declaração, que não constrói e produz resultados deletérios. O Ministro Pedro Malan, na exata proporção, citou aquilo que é o pensamento de todos nós, brasileiros. Sabemos que o trabalho é muito difícil e ninguém tem dúvida de que o Plano Real requer, ao longo do tempo, todo o cuidado necessário. Neste instante, aproveitando o discurso de V. Exª, quero dizer que o Plano Real terá de ser sustentado por todos aqueles brasileiros que, efetivamente, acreditam no País. Não aceitaremos uma previsão dentro daquela linha do corvo, de que alguma coisa ruim está por acontecer, um presságio que faz com que o Brasil tenha cuidado com esses elementos que não se comprazem com o nosso crescimento. Ainda vamos amargurar declarações como essas, pois o Brasil está crescendo; o Brasil está incomodando. Na recente viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a França, que é o centro da cultura européia, começa a prestar uma homenagem justa ao Brasil, no momento em que levanta a hipótese de integrá-lo ao Grupo do G-7. O Brasil sabe que vai enfrentar percalços, não será uma caminhada fácil. O Ministro Pedro Malan, todos os dias, adverte que a luta contra a inflação, a sustentação do Plano Real são lutas ingentes. Nós, brasileiros, estamos inteiramente solidários com a política do Presidente. Aqui não existe Partido, mas, sim, uma determinação efetiva de dar solidariedade ao País. Esse tipo de crítica nós dispensamos, principalmente quando parte daqueles que, fingindo se preocupar com o Brasil, são realmente as aves agourentas de uma política de crescimento através do Plano Real. Repito, o País dispensa inteiramente esse tipo de crítica. Vamos estimar

que, mais uma vez, estejam certas as nossas autoridades econômicas. Que fique essa crítica no rol daquelas coisas inoportunas que se produzem a des-tempo, com o visível intuito de atingir a economia brasileira. Receba a minha solidariedade, neste momento em que V. Ex^a, com o brilhantismo de sempre, com sua coragem e autenticidade, pronuncia o seu discurso - o qual pude fotografar por inteiro, quando do aparte do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. NEY SUASSUNA - Muito obrigado, Senador Elcio Alvares. Há uma frase muito bem dita por Suntzu: "O Poder não admite espaço vazio." E nós estamos ocupando espaços e, com toda certeza, geramos reações.

Brasileiros que somos devemos nos conscientizar, e todos nós - em nossa residência, nossa rua, nossa cidade, nossos Estados, porque a Nação é o somatório de todos esses segmentos - devemos nos dar as mãos, fazer uma grande legião, em busca do acerto do Plano Real. Pois com o Real dando certo, com a economia engrenando, ocuparemos o espaço que este País deve ter e terá. Ao passo que, se entramos em entropias, se tivermos dificuldades na consecução desse objetivo, pagaremos caro, com toda certeza.

O Sr. Humberto Lucena - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA - Com muita satisfação.

O Sr. Humberto Lucena - Compreendo as preocupações de V. Ex^a com a nossa economia e, sobretudo, com o Plano de Estabilização, consubstanciado no Plano Real. Mas a mim me parece, Nobre Senador Ney Suassuna, salvo melhor juízo, que não só os órgãos de imprensa, como nós próprios, estamos dando muita importância às declarações do Sr. Rudiger Dornbusch, ex-Conselheiro do Presidente dos Estados Unidos - certamente, demitido por incompetência - e professor de Economia do Instituto Tecnológico de Massachusetts. O *Jornal do Brasil* - vejam V. Ex^a o exagero - chega a dizer que a declaração desse economista ajudou a provocar uma pequena queda nas Bolsas brasileiras. Isso não é possível! Se estivéssemos tão frágeis a ponto de as Bolsas de Valores terem um resultado negativo em razão da declaração desse cidadão, a situação seria de risco. Portanto, louvo as preocupações de V. Ex^a com os resultados da economia. Acredito que V. Ex^a realmente faz bem em lutar pela manutenção de nossa estabilização econômica, mas não vamos dar tanta importância a esse cidadão, a ponto de se criar uma subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos para examinar as suas declarações. Aí é demais, nobre Senador; não vamos chegar a tanto.

O SR. NEY SUASSUNA - Agradeço o aparte de V. Ex^a. Mas, infelizmente, houve alguns prejuízos não só em relação aos nossos títulos, como até em relação ao dólar frente a outras moedas, porque o Brasil hoje tem um peso econômico. No momento em que essa ave de mau agouro, como bem classifiquei no início do meu discurso, fazia essas afirmações, que não são as primeiras, o Professor Thomas Sargent, consultor do FED - Federal Reserve Bank -, dos Estados Unidos, dizia que não era bem assim, que o Brasil estava buscando o caminho certo e que, com toda a certeza, só precisava fazer o mais rapidamente possível o seu ajuste fiscal.

Ao mesmo tempo, também, o Presidente do Bundesbank dizia que o Brasil não estava passando essa vulnerabilidade. Isso serviu, de qualquer forma, para frear um mercado que está nervoso, porque hoje o dinheiro eletrônico é uma grande nuvem que paira e muda muito rapidamente com o vento da informação.

Essa ave de mau agouro - que, infelizmente, pelo que li, é casado com uma brasileira e, imagino, deve ter brigado com a esposa e, provavelmente, dela resolveu se vingar -, na realidade, nos causou algum prejuízo, mas não devemos, de maneira alguma, descuidar. Por isso, o Senado hoje criou, através da Comissão de Assuntos Econômicos, uma subcomissão que vai se aprofundar na matéria, até para dar tranquilidade a cada brasileiro no sentido de demonstrar que nós, Congressistas, não estamos nos descuidando do problema.

O Sr. Roberto Freire - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA - Com muito prazer.

O Sr. Roberto Freire - Eu estava me dando por satisfeito com o aparte do Senador Humberto Lucena, mas V. Ex^a voltou a insistir na criação de uma subcomissão. Entendo que esse economista deveria estar recebendo resposta - já deve ter recebido, V. Ex^a mesmo disse - de um outro economista norte-americano ou de um brasileiro, mas, por favor, o País se preocupar com algo que um economista qualquer diz em qualquer lugar do mundo, parece-me realmente uma posição tremendamente subalterna. E pior, de uma falta de confiança na economia real - e aqui não falo do Real dinheiro, mas de uma economia real, que produz, que é o 10º PIB do mundo - e por uma declaração dessas se abalar! Não! Isso que se está criando é o normal em qualquer setor da especulação; as Bolsas, todos esses setores de aplicação estão hoje preocupados com essa nuvem, com esse fluxo de bilhões de dólares do dinheiro eletrônico. É claro, todos estão preocupados e cada um cria o que bem entende exatamente para gerar essa intranquilidade nos especuladores. Nessa gangorra louca, alguns perdem e outros ganham. Entendo que não tem porquê a Comissão de Assun-

tos Econômicos criar uma subcomissão para responder a esses economistas de plantão, que, inclusive, têm dito coisas completamente absurdas, equivocadas e mais, oriundos de economias que, classicamente, têm defendido questões que a economia brasileira, real, tem desmentido. Uma delas lembro-me bem: "Não pode crescer uma economia com um processo inflacionário." E a economia brasileira cresceu, desmentindo tudo o que é compêndio da economia clássica. É claro que não poderia ter uma perspectiva muito grande, nem sou aqui defensor de inflação e crescimento com isto, mas só estou querendo mostrar que não devemos ir atrás dos economistas como se eles fossem aqueles que anunciam os caminhos da fé ou os caminhos da verdade. Se já é difícil acreditarmos, hoje, nas seitas, religiões e tudo o mais, imaginem essa nova religião do mercado, dessa idolatria dos economistas. Por favor, não vamos entrar nestas!

O SR. NEY SUASSUNA – Nobre Senador, agradeço a V. Ex^a, mas o tranqüilizo dizendo que estou informando que foi criada a subcomissão não com o objetivo de dar resposta, mas apenas com o objetivo de nos aprofundarmos mais nos assuntos econômicos. Deveremos convocar alguns especialistas da área, no Brasil, exatamente para ouvirmos mais e termos mais conhecimento de causa.

O Sr. Roberto Freire – Nobre Senador, acaba de chegar em plenário um economista que me preocupou em ouvir, o nobre Senador José Serra. Talvez seja importante ouvirmos S. Ex^a e nos preocuparmos com o que diz, porque S. Ex^a pode ter conhecimento de causa e nos ajudar a encontrar alguns encaminhamentos importantes. Mas esse americano de plantão, cujo nome nem sei, vamos deixá-lo falar lá nos Estados Unidos.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas nós não vamos dar respostas a ele.

O Sr. José Eduardo Dutra – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Com muita satisfação, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra – É um brevíssimo aparte. Apenas para registrar que avalio que estamos gastando muita vela com defunto ruim. Obrigada.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado. Este realmente é um ditado forte, mas a mim cabia dar a informação de que nós, do Senado Federal, temos hoje duas comissões: uma, que vai estudar e buscar verificar a evolução da dívida interna; e outra, que buscará se aprofundar nos assuntos econômicos para termos mais conhecimento de causa.

Não estou preocupado com o gralhar dessa ave de mau agouro, em absoluto. Estamos, sim, preocupados no sentido de que o Senado Federal esteja cada vez mais informado e, assim, possamos, cada vez mais, auxiliar o nosso Governo a acertar no caminho da consolidação do Real.

Aproveito para saudar o Senador José Serra, que volta a ocupar o seu espaço, e que, com toda a certeza, será um grande reforço no time daqueles que querem bem entender a economia e auxiliar o Governo no palmar do caminho correto para o sucesso do Plano Real.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - O próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Antes de conceder a palavra ao Líder do Governo, a Mesa se congratula com o Senador José Serra, pelo seu retorno ao Senado Federal, onde, tenho certeza, com a sua capacidade, prestará uma grande contribuição ao fortalecimento do Legislativo, assim como fez com as suas atribuições de homem conhecedor dos problemas nacionais no Ministério do Planejamento, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eminentes Colegas, tenho uma satisfação muito grande, neste momento, como Líder do Governo, de fazer o registro da reassunção do mandato por parte do ex-Ministro José Serra. Nós que o temos acompanhado ao longo do tempo - e, na condição de Líder do Governo, somos testemunha viva do seu trabalho -, fazemos este registro por inteiro, por mérito.

O Senador José Serra, ao longo desse tempo em que permaneceu no Governo, realizou um trabalho digno do respeito e da admiração de todos.

Quem teve hoje o privilégio de assistir à posse do Ministro Antônio Kandir, ouviu do Ministro José Serra, com a seriedade que caracteriza a sua participação política, um relato do que foi praticamente

essa luta de mais de ano ao lado do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Ministro José Serra não se preocupou, de maneira alguma, com qualquer tipo de retórica. Num discurso objetivo, preciso, levantou dados que foram colocados diante de todos, como dados evidentemente enunciadores de uma ação correta, pautada pela seriedade e, acima de tudo, pelo mais inegável patriotismo.

Hoje, durante a solenidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso mostrou-se visivelmente emocionado. No momento em que considerou o seu ex-Ministro um irmão, houve realmente aquilo que eu chamaria de o diagnóstico por inteiro da grande amizade e do profundo respeito que o Presidente tem pelo Ministro José Serra.

O Ministro ocupou uma posição, que eu diria **sui generis**, dentro do Ministério. Muitas vezes, no calor dos debates em favor dos Estados, em favor dos projetos, havia alguns que chegavam a criticar o Ministro José Serra. Isso porque, no exercício legítimo da sua condição de Ministro, com os olhos voltados exclusivamente para o bem comum, S. Ex^a, com a característica pessoal que quero relevar neste instante, sabia, como homem público, dizer o não dentro da realidade do nosso País.

Hoje retoma o Ministro José Serra para iniciar uma caminhada. Quero também trazer a minha posição pessoal: será uma caminhada coberta de êxito. Quem marcou em todos os momentos a sua atividade com seriedade, quem marcou em todos os momentos a sua atividade pela probidade com que exerce suas funções, será levado - não tenho dúvida nenhuma -, pelo povo de São Paulo, a mais uma vitória incontestável na sua caminhada, já marcada por tantos êxitos; e não será uma vitória pessoal, será uma vitória em favor do Município de São Paulo, do próprio Estado de São Paulo e, por que não dizer, do Brasil.

Quero fazer este registro com a maior sinceridade. Nós temos tido a administração em São Paulo do Prefeito Paulo Maluf, que tem sido reconhecida como uma administração que tem colhido bons resultados. Para substituí-lo, eu diria que o Ministro José Serra tem todas as credenciais necessárias.

Neste instante, Sr. Presidente, eminentes Colegas, não temos dúvida de que a participação do Ministro José Serra na Bancada do PSDB, Partido ao qual pertença, na Bancada de sustentação do Governo, será muito profícua, muito importante para a sustentação dos projetos e dos programas do Governo Fernando Henrique Cardoso nesta Casa.

Que o Ministro José Serra tenha, nesta Casa, a certeza de que a Liderança do Governo tem uma alegria muito grande em tê-lo ao seu lado; alegria profundamente honrosa, em virtude do magnífico trabalho que V. Ex^a executou quando à frente do Ministério do Planejamento.

E no momento em que temos, envolvidos nessa alegria, a satisfação de saudá-lo, queremos também, como derradeiro, fazer um registro que é do nosso dever e que, acredito, representa o pensamento desta Casa. Nos tempos em que aqui representou o Estado de São Paulo, na condição de suplente de V. Ex^a, o Senador Pedro Piva granjeou junto a nós um halo muito grande de admiração e de simpatia. O Senador Pedro Piva soube estar à altura do Ministro José Serra no desempenho do mandato em favor do grande Estado de São Paulo.

Portanto, saudando o Ministro José Serra, também deixamos registrada aqui a nossa palavra de reconhecimento, como Líder do Governo, ao Senador Pedro Piva, que se afasta desta Casa. Mas acreditamos que será por pouco tempo.

Na verdade, hoje é um dia de muita satisfação para nós por termos novamente, no seio do plenário do Senado da República, o eminente Senador por São Paulo, José Serra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Com a palavra o eminente Senador José Eduardo Dutra, na forma do Regimento, como Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Como Líder.) - Sr. Presidente, apenas para dizer ao Ministro José Serra, de todo coração, que terei muito prazer em conviver com S. Ex^a, como Senador, pelo menos nos próximos dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. S. Ex^a dispõe de 50 minutos.

O SR. EDUARDO SUPlicy (PT-SP. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria também de dar as boas-vindas ao Senador José Serra, que hoje deixa o Ministério do Planejamento, passando aquela Pasta ao Ministro Antônio Kandir.

Gostaria, inclusive, de dar o meu testemunho, por ser, talvez, entre os Senadores aqui presentes, quem o conhece há mais tempo.

Em 1963, eu era presidente do Centro Acadêmico de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e votei no então presidente do Centro Acadêmico da Escola Politécnica de São Paulo, José Serra, para presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nos vimos em muitas outras ocasiões; nos anos 60/70, quando José Serra estava no Chile, nos Estados Unidos, na França, e também quando voltou ao Brasil; em 1977/78, quando seria candidato a deputado federal, e nós dois éramos companheiros no então MDB.

Infelizmente, naquela ocasião, a legislação vigente e a punição que lhe foi feita injustamente pelo regime militar impediu-lhe, em 1978, de ser deputado federal. José Serra permaneceu no PMDB por um tempo, até que veio para o PSDB, e eu tornei-me membro do Partido dos Trabalhadores em 1980, quando da sua fundação. Aí, tivemos caminhos diferentes, mas sempre com atitudes de diálogo, de respeito mútuo e com interesses comuns com vistas a criarmos uma Nação justa, onde o desenvolvimento econômico e social pudesse ser para todos os brasileiros, em que a democracia e os direitos à cidadania fossem conceitos válidos para todos.

Em alguns momentos, temos diferenças e divergências. Hoje, por exemplo, dentro do Partido dos Trabalhadores, sou um entusiasta da candidatura de Luiza Erundina. Em 1992, quando candidatei-me a prefeito de São Paulo, José Serra expressou publicamente a sua preferência por votar em mim - no segundo turno, obviamente -, por causa desses laços e pela comunhão de alguns objetivos importantes para a nacionalidade.

Eu estava dizendo ao José Serra que senti o ingresso dele na campanha eleitoral municipal em São Paulo como a entrada do jogador titular. É como se ele, que é palmeirense, fosse assistir ao jogo Santos x Palmeiras, domingo último, e o Palmeiras não contasse com o Rivaldo, ou com algum dos seus grandes craques. Ou como se o Santos, time para o qual eu torcia no domingo, estivesse sem o Geovani.

Felizmente, percebo na pessoa de Luiza Erundina uma de nossas artilheiras titulares, uma pessoa que certamente vai honrar e dignificar a disputa em São Paulo. Penso também que o debate entre ambos, obviamente respeitados os demais candidatos, será do mais alto nível.

Na última semana, Sr. Presidente, registrei aqui o relatório do Tribunal de Contas da União, que anunciou decréscimo de gastos nas áreas sociais. Todavia, hoje, ao prestar muita atenção ao pronun-

ciamento do Ministro José Serra por ocasião de sua despedida, pude perceber que S. Ex^a, como é sua característica, procurou, com muita ênfase, explicitar que teria havido um engano na parte da contabilização dos gastos sociais de 1994 para 1995. Segundo S. Ex^a - e tenho quase certeza do número citado -, teria havido um acréscimo da ordem de 3,2%. Gostaria, inclusive, de ver essa demonstração, porque fiz o registro de parte do relatório do Tribunal de Contas na semana passada, e seria importante que pudéssemos examinar esses dados, já aproveitando a presença do Senador José Serra para dirimir dúvidas relativamente a esses aspectos.

Hoje, pela manhã, Sr. Presidente, na Comissão de Assuntos Econômicos, fiz proposição ao Presidente Gilberto Miranda que gostaria de aqui reafirmar. Diante do quadro de agravamento do desemprego na economia brasileira, diante da preocupação dos trabalhadores que, por intermédio das centrais sindicais, estão programando para 21 de junho próximo um dia de protesto nacional e de chamada de atenção às autoridades, registro, Sr. Presidente, este ofício ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda, nos seguintes termos:

"Diante do agravamento da situação de desemprego na economia brasileira, solicito sejam convidados os Srs. Vicente Paula da Silva, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Luís Antônio de Medeiros, Presidente da Força Sindical, Antônio Fernandes Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Enir Severino da Silva, Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, para que possam, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, trazer o diagnóstico sobre o real quadro de trabalho e desemprego no País, apresentando suas sugestões de como compatibilizar a política de estabilização, crescimento da economia, geração de emprego, melhoria da distribuição da renda e combate à pobreza."

O Senador Gilberto Miranda me informou que acatou a sugestão e que essa reunião será realizada na próxima quarta-feira, dia 12, para a qual já estão sendo convidados os presidentes dessas centrais de trabalhadores.

Sr. Presidente, ainda relacionado ao tema que hoje foi objeto de debate nesta Casa, a repercussão do diagnóstico sobre a economia brasileira, que alguns Senadores se preocuparam em comentar, ou seja, as declarações do economista Dornbusch; na

verdade, até relacionado à questão do diagnóstico hoje elaborado pelo Senador José Serra, por ocasião da entrega do bastão para o Ministro Antônio Kandir. S. Ex^a procurou enfatizar os avanços realizados na economia brasileira desde o início do Plano Real. Há que se reconhecer que houve um avanço importante na área do combate à inflação. Não há dúvida de que a estabilização de preços teve um progresso notável, pois há dois anos, em maio e junho de 1994, a inflação era de 40%, 45%, quase 50% ao mês. O fato de a inflação estar hoje abaixo de 2% ao mês, entre 1% e 2%, constitui, obviamente, um feito extremamente difícil de ser realizado, pelo menos no que se relaciona a nossa experiência na economia brasileira.

No entanto, no que diz respeito aos aspectos de crescimento, aos aspectos que são a preocupação de vida do Presidente Fernando Henrique, do próprio Senador José Serra, creio que devemos comentar que ainda não houve solução adequada dos problemas.

Isso, Sr. Presidente, não está sendo dito simplesmente por um economista como o Sr. Rudiger Dornbusch. Está sendo dito, em outras palavras, por um dos maiores economistas e, certamente, um dos maiores amigos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do próprio Senador José Serra. Refiro-me ao economista Celso Furtado, que, no domingo último, em **O Estado de S. Paulo**, menciona aspectos que são também preocupação nossa. O respeitado economista avalia que sobretudo três aspectos fundamentais estão tendo um desempenho por parte do Governo aquém do desejável, quais sejam: a conquista da competitividade internacional, a criação de empregos e a melhoria da distribuição de renda. Diz Celso Furtado: "Não podemos deixar de reconhecer que o desempenho do Governo atual é abaixo do medíocre".

Obviamente, o economista também ressalta o aspecto extraordinário, que nós reconhecemos, de se conseguir melhor estabilidade de preços. Gostaria de registrar alguns trechos dessa entrevista de Celso Furtado:

"Na fase atual do desenvolvimento do capitalismo, o desafio maior com que se defrontam os países de industrialização avançada - e inclui o Brasil entre eles - é conciliar três objetivos igualmente essenciais. O primeiro: manter-se competitivo para ganhar espaço no plano internacional. O segundo: gerar emprego adequadamente remunerado para uma população crescente. E o terceiro:

avançar no sentido de uma distribuição de renda mais igualitária. O Brasil tem uma **performance** medíocre com respeito ao primeiro objetivo, a competitividade internacional, e falha totalmente quanto aos dois últimos."

Sobre a reforma monetária cambial, de 1994, ressalta em seu artigo:

"...assegurou uma transferência do poder de compra em benefício dos grupos sociais de baixa renda, principais vítimas da inflação numa economia indexada. Contudo, a bolha de consumo assim criada não modificou o quadro da distribuição da renda, persistindo a tendência estrutural à concentração. Os objetivos a que me refiro podem ser contraditórios, pois os investimentos que aumentam a competitividade internacional, com frequência, geram emprego, e os investimentos que melhoram a distribuição da renda, geralmente, desfavorecem a competitividade internacional."

No que diz respeito a um dos problemas centrais, diz Celso Furtado:

"O melhor das energias do governo tem sido aplicado na preservação da estabilidade monetária, permanentemente ameaçada pelas turbulências da esfera internacional. Em outras palavras, o temor da instabilidade monetária limita a margem de manobra do governo e inibe o crescimento da economia."

Compara, ainda, as taxas de juros no Brasil e no exterior:

"O que se passa no Brasil é o seguinte: pratica as taxas de juros mais elevadas do mundo. Na metade do ano passado, o Brasil apresentou uma taxa de juros de 35% em termos reais. Para se ter uma idéia, é bom observar os países grandes. Não vou comparar com países desenvolvidos que têm taxas de juros de 3% ou 4%, vou pegar os grandes países que têm dificuldades como nós. Na Índia, a taxa de juros foi de 11%, na Argentina, de 21%, na Rússia, de 12%. Taxa de 35% não houve em nenhum outro lugar."

Portanto, o Brasil foi o País que praticou a política mais defensiva. Por quê? Só por medo da instabilidade. É possível que o Brasil tenha mais medo da inflação do que qualquer outro país...

É até compreensível que nós, como outros países, que tivemos hiperinflações ou inflações altíssimas prolongadas, tenhamos tanta preocupação em manter a estabilidade de preços. Mas é interessante isto que Celso Furtado menciona: precisamos nos preocupar com a retomada do crescimento.

A verdade dura e nua é que as empresas só buscam os mercados já em expansão. Elas não praticam pioneirismo. O que atrairia capitais estrangeiros para o Brasil seria a retomada do dinamismo da economia e o crescimento do mercado interno. Isso não está acontecendo porque as taxas de juros são altas demais e os investimentos propriamente produtivos não são atrativos. Por que fazer investimentos produtivos se é possível ganhar muito mais no investimento especulativo?

José Serra mencionou hoje que, no campo automotriz, o Governo definiu políticas que trouxeram investimentos para o Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, para o próprio ABC. Reconhecemos que isso é verdade. Contudo, em muitos outros campos, na própria indústria nacional, a situação ainda é de desalento, com repercussão para essa questão do emprego.

Surpreende-me que a taxa de poupança seja tão baixa no Brasil, não só a poupança pública. A poupança global está em 14% ou 15%. Na minha época, era de 22% ou 23%. Ou seja, a capacidade de investir diminuiu.

Com ou sem reforma, o Brasil deveria privilegiar o crescimento. Ter uma taxa de juros desse tamanho é realmente inibir o crescimento.

Perguntado se seria possível crescer 7% ao ano sem a volta da inflação, ele responde:

Perfeitamente, como outros países fazem. O Brasil só pode crescer de dentro para fora, caso contrário, as empresas internacionais não decidirão vir para cá. Se o Brasil tiver uma política de desenvolvimento, vai chover dinheiro, como choveu no passado. Essa é a responsabilidade maior do Governo. O problema é que o Brasil fez a opção pelo capital financeiro, o que necessita ser modificado. Não se pode governar com tanto medo. Concordo com a seguinte análise: a economia, no passado, ficou tão desorganizada que já não havia quase sistema monetário. Mas trata-se de uma situação superada. A estabilização foi conseguida em

seis meses. Um plano de estabilização não pode durar três anos, e já faz mais de dois anos que Fernando Henrique lançou o Real, quando ainda era Ministro da Fazenda.

Sobre os problemas sociais, assim faz o seu diagnóstico:

Os problemas sociais do Brasil foram acumulados durante muito tempo, e a sociedade brasileira se instalou numa situação em que é muito difícil mudar qualquer coisa. O que há de novo hoje em dia - e aí o Governo Fernando Henrique é apenas um participante desse processo, não o lidera - é uma tomada de consciência muito maior da urgência de resolver o problema da massa rural. No passado, ela se deslocava para a cidade e arranjava "bicos", sobrevivendo de empreguinhas. Hoje, fica amontoada nas ruas. A situação se tornou muito mais grave e, pela primeira vez, há uma tomada de consciência clara de como isso é desumano. Estamos caminhando para soluções mais profundas, já que se está criando um consenso nacional.

Mas as forças efetivas que podem mudar e são necessárias para mudar não haviam se mobilizado como hoje. O mundo inteiro tomou conhecimento do massacre que houve no Pará. Trata-se de mudança fundamental.

Como já disse, o Governo Fernando Henrique não está na liderança do processo, mas não tem sido uma força negativa, vai acompanhando, fazendo o que pode.

Sr. Presidente, seria importante que as pessoas no Governo ouvissem um pouco deste diagnóstico de quem - assim testemunham - é amigo do Presidente há tantos anos.

Diz ele, ao final:

Eu o conheço há muitos anos. Ele se hospedava na minha casa, em Paris, e eu na casa dele, em São Paulo. Sempre fomos amigos e há muita confiança entre nós. Fernando Henrique não precisa me dar explicações sobre nada. Nem eu a ele.

Ora, Sr. Presidente, não são as palavras de um economista estrangeiro, que vive no exterior, na Austrália; são as recomendações de um amigo próximo, que ressalta a necessidade de se dar atenção ao crescimento, com maiores oportunidades de emprego, diante dos problemas de modernização, da automação e da necessidade premente de resolver-

se os problemas da distribuição da renda e do ataque à pobreza.

Entretanto, Sr. Presidente, teremos aqui a oportunidade de participar de um debate econômico enriquecido com a presença do Senador José Serra.

Quando eu fazia campanha para a Prefeitura de São Paulo, em 1992, havia Senadores do partido do então candidato a Prefeito, Paulo Maluf - refiro-me a Jarbas Passarinho e Esperidião Amin -, que salientavam a importância de eu não abandonar o Senado.

Ora, Sr. Presidente, agora estou numa situação semelhante, de afirmar o quão importante será que o Senador José Serra possa colaborar, e muito, com o Senado Federal. Dizia o Senador Jarbas Passarinho que eu não poderia abandonar o Senado, porque eu era aqui uma espécie de "sal da terra". Como, então, o Senado Federal deixará de ter, por tanto tempo, e merecidamente, pelos votos que obteve em São Paulo, o Senador José Serra? Espero que S. Exª tenha aqui uma longa trajetória, pois certamente poderá colaborar e muito.

Tenho a convicção de que o debate entre o Senador José Serra e todos nós será o melhor possível, e o debate que S. Exª terá com a candidata Luiza Erundina de Sousa, do Partido dos Trabalhadores, será também de extraordinário respeito mútuo, concorrendo para que São Paulo venha a ter um excelente prefeito a partir do próximo ano.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SERRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Concedo a palavra à V. Exª, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB-SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria, inicialmente, de registrar a minha enorme satisfação de vir, pela primeira vez neste ano, ao Plenário do Senado...

O Sr. Pedro Simon - V. Exª me permite, Senador? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, V. Exª poderia conceder a palavra ao nobre Senador como comunicação de Líder, para que S. Exª pudesse falar por 20 minutos. Seria uma forma de deferir-lhe atenção. Estou inscrito e, se S. Exª assim desejar, meu tempo está à disposição.

O SR. JOSÉ SERRA - Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Não estou ainda afeito ao Regimento do Senado, como estava ao da Câmara, mas

reivindico que o tempo que V. Exª me cede hoje seja acumulado para que outro dia eu possa usá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Infelizmente, Senador José Serra, V. Exª passou algum tempo no Executivo e está realmente desatualizado com nosso Regimento.

Temos certeza de que seríamos brindados com V. Exª falando por mais tempo. Entretanto, o Regimento é taxativo. V. Exª dispõe de cinco minutos para uma explicação pessoal. É com prazer que vamos ouvi-lo.

O SR. JOSÉ SERRA - Não há necessidade, Sr. Presidente, até porque pedi a palavra para um breve pronunciamento.

Como dizia, quero registrar, com agrado, a possibilidade de ter vindo hoje, pela primeira vez neste ano, a partir da minha cadeira de Senador por São Paulo, falar a este Plenário.

Quero também agradecer, muito sensibilizado, as referências que aqui foram feitas, independentemente de qualquer conotação de natureza partidária, pelos Senadores Ney Suassuna, Elcio Alvares, José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy.

Vamos ter, sem a menor dúvida, a oportunidade de manter aqui debates a respeito do quadro nacional, não só no que se refere à economia, como à política, às questões de natureza constitucional. E na medida em que a minha campanha o permita, estarei presente e disponível, até com agrado, para esta discussão e para este debate.

Por último, com relação às palavras do Senador Eduardo Suplicy, S. Exª, efetivamente, é a pessoa neste Plenário com quem tenho relações mais antigas, que remontam há pelo menos 33 anos, quando S. Exª era estudante da Escola de Administração Getúlio Vargas, em São Paulo, e eu, aluno da Escola Politécnica de São Paulo. O Senador Eduardo Suplicy, na época, deu-me todo seu apoio, tanto para a eleição à Presidência da União Estadual dos Estudantes como, posteriormente, da União Nacional dos Estudantes.

A regra de três que construiu aqui talvez não seja tão exata. Tenho certeza de que o ex-Senador Jarbas Passarinho, com quem tenho as relações mais cordiais, ou o Senador Esperidião Amin não estão para o Senador Eduardo Suplicy assim como S. Exª está para mim. É uma regra de três um pouco distorcida. Tenho certeza de que S. Exª concordaria com isso.

Agradeço também pelo paralelo que faz no que tange à disputa em São Paulo, colocando-me como se fosse o Palmeiras e a Luiza Erundina como se fosse o Santos.

O Sr. Eduardo Suplicy – Ela tem o seu time; é corintiana.

O SR. JOSÉ SERRA – Vejo isso com agrado não só porque sou palmeirense. Estive no estádio, no domingo, e registrei pelo rádio o desempenho bastante valoroso do Santos. Fiz isso de uma maneira sentida, e não porque desejasse magoar os santistas que estavam ouvindo o jogo. É um paralelo otimista que ele faz a respeito da minha candidatura. Atribuo isso não ao cálculo político do Senador, que sei que S. Ex^a não faz, mas a uma relação fraternal e de admiração recíproca que existe há muitos anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe da palavra por até 50 minutos, de acordo com o Regimento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, S^{rs} e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que me traz à tribuna, também quero dar as boas-vindas ao Senador José Serra.

Não há dúvida alguma de que José Serra é um desses grandes nomes que se impõem ao respeito e à admiração deste País. S. Ex^a é uma unanimidade nacional com relação à sua competência, à sua garra, à sua vontade de acertar. Sou seu admirador profundo. S. Ex^a era, nos tempos do nosso velho MDB, uma das pessoas por quem eu tinha a maior admiração, o maior respeito. Fui antecessor de S. Ex^a na UNE, lá acompanhei sua presença, seu trabalho e seu exílio, e não tenho nenhuma dúvida em dizer que vejo em José Serra um dos grandes nomes deste País.

Nobre Senador, considero uma pena que V. Ex^a não tenha conseguido ficar mais tempo aqui no Senado porque, diferentemente da Câmara, é mais difícil porque são quinhentos e trinta Deputados, e o tempo é mais compacto. Aqui no Senado, V. Ex^a teria muito mais tempo para expor, para debater, para analisar, para aprofundar os seus conhecimentos e esclarecer os integrantes desta Casa.

Como candidato ao Senado, não tenho dúvidas de que V. Ex^a terá um grande desempenho e faço votos de que, eleito prefeito de São Paulo ou não, continue em sua brilhante trajetória.

Não nego que vejo com preocupação sua saída do Governo porque via em V. Ex^a um direcionamento. Perdoe-me a sinceridade, votei em Fernando Henrique Cardoso. Sempre fui um admirador de V. Ex^a, de Fernando Henrique Cardoso, de Mário Co-

vas, de Franco Montoro, de José Richa, e, dentro do antigo MDB e do antigo PMDB, esses que terminaram saindo para fundar o PSDB eram aqueles com quem tinha uma maior integração, eram do meu partido em São Paulo. Sofri muito com a saída de V. Ex^as. Eu era Governador do Rio Grande do Sul e tive a honra de receber a comitiva dos que estavam saindo enquanto faziam um apelo para que eu saísse junto. Respondi que no Rio Grande do Sul isso era muito difícil, tendo em vista que lá havia uma linha muito clara, ao contrário do que ocorria nos outros Estados do Brasil onde a legenda pouco importava, onde o que importava eram os homens. No Rio Grande do Sul, talvez as legendas importassem mais que os homens. O eleitorado gaúcho não perdoa as pessoas que saem de um partido por essa ou por aquela razão.

Acompanhei o destino do PSDB, com carinho, com respeito. Antes do Governo do Sr. Itamar Franco, quando quis o destino, acompanhei as **démarches** existentes e não nego, Senador José Serra, que senti-me angustiado quando de repente via que um grupo do PSDB entendia por bem aceitar o apelo, o chamamento do Presidente Collor para integrar seu Governo. Mas V. Ex^a era um homem que S. Ex^a fazia questão que estivesse no Ministério da Fazenda, e o Fernando Henrique Cardoso era o homem que S. Ex^a fazia questão que estivesse no Itamaraty.

Fui um daqueles que procurou o Senador Mário Covas, com quem conversei longamente, e não que o tenha influenciado - quem sou para isso -, até porque o Senador Mário Covas já tinha suas convicções, mas S. Ex^a próprio acreditava que seria difícil porque se considerava minoria na reunião da executiva que no dia seguinte iria realizar-se para decidir se o PSDB aceitava ou não o convite do PFL.

Vi com satisfação, com profunda satisfação, a decisão do PSDB de não participar do Governo Collor, porque acreditava que esse partido tinha um destino mais profundo, de mais significado.

Veio o **Impeachment**. Dele participamos. Saiu o Presidente, entrou o Sr. Itamar Franco, e nesse Governo tivemos a oportunidade de ver uma manifestação de ação e de trabalho com muitas pessoas do PSDB. V. Ex^a nos bastidores, o Sr. Fernando Henrique Cardoso no Ministério, primeiro no Itamaraty, depois no Ministério da Fazenda e com seu Plano Real, dando os resultados que conhecemos.

E saiu a candidatura do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Internamente, fui um dos que lutaram intensamente para que houvesse uma composição PSDB-PMDB, para que pudéssemos fazer um gran-

de entendimento e, inclusive, recompor o antigo PMDB, de onde se escolheria um candidato.

Penso que V. Ex^a estava presente a uma reunião na casa do então Deputado pelo Ceará e hoje líder do PSDB aqui no Senado Federal. Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e muitos parlamentares do PSDB e do PMDB compareceram a essa reunião, na qual foi discutida a possibilidade desse entendimento, que só não ocorreu porque nós do PMDB não podíamos dar a garantia de que venceríamos uma convenção de Orestes Quéricia.

Nobre Senador José Serra, torci para que o entendimento entre o PSDB e o PFL, com todo respeito que tenho por este partido, não ocorresse. Eu achava que esse entendimento não se coadunaria com o momento que estávamos vivendo. Eu pensava que se tratava de forças diferentes, de políticas econômicas divergentes. Mas foi dito que aquela era a forma de ganhar as eleições, já que o PSDB precisava do tempo que o PFL dispunha na televisão e da liderança de pessoas como o Senador Antonio Carlos Magalhães, nosso líder do PFL no Nordeste, região em que o PSDB não tinha chances de vencer. Foi feito o entendimento, e a vitória foi consagrada ainda no primeiro turno de votação.

Agora, vejo a composição do Governo e as medidas por ele tomadas. Votei em Fernando Henrique Cardoso. Fui a primeira pessoa do PMDB que veio a esta tribuna dizer que, independente da pesquisa e da prévia que o PMDB faria, eu não votaria no candidato do PMDB, mas sim no candidato Fernando Henrique Cardoso. Desde o primeiro momento, defendi que o PMDB tinha que dar cobertura à candidatura, independente de obter ou não cargos. Assim achei que o PMDB tinha que dar cobertura à candidatura e torcer para que o Sr. Fernando Henrique desse certo.

Nesse momento, estamos vivendo horas difíceis, realmente, e ficarão mais difíceis porque temos pela frente uma campanha eleitoral. Então há as discussões em torno do Plano Real, as interrogações em torno do destino do Governo, as interrogações com relação à saúde, ao social, se é ou não verdade o que diz o Tribunal de Contas, se houve algum equívoco; as interrogações com relação ao desemprego, essas dúvidas dramáticas com relação às prefeituras, principalmente às do interior.

Essa situação é difícil, por exemplo, no meu Estado, onde o Governo sério, honrado, digno do Governador Antônio Britto, que fez, praticamente, tudo aquilo que se possa imaginar sob a orientação de V. Ex^a e do Presidente da República, no que tan-

ge a enxugar a máquina estatal, mas não está conseguindo pagar a folha de salários.

Essas dificuldades todas exigem uma orientação e uma determinação do Governo, que me parece mais firme no sentido de saber qual é essa orientação. O Presidente Fernando Henrique está à margem, porque, hoje, na verdade, o Governo é o partido de V. Ex^a, o PSDB, é o meu partido, o PMDB, é o partido do PFL, é o partido do Sr. Maluf, do PPB, é o antigo Partido Comunista, o Partido Popular Socialista, que tem, inclusive, o Ministro da Reforma Agrária como o seu titular.

A equipe que dá cobertura ao Governo é a mais ampla e imaginável. Até no Ministério da Cultura está um Ministro que veio do PT, embora se tenha desligado dele. E todos nós sabemos da sua dignidade, competência, seriedade e representatividade dentro do PT.

Então, se analisarmos com base nos números, no significado e no que há, nunca um Presidente da República teve tanta cobertura, uma base tão ampla, tão imensa como tem o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na verdade, meu querido líder, extraordinário Senador José Serra, o que sentimos é que está faltando um pouco no que tange a saber qual é o rumo.

Falava-se - embora sinceramente nunca tenha visto - na chamada tentativa da imprensa de colocar V. Ex^a de um lado e o Ministro Pedro Malan de outro. Honestamente, o que vi foram debates, discussões, diferenças e divergências absolutamente naturais. Nos últimos tempos, dificilmente tenho visto os Ministros do Planejamento e da Fazenda tratando-se com tanta elegância, com tanto respeito, em nível de opinião pública e de sociedade, como foi o caso da convivência de V. Ex^a com o Ministro da Fazenda.

O Sr. Casildo Maldaner - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON - Ouço V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner - Gostaria, Senador Pedro Simon, de aproveitar este momento, em que V. Ex^a, da tribuna, reconhece na pessoa do Senador José Serra aquela identidade muito próxima a V. Ex^a, ao Rio Grande do Sul, ao PMDB de V. Ex^a, para fazer o mesmo em relação ao PMDB catarinense. Não só como Presidente do meu partido em Santa Catarina, quero dizer dessa identidade que também existe lá. V. Ex^a falou em José Richa e em tantos companheiros. Até pela vizinhança e pela convivência de muitos anos, Senador Pedro Simon, quero

deixar este testemunho e registrar a alegria de vermos aqui esse grande político brasileiro, muito dedicado, um estudioso profundo das questões brasileiras. Neste momento, em que V. Exª está na tribuna, aproveito para também saudar o Senador José Serra. Sei que V. Exª está para analisar um tema e valeu-se da oportunidade da visita do Senador José Serra, a esta Casa, na tarde de hoje. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON – Não nego, Senador José Serra, que preocupo-me com a saída de V. Exª. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem razão quando dizia que precisava ter dois "Serra": um para ser o Ministro do Planejamento e o outro para ser candidato à Prefeitura da cidade de São Paulo. Não podemos ser ingênuos e deixar de entender o significado dessa eleição em São Paulo. A rigor, o pleito naquele Estado antecipou a eleição presidencial. A eleição, em São Paulo, possui nível nacional, pois aí temos todos os ingredientes de uma eleição nacional.

O nobre Senador com sua personalidade, vida própria e suas idéias, quer queira, quer não, vai às urnas representar José Serra, o PSDB e o Senhor Fernando Henrique Cardoso. E o candidato da querida Luiza Erundina queira ou não, vai representar na eleição o Sr. Lula e o PT.

Mas, o mais importante é que o candidato do PPB à Prefeitura, estará representando aquele que já é candidato à Presidência da República.

Não me parece que o Lula seja oficialmente candidato à Presidência da República. O PT terá um candidato, mas não significa que este seja o Sr. Lula. A cara da Erundina não é obrigatoriamente a cara do Lula. Agora, a cara do candidato à Prefeitura de São Paulo - de quem não recordo o nome, mas que parece uma pessoa ilustre, muito competente - é a do Maluf. Então, Paulo Maluf está jogando o seu destino na eleição de São Paulo, na Prefeitura. Ganhando o seu candidato, S. Exª já está na rua como candidato à Presidência da República; perdendo seu candidato, desaparece o Sr. Maluf, pelo menos como candidato à Presidência da República.

É correta a presença de V. Exª nessa disputa; seu gesto em aceitar o desafio e ser candidato é entendido; mais ainda, merece respeito quando concorda ser candidato numa situação desfavorável. V. Exª poderia ter saído candidato anteriormente, numa composição de seu partido com o PFL, que era a composição natural. Aliados ao Governo Federal, aliados ao Governo Estadual, seria natural que fossem aliados na obtenção da Prefeitura de São Pau-

lo. Se assim fosse, se fosse um candidato do PSDB, do Governo Federal, do Governo Estadual, do PFL à prefeitura, esse não precisaria ser, obrigatoriamente, V. Exª.

Parece que a imprensa relevou que isso passaria pela cabeça de V. Exª. Mas, de repente, com a surpresa do apoio do PFL ao candidato do Sr. Paulo Maluf, o PSDB ficou numa posição isolada. Se V. Exª não fosse candidato poderia dar a entender que, primeiro, o PSDB estava assustado; segundo, que facilitaria o debate entre candidato malufista e candidato do PT, uma vez que o PSDB estaria fora da disputa.

Então, V. Exª, num gesto admirável, num gesto que evidencia a personalidade de um cidadão que concordou ser candidato, não numa hora fácil, quando seria um candidato com uma ampla composição, com um enorme tempo na televisão e com uma vitória, presumidamente mais tranqüila. Isso aconteceu quando o PFL, surpreendendo a todos, foi fazer um acordo com o Sr. Paulo Maluf - digo surpreendendo porque o PFL nasceu por causa do Sr. Maluf. O PFL existe porque é composto por homens do PDS que tinham um candidato à Presidência da República, mas não aceitavam o Sr. Paulo Maluf, queriam uma outra candidatura que não a dele. Quando o Sr. Paulo Maluf ganhou a candidatura à Presidência da República, um grupo saiu do PDS e criou o atual PFL.

No momento em que aconteceu o que ninguém imaginava, que o PFL de São Paulo apolara o Sr. Paulo Maluf, V. Exª teve a atitude de, sem discutir se iria ficar bem, se mal, se teria 10 ou 3 minutos, se ganharia ou não, aceitar esse desafio. Destaco esse gesto de V. Exª com o maior respeito, é um gesto admirável, uma atitude que tem que ser ressaltada porque é verdadeira.

Agora, sinto a saída de V. Exª porque estou vivendo uma fase muito difícil. Li tudo que V. Exª escreveu, que Fernando Henrique escreveu. Li muita coisa. Passei minha vida inteira lendo. Portanto, para esquecer é difícil.

Não sou ingênuo, não tenho a competência de V. Exª, Senador, sei que o mundo mudou. Quem não sabe? Não existe mais União Soviética; não há mais o Leste Europeu; não há mais Muro de Berlim; não há mais comunismo. Estamos vivendo um debate, uma discussão extraordinariamente competente e séria, responsável e necessária. Sabemos que não podemos pegar um livro de 30 anos e, com base nele, fazer um comentário no mundo de hoje. O mundo de hoje é outro.

Naquela época, havia a opção de ser do Primeiro Mundo, da Europa, pró-americano; ou comu-

nista, da Rússia, dos chamados países não alinhados. Hoje isso mudou. Mas, em meio a todas essas mudanças, há muitas interrogações. Por exemplo, vejo muita gente debatendo e discutindo o fenômeno da globalização; porém, a globalização encerra muitas interrogações. Os americanos sabem o que querem com a globalização; os russos e os japoneses também, mas nós brasileiros não sabemos. Em que pé vão nos pegar essa globalização? Quais são os objetivos que o Brasil visa com a globalização? E para quê? Para ficar de braços cruzados assistindo para aonde o mundo vai? Ou já sabemos, dentro da chamada globalização, quais os nossos planos, quais os esquemas do País?

Por isso, preocupo-me com a saída de V. Ex^a do Ministério. V. Ex^a é um homem em quem eu depositava a maior confiança e a maior credibilidade. Não nego. Por causa da vasta competência de V. Ex^a, a sua saída da equipe ministerial me preocupou.

Eu sei, também, da posição de V. Ex^a a favor da privatização da Vale do Rio Doce. O seu entendimento é puro e simplesmente privatizar a Vale do Rio Doce no seu conjunto total, global.

Concordo, nobre Senador Serra, em pegar a Vale do Rio Doce, que é um aglomerado de trinta empresas, e privatizar uma viação férrea, uma mina que já está funcionando, um porto. Vamos privatizar vinte ou vinte e cinco das empresas que a compõem. Mas não vamos privatizá-la no seu todo, nos seus títulos, na sua competência. Como diz Aureliano Chaves, privatizar a Vale do Rio Doce, é privatizar o subsolo, é entregar para alguém o nosso subsolo, é entregar para uma empresa estrangeira o subsolo brasileiro.

Ouví o seu sucessor, em sua primeira declaração - ninguém a pediu, ele fez questão de dizer - dizer que quer privatizar a Vale ainda este ano. V. Ex^a, em suas entrevistas, dizia que pretendia privatizar a Vale do Rio Doce "no decorrer do ano que vem". Ele fez questão de mostrar a primeira diferença com relação a V. Ex^a: ele quer privatizar a Vale este ano. O seu sucessor fez declarações à imprensa - perdoe-me, Senador José Serra - , até com uma certa deselegância. Penso que ele deveria ter esperado V. Ex^a entregar o cargo e falar sobre esse assunto só daqui a dez dias.

O Ministro Kandir fez questão de dizer abertamente que era favorável à privatização da Companhia Vale do Rio Doce já neste ano, que a Vale tem que ser privatizada ainda neste ano, enquanto toda a imprensa comentou que V. Ex^a pensa que esse é um assunto para ser discutido no ano que vem, ou pelo menos até o ano que vem.

Evidentemente, tenho todas as informações positivas do Sr. Kandir: que ele é um homem culto, que é gênio, que é uma pessoa fantástica, que tem todas as qualidades. Mas ele ocupou a posição que era de V. Ex^a no Governo Collor, no tempo da Ministra Zélia, na época do lançamento do Plano Collor, dizem que foi ele o autor da idéia do confisco do dinheiro brasileiro.

Tive a oportunidade de conversar, numa ocasião, com o Sr. Fidel Castro. Ele perguntava para uma pessoa, para outra e não conseguia entender como o Presidente Collor tinha confiscado o dinheiro das contas-correntes. "Contas-correntes?!", exclamou. "Eu fiz uma revolução, fechei tudo, fechei até o Congresso em Cuba e não tive coragem de mexer nas contas-correntes. E aqui no Brasil mexeram em conta-corrente?"

Esse é o Sr. Kandir: um homem de personalidade, um homem de autoridade, um homem de peso, um homem que representou o Plano Collor I e o Plano Collor II. Quais as modificações que teremos? O que vai mudar com a saída de V. Ex^a e com a presença do Sr. Kandir no Ministério?

O Sr. José Serra - Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Ouço V. Ex^a com prazer, com a maior honra. Quero que V. Ex^a entenda, em primeiro lugar, que é com o maior carinho e afeto, ainda que divergindo em alguns pontos, que estou me referindo a V. Ex^a. Faço-o com o respeito que sempre tive e que continuo a ter por V. Ex^a.

O Sr. José Serra - Nobre Senador Pedro Simon, gostaria realmente de agradecer a V. Ex^a as referências de natureza pessoal. Todos sabem que somos amigos pessoais há muitos anos. A respeito das outras questões de economia, de política, creio que teremos oportunidade de ter um debate profícuo sobre esses assuntos tanto neste plenário quanto pessoalmente. Quero dizer a V. Ex^a também que estou seguro de que o País não se decepcionará com o Ministro Antônio Kandir, que é um homem sério, competente e em quem tenho muita confiança. Peço a V. Ex^a, invocando a nossa amizade, que me permita ausentar do plenário agora, porque tenho compromissos para os quais estou atrasado e que são realmente impostergáveis. Aqui permaneci em função das palavras de V. Ex^a. Mas peço perdão por ter que me retirar neste momento. Receba o meu abraço. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON - Agradeço profundamente a manifestação de V. Ex^a.

Retorno, Sr. Presidente, ao assunto que me trouxe à tribuna. Não houve quorum hoje. Falo isso

porque V. Ex^a é autor dos estudos feitos para melhorar a organização administrativa desta Casa.

Na Ordem do Dia de hoje, constavam duas matérias: Projeto de Decreto Legislativo nº 191, que se refere a um Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial com o Governo da Turquia, e o Projeto de Lei do Senado nº 134, que trata de reparação de natureza econômica devida aos aeronautas civis e militares impedidos de exercer a profissão.

Essa foi a Ordem do Dia de hoje, Sr. Presidente, terça-feira. Amanhã, quarta-feira, teremos na Ordem do Dia um projeto de lei da Câmara que institui a residência médico-veterinária e determina outras providências.

Esses são os três projetos que seriam votados nesta semana. Os dois primeiros projetos citados seriam votados hoje, mas não houve **quorum**. Se houver **quorum**, votaremos amanhã essas três matérias.

Sr. Presidente, tenho participado de algumas reuniões com Deputados e tenho ouvido queixas sobre os trabalhos naquela Casa do Congresso, onde as votações são feitas e ninguém sabe a matéria que está sendo votada, nem o que se vai votar no dia seguinte. No Senado, as coisas mudaram.

Veja, estamos no dia 04 de junho e já estão publicadas as matérias que serão votadas na Ordem do Dia dos dias 19, 21, 27, 28, ou seja, até o fim do mês.

Sr. Presidente, eu sei quais as matérias que serão votadas até o fim do mês. É um grande mérito. Felicitto o Presidente José Sarney e a Mesa por essa providência que acho extremamente positiva.

Entretanto, essa ainda não é a idéia que defendo. Defendo que haja uma reunião ordinária do Senado Federal, com os 81 Senadores, quando a Mesa nos informará quais as matérias que precisam ser votadas e nós decidiremos como será a Ordem do Dia. Nessa reunião poderíamos decidir não apenas sobre essas matérias, Sr. Presidente, mas, por exemplo, se vamos ou não comprar automóvel; se vamos ou não fazer reformas gerais nisso ou naquilo; se vamos ou não construir um novo anexo. Entendo que essas decisões deveriam ser de todo o Plenário e não apenas da Mesa.

Enquanto não houver essa sessão ordinária mensal, que é a tese que defendo, volto a repetir o que tenho dito: a Mesa está cometendo um outro erro, se V. Ex^a me permite dizer isso. Para que fazer uma sessão hoje e uma sessão amanhã para votar três matérias sem nenhum significado? Porque quin-

ta-feira é feriado? Por que não fazer votações em certos dias, tais como, segunda-feira, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e, se for o caso, até no domingo? Em vez de viajarmos toda semana, poderíamos viajar duas vezes por mês.

Por exemplo, nesta semana vim de Porto Alegre e, amanhã à tarde, voltarei. Vou gastar mais tempo no avião do que aqui no Senado Federal.

Estou dando um exemplo típico, Sr. Presidente. Se observar a Ordem do Dia de hoje e a de amanhã, V. Ex^a verá que há apenas três projetos em pauta, os quais poderiam ter sido votados na sexta-feira da semana passada, se tivesse havido sessão deliberativa, ou na segunda-feira ou na sexta-feira da próxima semana. Isso evitaria o que está havendo aqui: hoje, terça-feira, não houve **quorum**, amanhã provavelmente também não haverá. Os Parlamentares vêm, ficam aqui dois dias e depois vão embora.

Volto a repetir, Sr. Presidente: se fizéssemos uma sessão em que toda a pauta fosse votada, seria muito mais produtivo. Todos sabemos, por exemplo, que na quarta-feira e na quinta-feira da Semana Santa não há **quorum**, como também não há na primeira semana de novembro por causa do Dia de Finados e do Dia de Todos os Santos. Então sugeri que nessas semanas não viéssemos, mas, em compensação, nas seguintes trabalharíamos segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado, se necessário. Alguém me respondeu que no sábado ninguém trabalha. Isso não importa. Mesmo que ninguém trabalhasse no sábado, Senadores trabalhariam.

Só estou dizendo isso por causa do exemplo claro que estamos tendo neste momento: nós viemos aqui hoje, e não houve **quorum**. É natural que não haja **quorum**. O Parlamentar que recebeu essa Ordem do Dia na semana passada, deve ter pensado: na Ordem do Dia de terça-feira será votado um convênio com o Governo da Turquia, mas qual é o significado dessa votação? Zero. Também será votada matéria de interesse dos aeronautas. Qual é a importância política disso? Zero. Por que o Parlamentar viria aqui e perderia uma semana em Brasília por causa disso?

Volto a repetir: a racionalidade nos mostra que, ao fazer a Ordem do Dia, a Mesa deve pensar nisso. É claro que ela não pode, de repente, incluir todos os projetos na pauta de três dias, para que depois fiquemos um tempão fora. Não é isso que estou defendendo, Sr. Presidente. O que estou defendendo é uma semana de seis dias: segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira e sábado. As-

sim, evitaria o que sempre ocorre quando a semana é de três dias: as Comissões especiais não podem reunir-se por falta de **quorum**.

Se a semana for de pauta cheia, inclusive sábado, as comissões poderão reunir-se porque haverá **quorum**.

Faço esse apelo, a fim de colaborar com o Presidente Sarney, a quem quero fazer justiça. O Presidente Sarney disse, e é verdade, aqui não tem ficado projeto engavetado na Mesa. O mesmo não acontece na Câmara dos Deputados. Aqui o projeto pode ficar engavetado na comissão, como já aconteceu. O projeto da reforma agrária, de autoria de um Senador, ficou não sei quanto tempo mas na comissão. O Presidente Sarney poderia cobrar celeridade da Comissão, mas não é responsabilidade dele.

Faço justiça ao Presidente José Sarney, porque os projetos que chegam à sua mesa imediatamente são colocados na pauta de votação.

A assessoria do Presidente diz que, às vezes, na hora da votação, um Senador pede adiamento e o final do prazo cai em véspera de feriado. Por exemplo, vamos dizer que tenham pedido adiamento da votação desse item referente à Aeronáutica e que o término do prazo seja hoje. Nesses casos, o Secretário-Geral da Mesa poderia sugerir aos Senadores que pedissem adiamento por um prazo tal que o final dele não caísse em véspera de feriado ou numa sexta-feira.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – V. Ex^a concede-me um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Primeiro gostaria de dizer a V. Ex^a que hoje há **quorum**, há 49 Senadores na Casa, conforme o painel.

O SR. PEDRO SIMON - Mas não estavam presentes no início da Ordem do Dia e por isso não houve votação.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Mas os Senadores não foram chamados regimentalmente, o que é obrigatório.

O SR. PEDRO SIMON – O Presidente disse que não haveria Ordem do Dia porque não havia **quorum**.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - Gostaria de dizer, Senador Pedro Simon, que a Presidência da Câmara dos Deputados não engaveta projetos. Desculpe-me V. Ex^a, mas cabia-me fazer essa ressalva.

O SR. PEDRO SIMON – Nobre Senador, não tenho o objetivo de analisar o que está acontecendo

na Câmara dos Deputados no sentido de engavetar ou não projetos. Também não me passa pela cabeça dizer que o ilustre Presidente daquela Casa, pelo qual tenho o maior respeito, engaveta projetos. O que queria dizer é que a Câmara dos Deputados continua a funcionar como funcionava o Senado, quer dizer, não há a determinação da Ordem do Dia.

Em uma das reuniões levei, deliberadamente, uma Ordem do Dia daqui, e até o Líder do PMDB ignorava que aqui no Senado nós recebemos a Ordem do dia do mês inteiro. Assim, todos sabemos que em uma sexta-feira, que é dia de sessão não deliberativa, não adianta os Líderes se reunirem, não adianta o Plenário discutir, porque nenhuma matéria poderá ser votada, pois não haverá **quorum**. Nesta semana, por exemplo, quinta-feira é feriado e sexta-feira, dia 6, como está aqui escrito, haverá sessão não deliberativa. Sabemos que não haverá votação.

Na Câmara não é assim, eles não têm nada. Não recebem a Ordem do Dia com antecedência. Não estou referindo-me ao atual Presidente, pelo amor de Deus. Estou dizendo que é a tradição que vem de lá; sempre foi eito assim. Se V. Ex^a for à Câmara hoje e perguntar qual é a ordem do dia de amanhã, ninguém saberá. Viajei com o Deputado Jair Soares, e eu lhe disse que soube que na Câmara não haveria votação. S. Ex^a ficou espantado e me disse que o avisaram que iriam abrir o painel. Quer dizer, a informação que eles têm é a de que vão abrir painel. Se o painel foi aberto e se eles não estiverem presentes, receberão falta.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Senador Pedro Simon, adiantamos os trabalhos abrindo o painel e discutindo as matérias. Hoje mesmo não se perdeu tempo. Podíamos ter apreciado várias matérias, já que temos aqui organização, discutiríamos, encerraríamos a discussão e só ficava faltando a votação. Ganhava-se tempo também. Não é problema de se ter a terça e a quarta-feira, seria útil. Não conclua a votação, mas adiantava os trabalhos.

O SR. PEDRO SIMON – Perdoe-me V. Ex^a, mas penso que o que estou fazendo hoje nesta sessão podia ter feito na sexta-feira. Não precisava ter vindo hoje. Não sou contra vir. Se depender de mim, viremos 30 dias por mês, mas 30 dias com pauta para discussão. O que não posso entender é que na sexta-feira não tenha votação. Consta da pauta de terça-feira matéria que podia ter sido posta na sexta-feira. É essa a minha questão. O dia de hoje é claro que não estamos perdendo, por amor de Deus, mas perdemos a sexta-feira e também a segunda-feira passada

É claro que não estamos perdendo o dia de hoje, mas perdemos a sexta-feira; poderíamos ter ficado aqui na sexta-feira ou na segunda-feira passadas.

Em vez de apenas três sessões deliberativas, poderia haver seis sessões deliberativas por semana. Se necessário, poderia haver seis sessões deliberativas por semana durante todos os meses.

Todos sabem que a próxima quinta-feira será feriado nacional de **Corpus Christi** e que os dias 1 e 2 de novembro são feriados de Finados e Dia de Todos os Santos. Todos sabiam que, durante a Semana Santa, não haveria sessão. Essas são datas conhecidas por todos.

Pode-se evitar vir até aqui num dia e voltar no seguinte. Quando houvesse feriado, não haveria sessão na véspera dele. Quando não houver feriado, haverá sessões na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira, na sexta-feira e no sábado. Não sei se estou dizendo algo ridículo, mas isso me parece muito racional. Sinceramente, penso que esse é o exemplo que se deve seguir.

Estávamos ontem aqui. Três projetos estavam incluídos na Ordem do Dia e poderiam ter sido votados na quinta-feira ou na sexta-feira passadas, mas os mesmos serão votados somente na próxima semana. Mesmo assim, reconheço que estamos muito avançados em relação à Câmara dos Deputados. As nossas votações estão muito adiantadas, comparando com a Legislatura passada, na qual não recebíamos os roteiros das sessões. Numa quinta-feira, num final de tarde, convocava-se uma sessão extraordinária para ser realizada às 20 horas. Dessa forma, num final de sessão, foi votado o Projeto Sivam. Não foi, Sr. Presidente? Eu era Líder do Governo e não fiquei sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - À noite.

O SR. PEDRO SIMON - À noite.

O Sr. Gilberto Miranda - Não mudou nada agora.

O SR. PEDRO SIMON - Não, mas o Sivam foi votado num dia em que V. Ex^a não estava.

O Sr. Gilberto Miranda - Votado em regime de urgência urgentíssima.

O SR. PEDRO SIMON - O que mudou é que V. Ex^a não estava aqui para votar. Devia estar aqui para votar.

O Sr. Gilberto Miranda - V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Pois não.

O Sr. Gilberto Miranda - Lamento, mas, se V. Ex^a acompanhasse o que acontece na Casa, a tra-

missão dos requerimentos de autorização, V. Ex^a não estaria falando isso. Eu pedi autorização para me ausentar do País, a fim de tratar de assunto pertinente à Comissão de Assuntos Econômicos - a regulamentação do art. 192 da Constituição. O Senador José Fogaça, do seu Estado, é o Relator dessa matéria. Pedi autorização ao Senado na quinta-feira, e o Senado votou a autorização. Eu estava nos Estados Unidos quando soube, pela imprensa, que a matéria seria colocada em pauta em regime de urgência urgentíssima. Imediatamente, telefonei para o Líder do nosso Partido, depois, para o Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, e também para o Ministro Luís Carlos Santos, e disse que, mais uma vez, estava se cometendo um erro, porque estava se decidindo às pressas, não devia ter urgência urgentíssima. O Líder do Governo disse-me que ainda pensava em pedir a dispensa de interstício, para votar o projeto no mesmo dia. Então quero deixar claro a V. Ex^a e ao Plenário que eu estava no exterior tratando de assunto da Comissão. As passagens e todas as despesas foram pagas por mim mesmo, o Senado não pagou nada. Eu trouxe muito material, que foi entregue ao Senador José Fogaça. Entretanto, enquanto eu estava fora, os Srs. Líderes assinaram o pedido de urgência urgentíssima. Todos aqueles que criticaram o que aconteceu no passado assinaram a urgência urgentíssima. Isso é só uma explicação para V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON - Quero fazer justiça a V. Ex^a e retificar: V. Ex^a tem razão.

Eu votei contra a urgência urgentíssima; um grupo de Senadores o fez. V. Ex^a tem tanta razão, que um dos argumentos que usei no meu pronunciamento se identifica com o que estou falando agora.

Se nós e o Presidente José Sarney, que não está presente, havíamos decidido que a pauta seria publicada com antecedência, por que, de repente, um projeto da importância do Sivam foi votado com urgência urgentíssima? V. Ex^a tem razão: é um erro grave que o Senado cometeu, que os Líderes e a Mesa do Senado cometeram.

Embora tenha votado contra a urgência urgentíssima, sou obrigado a reconhecer que V. Ex^a tem razão e peço-lhe desculpas. Essa é uma daquelas exceções, que, na verdade, não constitui mais a tradição. Concorde V. Ex^a?

Lembro-me, como se fosse hoje, de que cheguei ao Senado, numa sexta-feira, proposta de concessão de R\$500 milhões para a Embraer. Tudo tinha de ser feito naquela sexta-feira; às 18h, reuniram-se todos. Foi algo fantástico. O projeto, aprova-

do na Câmara - não sei quanto tempo tramitou naquela Casa -, chegou ao Senado, não passou por nenhuma comissão, foi direto para o Presidente. Não houve nenhuma publicação, e foram dados R\$500 milhões para a Embraer, porque isso era necessário à empresa.

Em tese, isso não está mais acontecendo. V. Exª salientou, e faço justiça: é verdade; não devia ter acontecido com o Projeto Sivam, mas aconteceu. No entanto, a regra é de que isso não mais ocorra.

Aqui, está publicado. Deixe-me esclarecer. Está errado e não deveria ter acontecido. Mas, pelo menos, foi num dia que havia sessão deliberativa, com Ordem do Dia. Naquele dia, como vai ser o de amanhã, por exemplo, havia sido marcada uma sessão com Ordem do Dia.

Na Câmara dos Deputados, convoca-se uma reunião extraordinária a qualquer hora e coloca-se em votação a qualquer hora. Basta os líderes determinarem; eles se reúnem, assinam e vota-se a urgência urgentíssima a qualquer hora. É exatamente o que acontece naquela Casa. Ou se vota como se quer, a hora que se quer, ou não se vota nunca, quando não se quer, e o projeto fica na gaveta.

Caso típico: aprovamos no Senado Federal um projeto do Senador Pámar Franco, que estabelecia a quarentena para os diretores do Banco Central. Enviávamos três ofícios à Mesa da Câmara dos Deputados - V. Exª sabe disso -, fazendo um apelo no sentido de que a matéria fosse colocada na Ordem do Dia a fim de ser votada. Mas, não tem jeito. Até agora não entrou na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Vilson Kleinübing - Permite V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Com prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Vilson Kleinübing - Aproveito o discurso de V. Exª para registrar uma estranheza. Primeiro, V. Exª reclamava de não haver matéria para votar; depois, reclamava da urgência para votar, que os líderes votaram a urgência para um projeto que estava há dois anos no Senado. Sobre a questão das datas de votação, aproveito o discurso de V. Exª para fazer uma colocação.

O SR. PEDRO SIMON - V. Exª não estava ouvindo o meu discurso? Só ouviu esta parte?

O Sr. Vilson Kleinübing - Só esta parte.

O SR. PEDRO SIMON - Então, está explicado.

O Sr. Vilson Kleinübing - Nobre Senador, quero dizer a V. Exª que já apresentei à Mesa do Senado, àquela comissão que estava tratando da reforma administrativa e do Regimento Interno, uma

proposta. Por que temos que ficar quatro semanas por mês aqui? Por que não fazemos votações de segunda à sexta-feira? Votação de matérias necessárias, urgentes. Porque do que o Brasil menos precisa hoje é de leis. Mas, se é para votar, vamos votar de segunda à sexta-feira, durante três semanas, e assim teremos condições de ficar uma semana em nossos Estados.

O SR. PEDRO SIMON - V. Exª não ouviu o meu discurso. É exatamente disso que eu falava.

O Sr. Vilson Kleinübing - Só para acrescentar: para que isso funcione, teríamos que diminuir o número de passagens, uma vez que só vamos viajar uma vez por mês para nossos Estados; ao invés de termos quatro passagens por mês, teríamos apenas uma.

O SR. PEDRO SIMON - Não fale isso. Vá de vagar. Se falar em tirar passagem, obviamente essa reforma administrativa não passará. Por enquanto, não estou tocando na passagem. V. Exª atrapalhou tudo. O meu projeto não fala em passagem. Agora que V. Exª fez referência a isso, não passará mesmo.

O Sr. Vilson Kleinübing - Senador, não é que eu queira atrapalhar, mas já apresentei essa proposta, por escrito, à Mesa; ela é do conhecimento da Mesa.

O SR. PEDRO SIMON - É por isso que o meu projeto não passa. Os Senadores já estão pensando que vão perder a passagem.

De acordo com meu projeto, poderemos viajar uma vez por mês. Permaneceremos 15 dias aqui, e depois poderemos viajar aos nossos Estados.

O Sr. Vilson Kleinübing - Ou três semanas aqui e uma semana em nosso Estados.

O SR. PEDRO SIMON - Isso mesmo. O que V. Exª propõe é racional. Eu só acho que a Ordem do Dia é que vai dizer. Por exemplo, na Semana Santa, normalmente não se deve vir, pois sabemos que não se vota nada; da mesma forma, na semana do Dia de Finados. Assim, ou se vota antes ou depois dessa semana com feriados.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães - As lideranças também têm trabalho em seus Estados, tanto V. Exª sabe disso, porque foi governador, como o Senador Kleinübing.

O SR. PEDRO SIMON - Eu quero agradecer a V. Exª, Senador Kleinübing, que, sem ter assistido ao meu pronunciamento, diz exatamente o que estou dizendo. Pensamos da mesma maneira.

O Sr. Vilson Kleinübing - Como V. Exª deve ter notado, eu estava passando pelo plenário e me

interessei pelo assunto, exatamente porque fiz essa proposta à Mesa, não com o objetivo de constar da pauta, porque não estou tão preocupado em produzir leis. Na minha opinião, devemos modificar esse conceito de que só se trabalha estando presente, batendo o ponto. Trabalhar é coisa completamente diferente disso. Ao contrário, precisamos de uma pauta menor e mais enxuta, com menos bobagens, como os requerimentos de ausência, e de mais trabalho nas comissões. Como estou a fazer um aparte, e V. Exª está com tanta vontade de falar, que até fez um aparte ao meu aparte, eu agradeço a V. Exª o aparte.

O SR. PEDRO SIMON - Realmente, não fui feliz e peço desculpas. O que eu queria dizer era exatamente o contrário. V. Exª está abordando, agora no final, assunto da maior importância. Eu queria apenas antecipar quão importante era a sua afirmativa. Defendo a mesma tese de V. Exª. O problema não é votarmos leis, Ordem do Dia; o Senado tem condições de fazer o grande debate nacional e promover as grandes discussões. Mas falar para valer!

Hoje, tive a oportunidade de dizer isso à Senadora Benedita da Silva, no momento em que ela falava sobre um fato ocorrido no Rio de Janeiro. Foi um absurdo o que aconteceu, mas não era razão para vir aqui fazer um discurso. Vem ela, faz um discurso, depois eu, em seguida V. Exª, quando o que devemos fazer é discutir aquela questão. E como vemos essas questões? É difícil na Câmara porque lá são mais de quinhentos Deputados, mas aqui no Senado é possível. Tenho feito propostas nesse sentido. Por exemplo, as sessões de sexta-feira e algumas outras reuniões podem ser transformadas em reuniões quase que informais. Vem um orador para a tribuna, conversamos, debatemos, a fim de estabelecermos propostas.

Sr. Presidente, muito mais que o discurso, muito mais que o projeto de lei, muito mais que a manchete do jornal, o Senado deve aproveitar essa chance que temos. Bem ou mal, é o único lugar do Brasil onde isso é possível, fazendo alguma coisa ou fazendo nada. Aqui gente importante como V. Exª se reúne durante três horas, portanto, com chances de assim fazer. Nós já temos que estar aqui em Brasília, ganharmos para isso, moramos na cidade. O que nos impede de, com profundidade e seriedade, debatermos? A questão não é fazer um discurso bonitinho, publicar, mandar para a minha base e achar que está resolvido, que minha parte já está feita. Eu não acho correto.

Eu me considero responsável pelo que aconteceu no Rio de Janeiro. Eu, Pedro Simon, considero-

me responsável pela minha omissão! Essa história de dizer que é responsabilidade do Ministro Jatene, que é responsabilidade do Governo, não! Nós também somos responsáveis. O que este Senado tem feito em termos de saúde? Debatido, analisado, discutido, aprofundado a questão? E não é apenas saúde. Há 40 milhões de pessoas que vivem à margem de tudo!

Então, penso que o caminho é o debate, as discussões, o fato de sentarmos, colaborarmos, falarmos anonimamente. Não é a Lei Pedro Simon, nem a lei Kleinübing, nem o discurso Kleinübing, não! Somos nós, no conjunto.

Eu não fui feliz na maneira de falar, mas o que eu quis dizer é que V. Exª abordou o problema com rara inteligência, o que eu considero da maior importância. Tem razão V. Exª: não é mais uma lei ou menos uma lei, porque leis o Brasil tem demais! Agora, de trabalho coletivo, de participação no sentido de ajudar...

Imaginem os senhores se aqui não há pessoas competentes o suficiente para irem ao Senhor Fernando Henrique Cardoso e dizerem: olha, Senhor Presidente, acho que essa matéria deve assim, ou assado. Acredito que essa seja até uma obrigação nossa. Em vez de falarmos, criticarmos, poderíamos assim fazer. E temos condições para isso.

V. Exª tem toda razão. Poderíamos aproveitar muito do nosso tempo em costurar aquilo que se chamam as saídas para este País.

O Sr. Vilson Kleinübing - Obrigado, Senador Pedro Simon, era exatamente isso que gostaria de assinalar. Poderíamos eleger temas importantes. Os Líderes escolheriam, por exemplo, dívida pública nacional. Naquela sessão, todos daríamos a nossa contribuição, com informações e debates a respeito. Poderíamos transformar o Senado numa casa de debates, produzindo pelo menos a tentativa do consenso em torno de algumas idéias, para, depois, facilitar as votações, tornando-as muito mais otimizadas em termos de trabalho. Era a observação que eu queria fazer. Quanto à pauta, se o Regimento pudesse eliminar certas matérias que votamos aqui, se pudesse haver resolução da Mesa, facilitaria muito o nosso trabalho. Obrigado por ter-me concedido o aparte.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado, fico contente em ver que pensamos da mesma maneira em mais uma questão.

O Sr. Romeu Tuma - Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Romeu Tuma - Senador Pedro Simon, hoje, conversava com alguns Senadores sobre o as-

sunto. Julgo oportuno o tema que V. Ex^a traz ao debate nesta Casa. Tratam-se de audiências públicas que, provavelmente, dentro da tese do Senador Vilson Kleinübing, poderíamos realizar, de vez em quando, para discutir os grandes temas que têm afligido alguns Senadores nesta Casa.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Senador Pedro Simon, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edvaldo Sul'ly, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. V. Ex^a dispõe de cinquenta minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, em recente reunião com membros da Associação Comercial de São Paulo e Jovens Empresários discutimos sobre os prazos para apuração tributária.

A estabilização da moeda nacional é talvez o fato político e econômico mais notável de nossa História recente. Depois de anos de inflação galopante, que recrudescia sempre, após breves períodos de aparente controle por planos sucessivos e logo fracassados, temos finalmente uma moeda estável, o Real, arauto de uma era de progresso viável pela possibilidade que oferece aos investidores em geral de planejar a aplicação de seus recursos.

Essa recém-conquistada estabilidade, no entanto, trouxe para uma economia e uma cultura acostumada - senão viciadas - ao processo inflacionário continuado uma série de pequenos e grandes problemas de adaptação. Um desses entraves reside, sem qualquer dúvida, na estrutura tributária brasileira, que já está caracterizada como um entrave ao investimento e ao desenvolvimento, constituindo o chamado "custo Brasil", sobre o qual tantos comentaristas têm chamado a atenção.

Dentro desse capítulo da estrutura ultrapassada de tributação, um item especialmente desestimulante para a iniciativa privada é o que se refere aos

prazos de apuração e recolhimento dos impostos incidentes sobre as empresas.

Sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, que tanto conhecimento tem sobre esta matéria, que apesar da estabilização finalmente lograda com o Plano Real, o Governo continua a exigir das empresas a apuração e o recolhimento dos tributos em prazos que somente se justificavam no contexto da inflação elevada, quando a exigüidade desses prazos era a forma que o Estado tinha de salvaguardar o valor real de suas receitas. Com a estabilidade, o que era uma autodefesa do poder arrecadador se tornou um escorramento injustificável das empresas, que se vêem diante do descompasso entre seus ritmos de faturamento e de obrigatoriedade de recolhimento de tributos.

Na verdade, a justa tributação tem - ao lado do caráter distributivo da progressividade, da não incidência em cascata e da preferência pela tributação direta em relação à indireta - a propriedade de ser compatível com os ritmos de faturamento dos diversos ramos de negócios sobre os quais incide. O ciclo temporal da tributação - entre a ocorrência do fato gerador e o recolhimento do tributo devido - deve ser aproximadamente síncrono com o do giro do caixa do negócio tributado - entre a venda ou prestação de serviço e o recebimento do valor cobrado por ela.

Se o ciclo tributário é mais curto que o giro do caixa, o setor privado financia o setor público além do exigido pela norma estrita da incidência tributária, o que forçosamente se refletirá em repasse desse custo aos preços, resultando em pressão inflacionária. Se, ao contrário, é o ciclo de giro de caixa o mais curto, o setor público é que financia o setor privado, por deixar o empresário por algum tempo com o resultado financeiro de sua venda ou serviço na mão antes de recolher o tributo pela operação. O problema é que também nesse caso sobrevém pressão inflacionária, pela geração de déficit público decorrente da necessidade do Governo de se financiar no mercado financeiro, emitindo papéis da dívida pública e pagando juros mais altos que o necessário.

Por outro lado, as pressões inflacionárias decorrem de fatores um pouco distintos conforme se apresentem demasiadamente curtos os prazos de apuração ou de recolhimento. Caso sejam os prazos de apuração que se mostram excessivamente curtos, o empresário é onerado principalmente pelo acréscimo de seus custos administrativos, por ser obrigado a manter uma estrutura mais complexa para realizar os cálculos periódicos de imposto a pagar, fazer as escriturações e declarações legais, etc.

Se, por outro lado, são os prazos de recolhimento que se mostram muito curtos, serão os encargos financeiros que onerarão o empresário, por ter de recolher o tributo antes de haver recebido de seu cliente a paga por seu serviço.

Isso não quer obviamente dizer que um reescalamento racional dos prazos tributários deva consistir em seu alongamento desmedido. Como acabei de mostrar, onerar o Estado é também criar pressão inflacionária, coisa que devemos evitar a todo custo porque, no estágio cultural e econômico em que nos encontramos, nosso País ainda é comparável a um alcoólatra em tratamento, que não se deve permitir nem a primeira dose. Somos inflaciôlatras anônimos e não podemos descuidar de nenhuma brecha por onde o dragão possa retornar.

Devemos considerar, portanto, o fato de que prazos muito longos de apuração descapitalizam o Estado pela erosão da base de cálculo dos tributos, mesmo quando a inflação é relativamente baixa, e que prazos de recolhimento demasiadamente longos erodem os valores a serem recolhidos, pelo chamado efeito Oliveira-Tanzi, reconhecido na literatura técnica de tributação.

Ora, qual é a situação atual dos prazos de apuração e recolhimento dos tributos no Brasil? Há impostos de apuração semanal, como o IR-fonte de pessoa jurídica e o IOF incidente sobre outras aplicações que não o ouro; de apuração decenal, como o IPI; e de apuração quinzenal, como o IOF sobre o ouro. São, de fato, prazos absurdamente curtos, que só se justificavam pela inflação elevada de até dois anos atrás.

Naturalmente, não se poderão corrigir essas distorções da noite para o dia, porque seria com certeza um tranco excessivamente forte na estrutura arrecadadora, que poderia ter perdas sérias no exercício financeiro em que o reescalamento brusco ocorresse - o que, mais uma vez, geraria inflação. Deve-se pensar, portanto, em um ajustamento progressivo desses prazos, que deve ser cuidadosamente estudado pelos técnicos da Receita Federal e do Tesouro Nacional, em conjunto com representantes dos diversos ramos da atividade empresarial. Uma vez acordada uma nova estrutura, considerada ideal, para implantação a partir do exercício seguinte ao acordo, esses mesmos técnicos e representantes empresariais deverão propor um esquema intermediário para ser usado, como transição, no próprio exercício em que ocorrer o acordo.

Uma proposta possível seria a de reescalonar esses tributos de prazo menor que um mês para

mensal, mas com data no meio do mês, e prazo de recolhimento quinzenal, isto é, marcado para o fim do mês. Desse modo seria minimizada a perda arrecadatória relativa à última parcela de dezembro, visto que os prazos de recolhimento estariam dentro do próprio mês de apuração.

O problema dos prazos de apuração e de recolhimento de tributos parece ser, assim, um dos fatores do "custo Brasil" de solução mais fácil, por não depender de reforma da Constituição nem de cabode-guerra do Governo com o Congresso, mas somente de uma análise técnica competente e do diálogo aberto com a classe empresarial, que está disposta a colaborar para a remoção progressiva desses entraves ao desenvolvimento do País.

Sustar o processo inflacionário foi uma grande vitória, mas é um feito parecido com o de frear uma jamanta que se encontrava na banguela numa descida: você segura o carro, mas a carga ameaça vir pra cima de você, se bobear. Os prazos tributários são dessas cargas soltas que ainda temos que aparar, se não quisermos que o fim da inflação também signifique o fim de muitas empresas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, por até cinquenta minutos.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, não vou fazer um pronunciamento. Usarei a palavra apenas para fazer um breve registro.

Amanhã estarei fazendo o relatório de minha viagem à Itália, prestando contas aos meus pares do que foram minhas atividades durante os dez dias que passei naquele país.

Quero fazer aqui um breve registro com relação às atividades que já se iniciaram como parte da semana do meio ambiente. Tivemos a inauguração no Estado do Acre, em sua capital Rio Branco, do Parque Chico Mendes, um trabalho realizado pela Prefeitura de Rio Branco em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.

O Parque Chico Mendes é uma área próxima à cidade de Rio Branco que dispõe de uma floresta virgem, um antigo seringal, onde temos todas as formas e representações de como seria e de como é uma colocação de seringa. A homenagem feita ao sindicalista e defensor da Amazônia, Chico Mendes, é mais que justa.

Nas minhas viagens fora do Brasil, tenho observado que os outros países têm um grande respeito pela figura de Chico Mendes e tentam homenageá-lo, colocando seu nome em parques e escolas.

Infelizmente, na Amazônia, ainda são poucas as autoridades que fazem essas homenagens, embora o Chico seja oriundo desse Estado. No Acre havia essa dívida para com esse herói que é conhecido no mundo todo, e o Prefeito Jorge Viana, da administração do Partido dos Trabalhadores, fez um espaço simples, de bom gosto mas, acima de tudo, uma referência para as populações da Amazônia, no caso do Acre, entram em contato com a sua cultura, com o seu passado. Também aqueles que chegam à cidade de Rio Branco têm oportunidade de conhecer como é uma estrada de seringa, como funcionava a antiga empresa extrativista, como se faz para colher o látex, como se fazia nos termos tradicionais para defumação da borracha, como se produziam os artefatos de borracha, os sapatos, tecidos impermeáveis, enfim, uma série de representações da vida do serigueiro e também as representações simbólicas, do ponto de vista cultural, as suas casas, a sua forma de moradia, as suas lendas, a sua cultura, a sua música. Enfim, esse é um espaço digno, bonito, que, acima de tudo, traz uma mensagem ambiental, para que não só as nossas populações continuem a luta de Chico Mendes, mas também para que os que nos visitam possam entrar em contato com o imaginário da cultura de um povo, que chamamos genericamente de "povos da floresta".

Na inauguração, estiveram presentes o Prefeito Jorge Viana; o Vice-Governador Labib Murad; o Ilustre Ministro do Meio Ambiente Gustavo Krause; o Dr. Seixas Lourenço; a Presidente do Basa, Drª Flora Valadares, e esta Parlamentar. Como não poderia deixar de ser, mesmo chegando cansada da viagem que fiz à Itália, fui diretamente ao Estado do Acre. Somente há alguns minutos cheguei a Brasília.

Quero fazer esse registro, porque considero de suma importância a realização dessas atividades durante a Semana do Meio Ambiente. As nossas crianças precisam ter referências históricas e culturais para poderem dar continuidade à nossa luta de preservação do meio ambiente e, particularmente, da Floresta Amazônica.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente o pronunciamento do Senador Pedro Simon, que reconheço como uma das lideranças mais fortes desta Casa e por que não dizer do País. Vejo nele o anarquista utópico: anarquista no sentido da movimentação das idéias e utópico no sentido de buscar sempre a perfeição das coisas. Entretanto, creio que S. Ex^a foi extremamente severo com o Senado quando analisou as votações de hoje.

Nesse ponto, eu gostaria, como Senador praticamente iniciante, de fazer algumas ponderações sobre o que eu percebo nesta Casa. Há pouco o que se discutir nesta Casa, como, num determinado trecho de seu discurso, enfatizou o Senador Pedro Simon. No entanto, bastou o pronunciamento do Senador Bernardo Cabral, alertando sobre denúncia do economista Rudiger Dombusch sobre o Plano Real, para que esta Casa tivesse o posicionamento que teve hoje.

Ontem, por exemplo, estávamos seis Senadores em Goiânia lutando por um plano concreto de melhoria do nosso corredor de exportação Centro-Leste, ligando Goiás e todo o Centro-Oeste ao Porto de Tubarão. Era uma tentativa de viabilizar uma via importantíssima, vital para o nosso desenvolvimento, para o crescimento da produção de milho e de soja.

Eu, como grande admirador e irmão do Senador Pedro Simon, como membro do Partido do qual S. Ex^a foi Líder por muito tempo, vejo no nobre Senador o grande anarquista, no sentido maior dessa palavra, e o grande utópico desta Casa.

É bom que S. Ex^a se pronuncie sempre que achar que devemos melhorar, mas creio que foi extremamente severo nas críticas, quando analisou especificamente as votações de hoje.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o vasto universo das carências brasileiras tem o tamanho das nossas angústias. Já não sabemos o que é prioritário diante de tantas crises e de tantos desafios. A sorte é que o Brasil é grande demais para ter medo do futuro e, embora aos trancos e barrancos, encontraremos as soluções reclamadas para as futuras gerações. Saúde - haja vista o discurso da Senadora Benedita da Silva denunciando a tragédia ocorrida na Casa de Saúde Santa Genoveva - segurança, moradia, saneamento, reforma agrária, emprego, previdência e renda mínima familiar são questões que afligem mais de perto o dia-a-dia dos brasileiros, mas é irrefutável o fato de que a Educação é a grande questão de fundo que está na origem de todas as nossas mazelas.

No curto, no médio e no longo prazo, a Educação é a grande matriz de todas as nossas prioridades. E é preciso reconhecer que, apesar da justa indignação dos professores com seus míseros salários, esse é um dos poucos setores sociais em que o Governo tem procurado dar algumas respostas objetivas.

A Educação tem que passar por uma ampla, completa, abrangente e corajosa reforma, com o alcance e a importância que o Governo tentou imprimir quando encaminhou ao Congresso as reformas do Estado e da Previdência. Discutem-se muito a globalização, a estabilização da moeda, os avanços tecnológicos com seus rastros de desemprego, a necessidade de eficiência e as transformações estruturais que vão avançar sobre a instabilidade da mão-de-obra não qualificada. Todo esse debate é oportuno e positivo, porque a organização dos sistemas produtivos mundiais passa por transformações de velocidade espantosa, e o Brasil não pode ficar à deriva, sob pena de perder o comboio da História. Ou nos preparamos para competir, ou sucumbimos. Essa é a lei mais eloquente e mais realista deste final de século.

Com essa preocupação, venho hoje à tribuna para registrar meu apelo à Proposta de Emenda Constitucional nº 233, de 1995 (originária do Executivo), que impõe algumas modificações importantes para o ensino médio e fundamental. Já em fase de substitutivo, a matéria tramita atualmente na Câmara, mas em breve deverá chegar a esta Casa, onde seu aperfeiçoamento passará pelo crivo de grandes nomes ligados à Educação, como os ex-Ministros Darcy Ribeiro e Hugo Napoleão, além de educadores como os Senadores Ney Suassuna e Lauro Campos.

Pessoalmente, tenho sido intransigente na tese de que o ensino médio e fundamental tem que ser municipalizado, para tornar-se eficiente pela supressão dos escaninhos burocráticos intermediários que facilitam a corrupção. Acho que essa será a grande conquista do projeto de emenda constitucional que teremos de aprovar em breve. A proposta cria um Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, e é por essa via que vamos sair do campo imaginário da metafísica para entrarmos no terreno palpável das ações concretas.

O Fundo vai buscar dois objetivos essenciais na conquista de qualidade do ensino básico. O primeiro é maior equidade na distribuição de recursos para a Educação entre municípios pobres e ricos e entre municípios localizados em Estados pobres e

em Estados ricos. O segundo é a recuperação e a complementação dos salários dos professores de primeiro e de segundo grau da rede pública de ensino. Aí está, Srs. Senadores, o efeito mágico que é absolutamente previsível na recuperação da qualidade do ensino no País. A remuneração humilhante que vem sendo imposta aos professores é razão direta da queda vertical dos padrões educacionais do País. Os meios de comunicação têm mostrado o quadro de penúria dos mestres do interior, com salários que, em centenas de municípios, chegam ao nível irrisório de R\$10,00 por mês.

Graças ao Fundo, a União vai retomar, por um período experimental de 10 anos, o seu papel de mero agente distribuidor dos recursos, com responsabilidades diretas delegadas aos Estados. A distribuição entre as redes estaduais e municipais do ensino público fundamental obedecerá a critérios ligados ao número de alunos matriculados, estabelecendo-se um valor mínimo nacional de gasto por aluno. Nos casos em que haja desencontro entre os valores nacionais e as realidades de cada Estado, a União será obrigada a completar as parcelas, utilizando o dinheiro da vinculação constitucional, de 18%, ou as fontes do FNDE. Outro ponto igualmente importante é a destinação obrigatória de 60% para o pagamento de professores.

Além da atribuição prioritária do ensino fundamental e médio aos Estados e ao Distrito Federal, há outros pontos importantes que pretendo analisar em ocasiões futuras. No momento, considero oportuno destacar a vocação realista e modernizadora da proposta, no caminho de uma Educação mais democrática, menos restritiva e de fato realista. Busco, com as minhas palavras, contribuir para a criação de um ambiente favorável nesta Casa a essas mudanças no ensino fundamental e médio de nosso país. Adaptar a educação básica para dar-lhe eficiência e qualidade é abrir os caminhos do cidadão para as aspirações mais legítimas de afirmação pessoal e de acesso facilitado ao ensino superior.

O quadro de hoje é triste e preocupante, porque o ensino básico chegou a níveis críticos de qualidade. Discutindo e melhorando a proposta do Governo, estaremos revertendo um quadro sombrio e impedindo a multiplicação de nossas tragédias sociais no futuro próximo. Se nada mudar, em breve teremos taxas ainda mais altas de desemprego, geradas pelo uso de tecnologias avançadas de produção que marginalizam a mão-de-obra desqualificada. A competição estabelecida por uma economia mundial cada vez mais globalizada obriga o Brasil a

adaptar-se rapidamente pela única via segura, sustentável e permanente, que é a educação. Com seus elevados padrões de riqueza e seus preocupantes índices de desemprego, a Espanha é um exemplo em que o Brasil deve mirar-se. Naquele país, onde existe hoje uma estatística de 20% da população economicamente ativa desempregada, o fenômeno ocorre porque a força de trabalho não é suficientemente qualificada.

Temos indicadores dramáticos que mostram a necessidade de mudanças imediatas na educação. No confronto com outros países da América Latina e do Caribe, o Brasil tem a sexta taxa mais elevada de analfabetismo na população acima de 14 anos. Neste mesmo universo de comparação, somos vice-campeões de repetência no ensino fundamental, sendo superados apenas pelo Suriname. Nas taxas de matrícula no ensino médio, ostentamos a sofrível posição de quinto lugar negativo. É imperativo sacudir este País e receber com entusiasmo qualquer posposta que seja capaz de mudar esta realidade constrangedora. O ensino médio e fundamental é o nosso calcanhar-de-Aquiles na esperança legítima de decolagem para posições privilegiadas neste Planeta, que passa por evoluções irreversíveis.

É com esta convicção que me dirijo aos nobres colegas, esperando que em cada um se instale o espírito de que a educação é a nossa causa número um e a mais nobre de nossas prioridades, e que as próximas decisões da Casa procurem refletir essa verdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FREITAS NETO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Tem a palavra para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, o Senador Freitas Neto.

O SR. FREITAS NETO (PFL-PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Arlindo Porto telefonou ontem à noite, comunicando que vai ao Piauí, no próximo dia 7, visitar o sul do Estado, exatamente a região dos cerrados piauienses.

Trata-se de uma área que representa uma das únicas fronteiras agrícolas brasileiras que, pelas suas características de terras planas, de fácil mecanização, precipitação pluviométrica adequada, produção de grãos, vem demonstrando uma produtividade igual ou superior à das regiões vocacionadas para a produção de grãos em todo o Brasil.

No entanto, é uma região onde falta tudo, principalmente estradas e energia. E desde quando aqui

chegamos, temos lutado junto aos Ministérios dos Transportes, da Agricultura e das Minas e Energia, no sentido de olhar para aquela região do Piauí, que pode-se transformar num pólo econômico dinâmico e ser uma das alternativas de desenvolvimento do Estado.

Fiz, inclusive, um pronunciamento tratando desse mesmo assunto há cerca de um ano, quando o Ministro José Eduardo Andrade Vieira visitou também aquela região. Listei uma série de providências que o Governo do Estado vem solicitando há muito tempo ao Governo federal e outras que o próprio Governo federal precisa levar a efeito.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a determinasse a publicação, na íntegra, no **Diário do Senado Federal**, deste meu pronunciamento, em que reitero as providências que, por mais de uma vez, já solicitei nesta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FREITAS NETO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Senhor Presidente, senhoras senadoras, senhores senadores, há pouco mais de um ano o então Ministro da Agricultura, Senador José Eduardo de Andrade Vieira, visitou os cerrados piauienses.

Representa, sem nenhuma dúvida, uma alternativa segura de desenvolvimento do Piauí a exploração econômica daquela grande área do sul do estado. Terras planas e de fácil mecanização, regime pluviométrico adequado à produção agrícola, já constatada produtividade igual ou superior às regiões produtoras de grãos de nosso país.

Falta apenas decisão governamental de prestigiar e apoiar um Estado da Federação e agregar à economia brasileira uma das últimas fronteiras agrícolas do território nacional. Para tanto, há necessidade premente de investimentos em infra-estrutura como as regiões mais ricas contaram no passado.

Com as privatizações e a lei de concessões, a União está conseguindo carrear recursos privados para atender setores de infra-estrutura nas regiões mais ricas. Isto porque nessas regiões a iniciativa privada investe por ter segurança no retorno econômico. Espera-se, portanto, que com essa realidade o Governo Federal direcione recursos orçamentários ou oriundos de agências de desenvolvimento para as regiões carentes, dando-lhes condições de competir e de andar com seus próprios pés.

O Ministro da Agricultura, Senador Arlindo Porto, comunicou-me que irá ao Piauí no próximo dia 7 de junho visitar, também, nossos cerrados.

É com grande satisfação que meu Estado recebe o ilustre homem público, competente e sensível aos problemas das regiões mais necessitadas. Tenho certeza que o Ministro será um aliado não só para contemplar o Piauí com ações do seu Ministério como, também, lutar junto aos seus colegas de equipe de Gover-

no para viabilizar aquela imensa região que espera ajuda oficial para crescer.

Quando governar o Piauí, vários produtores rurais do Estado e de fora demonstraram interesse em produzir nos cerrados, porque além das características anteriormente citadas, a terra é abundante e barata. Repito, falta estrada e energia, principalmente. Estas são as grandes limitações.

No pronunciamento que fiz em abril do ano passado, no Senado, por ocasião da visita do Ministro Andrade Vieira ao Piauí, listei providências que, se tomadas pelo Poder Público, transformaria aquela área num grande celeiro de produção, a curto prazo. Dentre as quais destaco e insisto:

- 1) Restauração imediata da BR-135 entre Eliseu Martins e Cristalândia, porque além de atender a produtores que se interessaram em investir no Piauí, é uma rodovia estratégica para ligação do Piauí com o Brasil central e do sul piauiense com Teresina.
- 2) Concluir o asfaltamento da BR-343 no trecho Jerumenha-Bertolínia.
- 3) Concluir o asfaltamento da BR-324/135 no trecho Bertolínia-Manoel Emídio-Eliseu Martins.
- 4) Reconstruir a ponte sobre o rio Gurguéia na BR-324/135 no município de Manoel Emídio.
- 5) Ajudar o Governo do Piauí a concluir o asfaltamento da rodovia que liga Bertolínia a Uruçui e Ribeiro Gonçalves (PI-247).
- 6) Liberar recursos para construção da ponte sobre o rio Parnaíba, à altura de Ribeiro Gonçalves, de aproximadamente 100 metros, ligando o Piauí ao Maranhão. Já existe convênio assinado com o governo do Piauí através do Programa Corredor Norte de Exportação.

Compete ao Governo do Piauí alocar, de imediato, contrapartida de recursos do Banco Mundial que está à sua disposição para asfaltamento e implantação de estradas no sul, como por exemplo, o trecho Gilbués-Santa Filomena.

Através da Cepisa o Governo Estadual deve agilizar as providências para implantar as linhas complementares de transmissão elétrica de Eliseu Martins à Gilbués resolvendo definitivamente o suporte elétrico da região do Gurguéia e, em consequência, aliviando a carga da região do vale do Parnaíba, de Bertolínia até Ribeiro Gonçalves. Isto porque o Governo Federal já está adotando as providências para implantar a linha da CHESF de São João do Piauí e Eliseu Martins, necessária para as obras da Cepisa. Devo destacar que esta linha, que representa um investimento substancial, foi uma conquista da Bancada Federal articulada com o Governo do Estado.

Queremos o Ministro Arlindo Porto como nosso parceiro e aproveitamos para solicitar a inclusão do Piauí no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que o Ministério da Agricultura promete desde 1993.

Temos certeza que haveremos de contar com este ilustre mineiro que escolhe o Piauí como uma de suas primeiras visitas que empreende na condição de Ministro de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Os Srs. Senadores Guilherme Palmeira e Gilberto Miranda enviaram discursos à Mesa, para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, desejo registrar em nossos Anais, como um sinal dos desafios que o País ainda tem que enfrentar para a modernização institucional, duas notícias da edição do último domingo da Folha de São Paulo. A primeira, veiculada na coluna do jornalista Josias de Souza, refere-se ao fato de que o empresário Olacyr de Moraes ofereceu ao INCRA, para desapropriação, a sua fazenda no Mato Grosso, que é considerada um modelo de exploração agrícola em todo o mundo. Com 200.000 ha. de área, capacidade de armazenagem de 600 mil toneladas, 3.000 casas, escola, creche e hospital, seria destinada, nos termos da notícia, à instalação de uma mega-cooperativa agrícola. O proponente aceita como pagamento Títulos da Dívida Agrária que, no mercado, têm um deságio médio de 35%. Como frisa o jornalista, porém, o receio do INCRA é que, "entregue a trabalhadores despreparados, a propriedade vire sucata rural". A ser procedente a notícia, e não há porque duvidar da informação, estamos diante de um quadro ameaçador para a economia agrícola que o próprio articulista denomina de "duas realidades hediondas". A primeira é que, "produzir alimentos no Brasil, deixou de ser um bom negócio. Prefere-se entregar as terras ao governo a ter de enfrentar o custo financeiro da lavoura". A segunda, Sr. Presidente, não é menos grave: "o trabalhador rural não está preparado para ser proprietário". A conclusão do artigo, lamentavelmente, não poderia ser outra: a de que o INCRA, hoje, assusta menos que o Banco do Brasil.

Se esta iniciativa se generalizar, são imprevisíveis as consequências para a estabilidade do Plano Real, o futuro da economia agrícola e o que é mais grave, a possibilidade de suprimos o nosso próprio mercado interno de alimentos. Isto dá uma idéia, a meu ver, da dimensão, da amplitude e da profundidade das questões com que terá que se defrontar o nosso colega, Senador Arlindo Porto, na pasta da Agricultura, ante a urgência de se formular de forma estável, consistente e duradoura, uma política agrícola, sem a qual nenhum país com a nossa expressão demográfica pode sobreviver.

A segunda notícia, Sr. Presidente, está na coluna do jornalista Fernando Rodrigues e dá conta dos problemas estruturais do próprio sistema federativo brasileiro. Refere-se ao fato de que, nos próximos trinta dias, o Supremo Tribunal Federal deverá julgar o primeiro dos cem pedidos de intervenção federal em São Paulo, cujos débitos, por precatórios fiscais, já ascendem a 5 bilhões de reais. É, como diz o título do artigo, algo surrealista. Todos nós sabemos que o atual Governador Mário Covas não paga, como inúmeros outros governadores, não por que não queira, mas pela simples razão de que os Tesouros estaduais estão esgotados, literalmente falidos. O Supremo Tribunal Federal não tem outro caminho: ou decreta a intervenção, ato que apenas transfere a responsabilidade legal para um eventual Interventor, ou aceita a realidade e decide, com risco de subversão da ordem jurídica, que o Poder Público Estadual não tem a obrigação de pagar as suas dívidas.

O Governo de São Paulo já dispensou quarenta mil servidores. Está, ao mesmo tempo, como inúmeras outras Unidades da Federação, conduzindo programas de privatização e de enxugamento da máquina do Estado. Aplica critérios rígidos na execução de sua dívida ativa, e cerca de dez mil empresários estão sob o risco de pena privativa de liberdade por não cumprirem suas obrigações fiscais. Ouso dizer que os Estados chegaram ao limite de suas possibilidades, na busca da racionalidade econômica. O exemplo que o jornalista Fernando Rodrigues aponta em sua coluna, faz lembrar a histórica afirmação de José Bonifácio, o patriarca da Independência, de que, "no Brasil, a realidade supera a ficção".

Se isto ocorre no mais próspero, mais rico e mais poderoso Estado da Federação, é possível imaginar o que não enfrentam os mais frágeis e os mais pobres, Sr. Presidente.

Parece-me um sinal claro, evidente e insofismável de que não podemos mais protelar uma profunda e ampla reforma fiscal e tributária que permita solucionar um dos temas que sempre foram polêmicos em toda a nossa vida republicana: a discriminação de rendas. Não se trata de aumentar a carga fiscal, que já é a mais alta de nossa história, quase 31% do nosso Produto Interno. Trata-se, sim, de compatibilizar possibilidades financeiras e responsabilidades políticas entre a União, os Estados e os Municípios. É preciso estabelecer tetos, limites e critérios para se redimensionar o papel do Estado, tanto a nível federal, quanto a nível estadual e municí-

pal. Não se pode exigir sacrifícios maiores de umas, em benefício de outras esferas de Governo. Faltamos um diagnóstico claro, objetivo e preciso da estrutura dos gastos públicos, pois sabemos que os orçamentos são peças de ficção, contingenciados sempre pelo desempenho da arrecadação e pelos critérios de prioridade que mudam com inusitada frequência.

Temos, ao contrário, que encontrar formas criativas não só para cortar, mas sobretudo para racionalizar as tarefas e as despesas do poder público em todos os níveis. Este é o País que mais fiscaliza e o que menos pune. Há fiscais para tudo: federais, estaduais e municipais; fiscais do trabalho, da previdência, da vigilância sanitária, de pesos e medidas, de defesa sanitária animal e vegetal; fiscais da receita e auditores da despesa. Sistemas de controle que se multiplicam e que a cada dia mostram um enorme grau de ineficiência, como vimos no caso dos Bancos, das fraudes da saúde e da defesa da saúde pública, como em Caruaru e agora no Ric de Janeiro.

O sistema federativo brasileiro não impede que tenhamos um só e único Código Tributário adotado consensualmente que facilite a vida das empresas, diminua o "Custo Brasil", permita aumentar a nossa competitividade econômica e torne menos oneroso o sistema de lançamento, arrecadação e cobrança de tributos, como em tantos outros países. Se a Constituição for um fator que impeça a racionalidade, não vejo por que não reformá-la, se nos últimos 17 meses já votamos no Congresso nada menos que onze emendas constitucionais.

O fato, Sr. Presidente, é que as duas notícias que venho de comentar não deixam dúvidas quanto à urgência de nossos desafios e a profundidade dos obstáculos com que ainda nos defrontamos nesse fim de século que é, ao mesmo tempo, um fim de milênio que teremos que enfrentar com renovada disposição, se não quisermos sucumbir, pela inércia, ante o que parecem mazelas seculares; cada vez mais graves e ameaçadoras, diante do nosso futuro como Nação.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento grave por que passamos requer uma profunda reflexão de todos os segmentos responsáveis pela condução do País, especialmente em relação aos Poderes Executivo e Legislativo.

Assistimos a uma grande queda na popularidade do Presidente da República, representada por

elevados índices de rejeição a seu Governo, confirmada por três pesquisas de opinião pública de diferentes instituições: **Datafolha**, **JB-Vox Populi** e **Soma Opinião & Mercado**.

Não se trata, evidentemente, de um mero flash instantâneo ou de uma condição conjuntural, de curto prazo e facilmente modificável.

Trata-se de um processo contínuo de queda ao longo dos últimos meses, em que o Governo vai perdendo popularidade e, conseqüentemente, legitimidade, por não conseguir passar das promessas às realizações, por não passar do discurso ao fato nem da idéia ao concreto.

Sem dúvida, existe um grande abismo e uma grande distância entre o que o Governo diz e o que o Governo faz, entre os objetivos proclamados e as realizações, entre o sonho e a realidade.

A média de apenas 3,3 atribuída ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo **Vox Populi** merece uma autocrítica, um parada para pensar, uma reflexão profunda, um exame de consciência sério e franco, sem escapismos, sem tentativas de fugir de responsabilidades nem, tampouco, de transferir responsabilidades para o Congresso, para os Deputados que derrotaram o Governo no último dia 22 de maio na votação sobre a Reforma da Previdência Social.

As velhas e surradas desculpas de que a culpa é da imprensa, a culpa é do Congresso, em suma, que o diabo são os outros, não mais podem ser aceitas, principalmente porque o Presidente Fernando Henrique já foi amplamente beneficiado pela benevolência da população brasileira, que estendeu o período de graça de cem dias, geralmente concedidos a todos os novos governos que se instalam, para mais de quinhentos dias, por conta do sucesso do Plano Real.

No regime presidencialista, não há como separar a pessoa do Presidente da República da entidade Governo Federal, e é impossível, nas atuais circunstâncias, não chegar à conclusão de que o Presidente da República foi reprovado em todos os itens submetidos às pesquisas: Reforma Agrária, Transportes, Saúde, Controle da Inflação, Educação, Política de Combate ao Desemprego, Privatizações, Política de Apoio à Agricultura, Política de Desenvolvimento Industrial e Previdência Social/Aposentados.

A reprovação não foi suave nem relativa, a reprovação foi ampla, geral e irrestrita, absoluta, pois o Governo não conseguiu, numa escala de zero a dez, qualquer nota igual ou superior a cinco pontos: a maior média foi 4,9 para o item Controle da Inflação.

O desempenho medíocre do Governo Fernando Henrique Cardoso deve ser motivo de preocupação até mesmo para seus adversários políticos, para aqueles que não aprovam seu Governo.

O que está em jogo, neste momento difícil, é o interesse nacional, a paz e a tranquilidade da população brasileira e, infelizmente, as instituições democráticas.

Que fatos contribuam de forma mais decisiva para essa grande queda de popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que está por trás desse fracasso de um Governo que dispunha de todas as condições objetivas necessárias para alcançar grande, realizar um grande programa de metas e evitar que o povo brasileiro viesse, novamente, a passar por novas turbulências e grandes frustrações?

Evidentemente, não existe uma resposta simples e direta para uma questão tão complexa e profunda. No entanto, o povo mais simples, iletrado, sem cultura, mas que tem inteligência, tem uma resposta: o Governo está sem rumo, sem projeto, sem direção.

Não caberia neste meu pronunciamento, limitado pelo tempo escasso que me é concedido regimentalmente, analisar todos os aspectos do atual quadro de dificuldades por que passamos, cujos indicadores mais visíveis são os elevados índices de desemprego na maioria das grandes cidades brasileiras.

Pretendo analisar mais especificamente os aspectos relacionados com a Previdência Social, que hoje representa o símbolo da falta de habilidade política do Governo na condução de um processo de reforma.

Difícilmente, apesar de estarmos vivendo um momento de possibilidades impossíveis, outro assunto poderia ser conduzido de forma tão inadequada, equivocada e desastrada quanto aquela pela qual o Governo Fernando Henrique Cardoso tem tratado a chamada Reforma da Previdência Social.

O povo brasileiro espera mais, muito mais mesmo, do Professor Doutor Fernando Henrique Cardoso, do Príncipe dos Sociólogos do Brasil, do Mestre da Sorbonne, do brilhante Senador, do Ministro da Fazenda e Relações Exteriores, do formulador da Teoria da Dependência, do antigo colaborador da Comissão Econômica para América Latina, do antigo ideólogo do MDB histórico.

Parece até que o elevado grau de excelência do Presidente da República não se compatibiliza com um país primário, com mais de quarenta e cinco

milhões de pessoas situadas abaixo do nível de pobreza, com quase vinte milhões de indigentes e com um número imenso de analfabetos e analfabetos funcionais, de milhões de desempregados, somados a outros milhões de mal empregados e desempregados disfarçados e desalentados.

O Distrito Federal apresenta taxas de desemprego em torno de dezesseis por cento; São Paulo, igualmente, apresentou no mês de abril 15,9% de desemprego em relação à População Economicamente Ativa (PEA) e mais de um milhão e trezentas mil pessoas desempregadas.

Difícilmente outro assunto apresenta consequências sociais mais importantes sobre a quase totalidade da população brasileira do que a Previdência Social, pois dela dependem não apenas a População Economicamente Ativa, mas, igualmente, os idosos, os órfãos, as viúvas, os doentes, os desamparados, os marginalizados, os dependentes, os menores, assim como empregados e desempregados.

Não existe uma só pessoa que, de forma direta ou indireta, não seja atingida pelos efeitos de uma Reforma da Previdência Social.

Todos concordamos com o fato de que existe a necessidade de uma reforma previdenciária, como oportunamente afirma o jornalista Leonel Rocha, no Informativo INESC de março de 1996:

"É verdade que a Previdência Social brasileira precisa de uma ampla reforma. Não a que a Câmara dos Deputados pensa que aprovou há poucos dias. O que se viu foi uma mentira. Depois de ter sido rejeitada em janeiro, pelos deputados, estes mesmos parlamentares aprovaram, menos de dois meses depois, um texto piorado, capenga, incompleto, preconceituoso e que tem duas finalidades: cortar benefícios dos trabalhadores e aposentados e manter privilégios. Esta aprovação só foi possível porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso instalou um balcão de negócios no Palácio do Planalto, trocando nomeações para cargos públicos de apaniguados indicados pelos deputados pelo voto a favor da pesada reforma. Os direitos dos trabalhadores foram trocados pelo fisiologismo."

Trata-se, evidentemente, de algo inaceitável, inexplicável e irônico, considerando-se que, em passado recente, o então Senador Fernando Henrique Cardoso anunciava a criação de um partido político destinado a abrigar exclusivamente homens de alto saber e conduta ilibada: um partido ideologicamente

puro, sem os vícios dos demais, um partido contra o fisiologismo.

Até recentemente, até antes das pesquisas de opinião pública, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, certamente vítima de um "engano d'alma ledo", afirmava que: "governar o Brasil é fácil", imaginava-se um futuro presidente reeleito e um grande cabo eleitoral.

O fracasso das reformas e, principalmente, o fracasso da Reforma da Previdência, a falta de habilidade política, a incompetência com que o assunto foi conduzido, a insuficiência de dados e informações técnicas confiáveis, a contradição existente entre os elementos apresentados, tudo isso deveria contribuir para que o Presidente reexamine o assunto com objetividade e, principalmente, com humildade.

Somente os desavisados, os desinformados, os mal informados, os ingênuos, os desonestos e os obtusos aceitariam tranquilamente informações provenientes da Previdência Social, quando sabemos que, num diagnóstico interno, o próprio Ministro da Previdência Social reconhece: "A Previdência não sabe quem são os seus segurados, não sabe quem são seus beneficiários, não sabe quem são os seus contribuintes, não sabe se o que recebeu deveria de fato receber, não sabe se o que entrou no caixa é o que foi pago efetivamente pelos contribuintes, não sabe se o que pagou foi emitido para pagamento e se quem recebeu efetivamente tinha direito".

É impossível um diagnóstico mais surrealista, mais absurdo, mais kafkiano.

Tentar transferir para o Congresso Nacional a culpa pela imprevidência da Previdência, pela falta de competência e objetividade do Legislativo, é algo que vai requerer muitos milhões de dólares do contribuinte brasileiro a serem gastos com propaganda enganosa.

O Congresso Nacional não pode se basear em ficção, em fábulas, em palavras-de-ordem e sofismas para aprovar uma reforma: no Parlamento se dialoga e se tenta chegar à melhor alternativa para os interesses nacionais.

Qualquer sistema administrativo, por mais rudimentar que seja, necessita atender àqueles princípios básicos universalmente aceitos de planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar.

Nada disso existe na Previdência, conforme confissão própria: lá não existe planejamento, nem organização, nem coordenação, nem comando, nem avaliação nem controle.

Por isso mesmo, na Previdência Social campeia abundantemente a sonegação e a inadimplência: para cada real arrecadado outro real é sonegado.

A primeira coisa que qualquer Governo sério deveria fazer é acabar efetivamente com a sonegação e com a inadimplência, para, depois, realizar um diagnóstico sério e objetivo, que poderia resultar numa verdadeira Reforma.

Quem não sabe quem são seus devedores, seus credores, seus beneficiários, quanto tem a receber nem quanto tem a pagar, mesmo que obtivesse um injustificável cheque em branco do Congresso para realizar a Reforma que lhe aprouvesse, mesmo assim, nessa hipótese absurda, a Previdência voltaria rapidamente a se deteriorar, a ter prejuízos, a ser fraudada sistematicamente, a ser carcomida por dentro, já que não dispõe de instrumentos de controle adequados e eficazes.

Além dos sonegadores conhecidos e desconhecidos pela Previdência, o maior de todos os sonegadores continua olímpicamente a examinar o espetáculo como não lhe dissesse respeito.

O Governo Federal, o maior de todos os sonegadores da Previdência Social, até hoje não contribui com a parcela que lhe caberia na arrecadação previdenciária.

Além de não contribuir com sua parte, de sonegar e permitir a sonegação, o Governo Federal ainda se dá ao luxo de desviar recursos pertencentes à Previdência Social para outras finalidades, contribuindo decisivamente para quebrar a Previdência, numa ação típica de profecia que se auto-realiza.

Paralelamente, grandes campanhas publicitárias são pagas com o dinheiro dos próprios segurados da Previdência, numa tentativa de aceitar o cálice amargo preparado pelo Governo.

Mais graves ainda são declarações de autoridades do Executivo tentando transferir para o Legislativo a culpa da incompetência, da má gestão, da falta de capacidade gerencial do Governo Federal.

Quando se fala de um processo de fujimorização em andamento não se trata de obra da mente fértil de algum analista político: o Palácio do Planalto recentemente recepcionou esse modelo.

Nenhum assunto trazido à deliberação do Congresso Nacional nos últimos anos conseguiu englobar uma quantidade tão fantástica de erros, incoerências, insuficiência de dados e desinformações como a chamada Reforma da Previdência Social.

O Congresso Nacional não pode colocar em risco o futuro e a tranquilidade da grande maioria da população brasileira, deliberando com base em dados incorretos e ilegítimos.

O bom senso, a prudência e a racionalidade recomendam que o Governo Federal preliminarmente organize a Previdência Social, combata efetivamente a sonegação e a inadimplência, realize um diagnóstico sério e, querendo, volte e apresente uma proposta de Reforma.

O Congresso Nacional não pode acobertar erros e incompetência do Executivo, pressa, imprudência e falta de sensibilidade social, principalmente quando já se fala de nova Reforma, prevista para o ano 2.000.

É chegado o momento de o Governo ter suficiente grandeza para reconhecer o grave erro de tentar aprovar uma Reforma com base em dados irreais.

Uma reforma apressada e equivocada significa uma carga adicional a ser colocada nos ombros do já sofrido povo brasileiro, hoje desesperado em decorrência do desemprego, da falta de segurança pública e de falta de segurança no futuro.

Não estamos aqui para indicar os métodos de trabalho que devem ser adotados pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estado, no entanto, não podemos nos omitir quando está em jogo o futuro e o bem-estar do povo brasileiro.

O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso precisa rever a Reforma da Previdência, reconhecer seus erros, despir-se da auréola de infalibilidade e trabalhar com humildade, com mais humildade, ainda com humildade.

É o meu pensamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - A Presidência designa para a sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear o 13º aniversário da Rede Manchete, nos termos do Requerimento nº 525, de 1996, do Senador Roberto Requião e outros senhores Senadores.

Oradores:

Senador Roberto Requião
Senadora Benedita da Silva
Senador Ronaldo Cunha Lima
Senadora Marluce Pinto
Senador Bernardo Cabral
Sebastião Rocha
Eduardo Suplicy

ORDEM DO DIA**- 1 -****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 191, DE 1995**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 1996, da Comissão

- de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

- 2 -**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1995**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 4, de 1995)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1995, de autoria do Senador Roberto Freire, que regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão, tendo

Pareceres sob nºs 440 e 885, de 1995, e 38, de 1996, da Comissão

- de **Assuntos Econômicos**: 1º *pronunciamento*: favorável ao Projeto; 2º *pronunciamento*: pela aprovação parcial da emenda nº 1, de Plenário; e 3º *pronunciamento*: contrário às modificações propostas nos arts. 3º, 4º, 8º e 9º da emenda nº 1, de Plenário.

(Dependendo de apreciação do Requerimento nº 553, de 1996, do Senador Flaviano Melo, de adiamento de votação).

- 3 -**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 1994**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1994 (nº 5.362/90, na Casa de origem), que institui a Residência Médico-Veterinária e determina outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 536, de 1995, e 275, de 1996, das Comissões

- de **Educação**, favorável ao Projeto; e

- de **Constituição, Justiça e Cidadania** (em atendimento ao Requerimento nº 1.176, de 1995, de audiência), favorável, nos termos de substitutivo que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h04min.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. EDISON LOBÃO NA SESSÃO DE
03/06/96, QUE SE REPUBLICA POR SOLI-
CITAÇÃO DO PARLAMENTAR.**

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, encontra-se nos Estados Unidos, para uma reunião amanhã, com o Presidente do BIRD, o Dr. Luiz Raimundo Azevedo, Presidente da VALEC.

A VALEC é a empresa encarregada de construir a Ferrovia Norte-Sul. Essa Ferrovia foi iniciada no Governo do Presidente José Sarney. Um trecho de 100 quilômetros foi concluído, outro, de 150 quilômetros de Imperatriz até Estreito, com 30% das obras realizadas, neste momento, encontra-se com as obras, mais ou menos paralisadas.

O traçado da Ferrovia Norte-Sul vai de Belém a Imperatriz, de Imperatriz passando por Estreito, ingressando no território do Estado do Tocantins, em seguida no Estado de Goiás e vem até as proximidades de Brasília, onde se interliga com a Ferrovia que vai de Brasília até São Paulo, até o Sul do País.

Sr. Presidente, trata-se de uma ferrovia de grande importância para a integração nacional, econômica e social de nosso País.

Temos quase um abraço de ferrovias no território brasileiro, e o elo necessário para fechá-lo completamente chama-se Ferrovia Norte-Sul.

Estudos recentes realizados pela Valec demonstram que essa ferrovia custará apenas US\$1.2 bilhão em seus 1.600km. É uma das obras mais importantes já projetadas no Brasil e, infelizmente, encontra-se paralisada.

Dir-se-á: é muito dinheiro! Não é muito dinheiro. Os jornais registram que a diferença do rombo do Banco Nacional, prevista pelo Governo, é superior a R\$1.5 bilhão. Isso é apenas a diferença, não o prejuízo proporcionado pelo Banco.

Ora, uma obra dessa natureza, capaz de gerar milhares e milhares de empregos ao longo de sua construção, que vai movimentar uma economia poderosíssima no Centro-Oeste brasileiro, não pode ficar à mercê de dificuldades orçamentárias momentâneas.

De qualquer sorte, naquele País, na cidade de Washington, estão o Presidente da Valec e a Governadora do meu Estado, Roseana Sarney. Outros governadores encontram-se também na capital norte-americana para a reunião que se realizará amanhã.

com o BIRD. Tenho notícias de que esse Banco se interessa por financiar a ferrovia.

De tal modo ela é importante e atende até aos interesses econômicos internacionais que empresas da Alemanha e dos Estados Unidos, à época do Governo Sarney, propuseram-se a financiar integralmente a ferrovia e explorá-la por um período de 10 a 15 anos. Lastimavelmente, o Governo, àquela época, não aceitou as propostas claras, oficiais que haviam sido feitas nesse sentido. Se aquilo tivesse acontecido, hoje essa ferrovia circularia com a riqueza aumentando às suas margens direita e esquerda em toda essa extensão de 1.600km.

No que diz respeito aos produtos agrícolas, a nossa soja é hoje uma das melhores do mundo. A dificuldade que temos de competir com a soja americana é exatamente a ausência de uma ferrovia que possa levar o produto do centro de produção até o porto de embarque, que, no caso, é o Porto de São Luís.

Já temos a ferrovia com 700km, que vai de Imperatriz a Açailândia e de Açailândia até o Porto de São Luís, que é um dos melhores do Brasil e o mais próximo do mercado consumidor internacional. O que nos falta é apenas a decisão política de buscar o financiamento para a execução final dessa obra de transcendental importância para a economia e para a vida social e política do Brasil.

Sr. Presidente, faço votos de que a missão que se encontra, hoje, em Washington possa de lá retornar com o empréstimo suficiente para a construção dessa grande ferrovia.

O próprio Presidente da República acaba de reconhecer, em Paris, que houve um acréscimo de aproximadamente 20% no desemprego do ano passado em relação a este ano, ou seja, elevou-se de 5% para 6% de 1995 para 1996. Assim, nós, que tanto temos reclamado do aumento do desemprego, precisamos buscar caminhos para que isso seja contido, e a situação seja revertida, a fim de que possam os brasileiros, no mínimo, trabalhar e viver dignamente com as suas famílias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

ATA DA 56ª SESSÃO, REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 1995

(Publicada no DCN (Seção II), de 10 de maio de 1995)

RETIFICAÇÃO

Ao final da página nº 7986 e seguinte, renumere-se as Emendas nºs 1 e 2, de plenário, oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1992, para nºs 2 e 3-PLEN, respectivamente.

ATA DA 83ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 1996

(Publicada no DSF, de 4 de junho de 1996)

RETIFICAÇÃO

Na ata, à página nº 09340, 1ª coluna, na composição da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.464, de 31 de maio de 1996,

Onde se lê:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Carlos Bezerra
Fernando Bezerra		Flaviano Melo
	PFL	
João Rocha		Odacir Soares Bello
Parga		Jonas Pinheiro
	PSDB	
Pedro Piva		Jefferson Péres
	PTB	
Valmir Campelo		Emília Fernandes
	PSB	
Ademir Andrade		Antônio C. Valadares

.....
Leia-se:
.....

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Carlos Bezerra
Fernando Bezerra		Flaviano Melo
	PFL	
João Rocha		Odacir Soares
Bello Parga		Jonas Pinheiro
	PSDB	
Pedro Piva		Jefferson Péres
	PTB	
Valmir Campelo		Emília Fernandes
	PSB	
Ademir Andrade		Antônio C. Valadares

.....

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 718, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 008.169/96-9, resolve exonerar ROBERTA MONTEIRO CHAGAS do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares, a partir de 3 de junho de 1996.

Senado Federal, 4 de junho de 1996. — **Agacliel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 719, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.169/96-9, resolve nomear TERESA CRISTINA OLIVEIRA CARDOSO

para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares.

Senado Federal, 4 de junho de 1996. — **Agacliel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 720, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.462/96-4, resolve nomear DORGIL MARINHO DA SILVA BRANDÃO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Lauro Campos.

Senado Federal, 4 de junho de 1996. — **Agacliel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Glívam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Eptácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	PTB	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha
	Membro Nato	
	Romeu Tuma (Corregedor)	

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA**

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONÓFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4761/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57		

*1 - O Senador encontra-se licenciado

*2 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 *TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**(SEÇÃO BRASILEIRA)****(Designada em 25-4-95)****Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN****Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER****Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO****Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA****SENADORES**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

1. Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

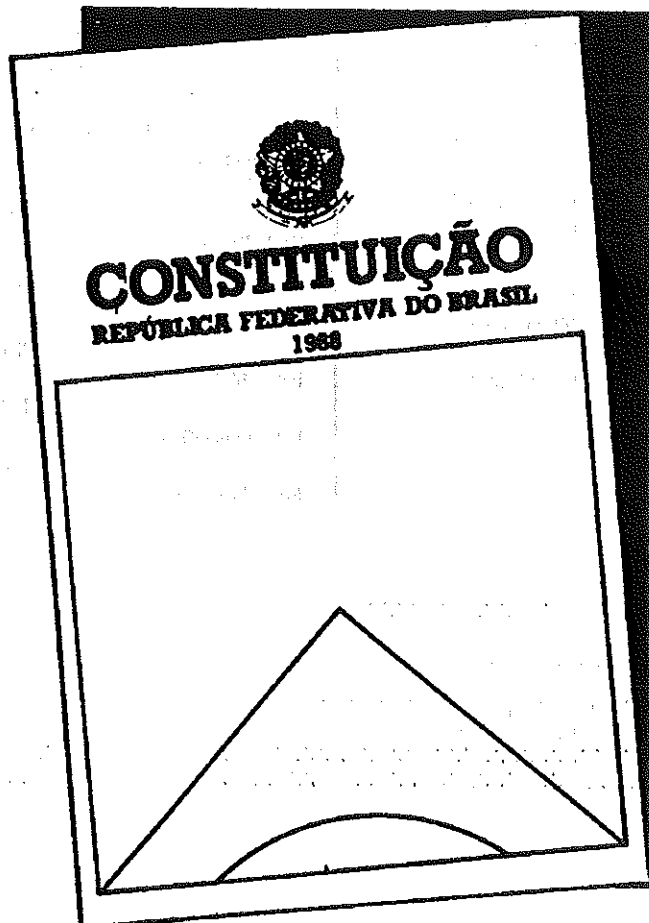
3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP**Osmar Dias²****PT****Benedita da Silva**
Eduardo Suplicy
Lauro Campos**DEPUTADOS**

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		Jão Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS